

FMI estima que a economia brasileira continuará crescendo abaixo da média mundial

Pág. 29

Em 2025, de acordo com o FMI, o PIB brasileiro deverá apresentar uma expansão de 2,40% e, o mundial, de 3,16%; Os Países Emergentes, categoria da qual o Brasil faz parte, deverão registrar um crescimento médio, neste ano, de 4,16% - e, assim, muito superior ao brasileiro.

Pág. 34

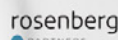
ANUNCIE NA EDIÇÃO ESPECIAL DE DEZEMBRO DE MERCADOCOMUM



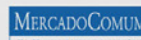
XXVII PRÊMIO
MINAS
DESEMPENHO
EMPRESARIAL
MERCADOCOMUM
MELHORES E MAIORES EMPRESAS - 2025



Apoio Institucional



Realização



De acordo com estatísticas do Google Analytics Search a publicação MERCADOCOMUM obteve **35,2 milhões de visualizações** durante todo o ano de 2024.

A edição especial impressa e digital de MercadoComum, que circulará no mês de dezembro, trará a cobertura completa do 27º Prêmio Minas - Desempenho Empresarial - Melhores e Maiores 2025; sobre o 13º Prêmio Minas Gerais de Desenvolvimento Econômico ASSEMG/MercadoComum e os agraciados com as Medalhas de 2025 da ACMINAS - Associação Comercial e Empresarial de Minas.

Trará, também, o 29º Ranking de Empresas de Minas Gerais, com as suas respectivas classificações por: As 300 Maiores Empresas de Minas por Ordem Alfabética; As 300 Maiores Empresas de Minas por Receita Operacional Líquida; As 300 Maiores Empresas de Minas por Setor Econômico; As 50 Maiores Instituições Financeiras e Correlatas; As 100 Maiores Empresas de Minas por Lucro Líquido; As 100 Maiores Empresas de Minas por Patrimônio Líquido; As 100 Maiores Empresas de Minas por Ativos Totais; As 100 Maiores Empresas de Minas por Crescimento de Receitas; As 50 Maiores Empresas de Minas por Retorno do Patrimônio Líquido; As 50 Maiores Empresas de Minas em Ebitda; As 50 Maiores Empresas de Minas em Rentabilidade do Patrimônio Líquido; As 50 Maiores Empresas de Minas por Prejuízo.

Foram analisados mais de 2.000 balanços e demonstrações de lucros e perdas - sendo consideradas aptas e classificadas 493 empresas - cuja Receita Operacional Líquida corresponde a cerca de mais da metade do PIB - Produto Interno Bruto de Minas Gerais do ano de 2024 - o que demonstra cabalmente a sua importância e dimensão.

A NEWSLETTER MERCADOCOMUM, ora no 33º ano de circulação e em sua 350ª edição é enviada, mensalmente, a um público constituído por 121 mil pessoas formadoras de opinião em todo o país diretamente, via e-mail - através de postagens no LinkedIn, Instagram, Whatsapp e Telegram, além de estar disponibilizado, para acesso, o seu site www.mercadocomum.com, juntamente com as suas edições anteriores.

EXPEDIENTE

BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
NOVEMBRO DE 2025
33 ANOS - EDIÇÃO 351

Publicação Nacional de
Economia, Finanças e Negócios

Presidente/Editor Geral
Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

Diretora de Desenvolvimento
Maria Auxiliadora Gontijo T. de Oliveira

Projeto gráfico/diagramação
Fio do Bigode Comunicação
(31) 99503-4003

Publicidade e Área Comercial
MinasPart Desenvolvimento Ltda.
Aline Cendon/Carlos Alberto
(31) 3281-6474
newsletter@mercadocomum.com

MercadoComum* é uma publicação mensal de MinasPart Comunicação, Ltda.
CNPJ 70.954.383/0001-12
Inscrição Estadual: 062.985.126 0079
Inscrição Municipal: 109866001-0

Marca registrada no I.N.P.I. sob o número:
817452753 de 02.08.1993

Endereço:
Rua Padre Odorico, 128 - 10º andar
Bairro São Pedro - 30.330-040
Belo Horizonte - MG - Brasil
Telefone: 55-31-3281-6474
E-Mail: newsletter@mercadocomum.com
www.mercadocomum.com

**Os artigos assinados podem não refletir, necessariamente, a opinião dos editores. Proibida a reprodução parcial ou total sem autorização prévia por escrito da direção desta publicação. MercadoComum é uma publicação independente, não associada a qualquer grupo empresarial e não possui filiais/sucursais ou representantes no país e no exterior*

SUMÁRIO

4

A Economia com Todas as Letras e Números



17

Mundo Empresarial



29

Debate Econômico

61

Prêmio Minas Empresarial

78

Opinião

Confira o ponto de vista de grandes nomes do cenário nacional, sobre vários assuntos.

66

Gastronomia

89

Lançamento

Brasileiros cometem erros que encarecem investimentos no exterior

Os cuidados essenciais para manter a conformidade e proteger o patrimônio em aplicações externas



Quando se fala em investimentos internacionais, os riscos fiscais aumentam significativamente, principalmente pelo complexo cenário tributário brasileiro. Segundo o Banco Central, os ativos de brasileiros fora do país somaram US\$ 654,5 bilhões em 2024, declarados por mais de 29 mil pessoas físicas e jurídicas. A quantidade de investidores reflete o crescente interesse dos brasileiros por aplicações no exterior, mas as constantes mudanças na legislação e a complexidade do sistema brasileiro exigem atenção redobrada à conformidade fiscal e ao cumprimento das obrigações junto à Receita Federal e ao Banco Central.

Em setembro de 2025, o Senado Federal aprovou a segunda etapa da Reforma Tributária (PLP nº 108/2024), que cria o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). A transição gradual ocorrerá entre 2026 e 2033, substituindo os tributos atuais sobre consumo, embora prazos e detalhes ainda possam ser ajustados.

Em meio às mudanças, André Péniche, advogado especialista em direito tributário internacional, destaca que muitos brasileiros ainda deixam de cumprir corretamente obrigações fiscais e cometem equívocos estratégicos que podem gerar custos eleva-

dos ou autuações. “As mudanças representam um divisor de águas para quem investe no exterior. É preciso atenção redobrada neste período em que regras antigas e novas convivem lado a lado”, afirma.

Investidores que deixam de reportar seus ativos fora do país à Receita Federal ou ao Banco Central correm o risco de enfrentar multas que podem chegar a 10% do valor não declarado, além de autuações por omissão de rendimentos. Segundo a Instrução Normativa nº 2.133/2023, todas as aplicações, contas bancárias, imóveis e participações societárias mantidas fora do Brasil devem ser

declaradas, independentemente do país de origem. Quem possui ativos no exterior superiores a US\$ 1 milhão deve preencher a Declaração de Capitais Brasileiros no Exterior (CBE), enquanto aqueles com valores acima de US\$ 100 mil precisam apresentar a declaração anual simplificada.

“A recente atualização da legislação exige que todos os bens e direitos no exterior sejam informados com base nas regras do Imposto de Renda e nas normas do Banco Central. Não cumprir essas obrigações pode gerar problemas sérios, inclusive na repatriação de valores”, orienta André Peniche – que possui mais de 20 anos de experiência no mercado, é sócio-fundador da Murta Peniche Sociedade de Advogados, liderando as áreas de planejamento tributário e investimentos. Com passagens por grandes instituições financeiras e empresas, André se destaca pela sua expertise em otimização fiscal e pela atuação no mercado global, com foco em investimentos internacionais e expansão de negócios.

A tributação da variação cambial sobre investimentos no exterior tem gerado controvérsias. A revogação do artigo 24 da MP 2.158-35/01, que previa isenção do Imposto de Renda sobre ganhos obtidos apenas com a variação da moeda estrangeira, não garante isenção automática para todos os casos, especialmente quando os rendimentos originais foram auferidos em moeda estrangeira.

“Nem toda valorização cambial representa lucro isento. Quando os recursos são aplicados em títulos, fundos ou ações no exterior, a variação positiva do câmbio deve ser tributada junto com o ganho de capital. Já nos casos em que a moeda foi apenas mantida em conta corrente, sem rendimento, aí sim pode haver isenção. É fundamental ter contabilidade precisa e um assessor especializado para definir o enquadramento correto e evitar autuações”, explica Peniche.



Investidores que aplicam recursos fora do país podem ser tributados duas vezes sobre o mesmo rendimento: no Brasil e no país onde o investimento foi realizado. Atualmente, o Brasil mantém cerca de 35 acordos de bitributação em vigor, abrangendo destinos como Portugal, Reino Unido, Japão e Emirados Árabes Unidos.

“Muitos brasileiros deixam de aplicar esses mecanismos por desconhecimento e acabam pagando mais do que deveriam. Antes de investir, é essencial analisar o tratado entre os países e registrar corretamente o imposto pago lá fora para compensação na declaração de IR”, alerta Peniche.

O uso de holdings, trusts ou outras estruturas em jurisdições com tributação favorável exige planejamento detalhado. Além das obrigações de reporte ao Banco Central (CBE) e à Receita Federal, estruturas mal montadas podem ser reclassificadas pelas autoridades fiscais como operação artificial, acarretando multas elevadas, bloqueio de ativos e até investigação

criminal por evasão de divisas.

“Não basta apenas ‘abrir uma conta no exterior’. Existem riscos de aplicação de regras de preços de transferência e de tributação imediata sobre lucros atribuíveis a controladas no exterior quando não houver substância econômica suficiente. Transparência e substância são fundamentais para reduzir riscos e preservar o investimento”, orienta Peniche.

Com a implementação da Reforma Tributária, que introduziu o novo IBS e a CBS, é fundamental que investidores estejam atualizados sobre as alterações que impactam os investimentos estrangeiros. A falta de conformidade pode levar a custos adicionais e riscos fiscais.

“É fundamental entender como as novas medidas alteram a tributação sobre operações internacionais e ajustar estratégias de compliance e planejamento fiscal para evitar custos inesperados ou problemas com a Receita Federal”, conclui André Peniche.

Milhões de pequenos negócios podem sair da informalidade com a Reforma Tributária

Dois terços das micro e pequenas empresas ainda atuam informalmente no país



O debate sobre a reforma tributária ganha contornos práticos quando se observa a realidade das micro e pequenas empresas brasileiras: mais de 6 em cada 10 ainda atuam na informalidade (67%), segundo levantamento do Sebrae. O dado contrasta com a média nacional: segundo o IBGE, a taxa geral de informalidade no país recuou para 38% no primeiro trimestre de 2025, o menor patamar desde 2020. Essa diferença indica que simplificar regras e reduzir custos, como pretende a reforma tributária, pode ser decisivo para trazer milhões de negócios para a economia formal.

Para Luan Stocco, CTO da vhsys, esse movimento pode abrir uma nova fase para o empreendedorismo. “A reforma tributária, quando desenhada para dar previsibilidade, facilita o processo de formalização e dá mais segurança ao empreendedor”, afirma.

“E a tecnologia é um elemento-chave nesse caminho, porque automatiza tarefas fiscais e torna mais fácil cumprir e manter as obrigações.”

Ainda segundo o IBGE, mais de 39 milhões de trabalhadores estavam fora do mercado formal no início de 2025, sem acesso a benefícios previdenciários e crédito. Para especialistas, a criação de um ambiente tributário mais simples e menos oneroso pode reduzir esse número de forma consistente, ampliando a arrecadação e fortalecendo as economias locais.

Além de garantir direitos, a formalização permite que pequenos negócios acessem linhas de crédito, participem de licitações, fechem contratos com grandes empresas e ampliem seu alcance de mercado. A reforma, se bem estruturada, pode acelerar esse processo ao diminuir

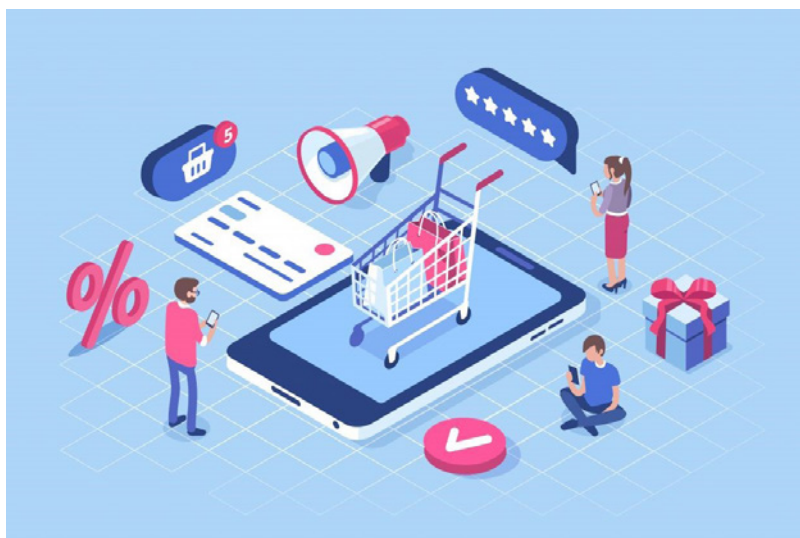
a complexidade tributária que hoje afasta empreendedores do CNPJ.

Para os pequenos negócios, soluções digitais surgem como aliadas. “Plataformas que centralizam a emissão de notas, controle financeiro e gestão fiscal reduzem custos e burocracia. Isso dá ao empreendedor mais tempo e clareza para se dedicar ao crescimento do negócio, e não apenas ao cumprimento de exigências legais”, finaliza o CTO.

A vhsys é uma empresa de tecnologia especializada em soluções de gestão empresarial online, direcionadas para micro e pequenos negócios. No mercado desde 2011, a vhsys já ajudou a simplificar a gestão de milhares de empresas, com mais de 22 milhões de notas fiscais emitidas e R\$60 bilhões movimentados, tudo por meio do sistema.

56,8% dos brasileiros preferem fazer compras pelo celular

Confiança em chatbots de IA e conveniência digital colocam o Brasil à frente das médias globais



Os hábitos digitais de compra estão transformando a forma como os brasileiros se relacionam com marcas do varejo. De acordo com a pesquisa global The State of Customer Communications 2025, conduzida pela Sinch — referência mundial em comunicação conversacional na nuvem — 56,8% dos consumidores brasileiros afirmam preferir fazer compras de itens não alimentícios pelo smartphone, bem acima da média global de 37,8%.

O estudo ouviu 2.800 consumidores em 12 países e mais de 1.600 líderes de negócios em quatro setores (Finanças, Saúde, Varejo e Tecnologia). No Brasil e no México, foram coletadas 407 respostas de consumidores, sendo 257 no Brasil.

O Brasil à frente da média global
Promoções geram engajamento muito maior no Brasil: enquanto globalmente 57,6% se interessam por

frete grátis, no Brasil esse percentual chega a 84,4%. Reduções de preço motivam 73,9% dos brasileiros, contra 50,4% no mundo.

Conveniência e atualizações em tempo real fazem diferença: 42,4% dos brasileiros dizem que informações imediatas sobre preço e disponibilidade aumentam o interesse em promoções, sinalizando uma atenção especial à experiência digital, acima da média global.

IA e chatbots ganham confiança: 45,1% dos brasileiros consideram “muito úteis” as recomendações personalizadas de chatbots com IA (25,6% globalmente), e 75,5% confiam que esses bots forneçam informações precisas sobre rastreamento e prazos de entrega, frente a 52,3% no mundo.

Mensageria fideliza mais no Brasil: 73,3% dos consumidores brasi-

leiros afirmam que retornariam para concluir uma compra ao receber um lembrete de carrinho abandonado via RCS, reforçando a eficácia da comunicação direta, acima da média global.

Segurança digital valorizada: 67,3% dos brasileiros sentem-se mais seguros usando autenticação adicional, comparado a 48,8% globalmente.

Logística e devoluções eficientes são diferenciais locais: 82,9% consideram que notificações de entrega em tempo real ajudam a evitar roubos de pacotes, e muitos consumidores brasileiros valorizam a possibilidade de trocas e devoluções diretamente pelo app de mensagens.

“O Brasil está na vanguarda da transformação digital no varejo. Os consumidores brasileiros não apenas adotam o mobile commerce mais rapidamente que a média global, mas também confiam mais em tecnologias digitais — como IA e mensageria — e valorizam a conveniência e segurança em cada etapa da compra. Esse cenário coloca o país como líder em engajamento digital e experiência de compra online”, afirma Mario Marchetti, diretor-geral da Sinch para a América Latina.

A pesquisa evidencia que o Brasil não apenas adota o mobile commerce mais rapidamente que a média global, mas também confia mais em tecnologias digitais — como IA e mensageria — e valoriza a conveniência e segurança em cada etapa da compra. O resultado coloca o país como líder em engajamento digital e experiência de compra online.

Mais crédito significa mais negócios com teto ampliado e condições mais acessíveis



O governo federal oficializou uma nova linha de crédito habitacional voltada à classe média, com teto ampliado, regras mais flexíveis e permissão para uso do FGTS. A alta na demanda por imóveis e a retomada gradual da construção civil, que cresceu 3,2% no segundo trimestre de 2025 segundo o IBGE, ajudaram a iniciativa a ganhar visibilidade.

Para Noé Santiago, CEO da ANIDEA, o impacto será imediato: “Mais crédito significa mais negócios. Com o teto ampliado e condições mais acessíveis, o mercado volta a respirar e a gerar oportunidades para quem quer crescer com responsabilidade.”

QUAIS AS NOVIDADES?

Pelas novas regras, o valor máximo de imóvel financiável sobe de R\$ 1,5 milhão para R\$ 2,25 milhões, com juros de até 12% ao ano. A Caixa Econômica Federal voltará a financiar até 80% do valor do imóvel, e o FGTS poderá ser usado como entrada ou amortização — antes restrito a imóveis populares.

“É uma sinalização clara de confiança. A construção civil é um dos setores que mais multiplica renda, e esse tipo de incentivo tem reflexo direto em toda a cadeia produtiva”,

destaca Noé.

O especialista aponta que cada imóvel financiado movimentará dezenas de segmentos — da engenharia à decoração, criando um efeito dominó positivo para a economia. A transição para o novo modelo será gradual e deve estar plena até janeiro de 2027, com liberação progressiva de recursos do Banco Central.

“O momento é de planejamento. Com mais instituições competindo, o empresário que se antecipa pode aproveitar taxas melhores e crédito mais saudável”, conclui o CEO da ANIDEA.

Isenção do IR sobre dividendos de altas rendas: quais os impactos?

Taís Baruchi

CEO na PKF BSP

O Brasil está prestes a romper com uma tradição fiscal que perdura desde meados dos anos 90: a isenção de Imposto de Renda sobre dividendos pagos a pessoas físicas. Com a aprovação do PLP nº 1.087/2025 pela Câmara dos Deputados, essa regra — que desde 1996 beneficiava sócios e acionistas — será substituída por um novo modelo, mais alinhado às práticas da maioria dos países desenvolvidos. O projeto agora segue para apreciação no Senado Federal e, se mantido, passará a valer a partir de janeiro de 2026.

A isenção dos dividendos teve origem no Art. 10 da Lei nº 9.249/1995, que estabeleceu que lucros distribuídos por empresas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, não estariam sujeitos à incidência de IR, nem na fonte nem na declaração do beneficiário. À época, a medida foi defendida como forma de evitar a chamada bitributação econômica: a empresa já pagava imposto sobre o lucro (IRPJ e CSLL), logo, não faria sentido tributar novamente na distribuição ao sócio.

Com o tempo, esse modelo passou a ser questionado por setores que defendem maior equidade entre os diversos tipos de rendimento. Enquanto trabalhadores assalariados têm o imposto retido diretamente na fonte com alíquotas progressivas, os lucros recebidos por sócios ou acionistas continuaram isentos na pessoa física. Essa diferença gerou críticas por parte de quem entende que a renda do capital deveria seguir a mesma lógica da renda do trabalho. Por outro lado, muitos especialistas argumentam que o sistema já garante uma tributação elevada na empresa e que a incidência adicional sobre os dividendos pode representar uma sobreposição nociva ao investimento e à geração de empregos.

O PLP nº 1.087/2025 traz duas mudanças centrais que afetam diretamente as altas rendas: a criação da tributação mensal de

dividendos pagos a pessoas físicas acima de R\$ 50 mil por mês, e a instituição de uma tributação mínima anual para contribuintes cuja renda ultrapasse R\$ 600 mil por ano. Ambas as medidas entram em vigor a partir de 2026 e representam uma alteração estrutural importante na forma como rendimentos elevados serão tratados pelo Imposto de Renda.

A primeira determina que lucros e dividendos pagos por uma mesma empresa a uma mesma pessoa física, e que excedam R\$ 50 mil mensais, estarão sujeitos à retenção de 10% de IR na fonte, sem qualquer dedução. Importante destacar que, uma vez ultrapassado esse limite, a alíquota incidirá sobre o valor total distribuído no mês — e não apenas sobre o excedente.

A segunda estabelece uma alíquota mínima de IRPF aplicável de forma progressiva a partir de rendimentos anuais acima de R\$ 600 mil, alcançando 10% para quem ultrapassar R\$ 1,2 milhão. Essa tributação considera uma base ampla de rendimentos e exige, na prática, que a pessoa física complemente, na declaração anual, qualquer diferença entre a alíquota mínima exigida e o imposto efetivamente pago ao longo do ano.

Do ponto de vista das empresas, o novo modelo impõe responsabilidades adicionais e exige maior controle contábil. A obrigação de reter e recolher o IR de 10% sobre dividendos mensais superiores a R\$ 50 mil por pessoa física recai sobre a fonte pagadora, devendo ser aplicada no momento da distribuição.

Além disso, o projeto prevê a possibilidade de aplicação de um redutor sobre o imposto mínimo anual da pessoa física, caso a soma da carga tributária da empresa e do sócio ultrapasse certos limites — 34%, 40% ou 45%, a depender do setor. Para que o redutor seja aceito, será necessário comprovar o lucro contábil e os tributos

pagos pela empresa, exigindo demonstrações contábeis consistentes e bem estruturadas. Ou seja, mesmo empresas que antes não viam necessidade de manter escrituração detalhada, agora precisam revisar suas práticas e garantir organização suficiente para subsidiar a declaração de seus sócios.

Um ponto crítico do projeto — e que exige atenção imediata — é o prazo para manter a isenção sobre os lucros apurados até 2025. O texto aprovado garante que esses valores ainda poderão ser pagos sem tributação até o fim de 2028, desde que a distribuição esteja formalmente aprovada até 31 de dezembro de 2025. Isso significa que as empresas devem realizar assembleias ou reuniões de sócios, aprovar e registrar a ata da distribuição antes do fim do ano. Após essa data, a nova regra se aplica, e a oportunidade de manter a isenção se perde.

Em resumo, o PLP nº 1.087/2025 marca o fim de um ciclo: a era da distribuição isenta de lucros chega ao fim, e um novo modelo de tributação, mais amplo e mais alinhado às práticas internacionais, entra em vigor. Para os sócios, especialmente os de empresas familiares ou de capital fechado, será essencial planejar a forma de retirada dos lucros, entender os limites mensais e anuais e monitorar o impacto da tributação mínima. Para as empresas, a atenção deve estar voltada à retenção correta, à contabilidade regular e à documentação que permitirá eventuais deduções no ajuste de seus sócios.

O tempo para se adaptar é agora. Passado o fim de 2025, não haverá mais como distribuir lucros antigos com isenção. A partir de então, o novo sistema entrará em pleno funcionamento, com cruzamento de dados entre pessoa jurídica e física, retenções obrigatórias e controle automatizado pela Receita Federal. A janela de planejamento existe — mas está se fechando.

Como a nova lei do IR pode impactar seu planejamento patrimonial

Tributação progressiva sobre dividendos e altas rendas exige revisão imediata de estruturas financeiras

A aprovação, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 1.087/2025 marca um ponto de inflexão para famílias e empresários que buscam proteger e organizar seu patrimônio. O texto amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), mas cria também um sistema de tributação progressiva sobre dividendos e altas rendas, com início previsto para janeiro de 2026.

Se, por um lado, a mudança traz alívio fiscal para quem ganha até R\$ 5 mil mensais, por outro, pode impactar diretamente executivos, empresários e famílias com maior volume de ativos, alterando a forma como os recursos devem ser estruturados e distribuídos.



O QUE MUDA

Faixa de isenção: rendimentos de até R\$ 5.000/mês estarão livres de IR; até R\$ 7.350,00, desconto parcial.

Altas rendas: contribuintes com ganhos acima de R\$ 50 mil/mês ou R\$ 600 mil/ano passam a ter tributação progressiva, que pode chegar a 10% para quem ultrapassa R\$ 1,2 milhão/ano.

Dividendos: rendimentos superiores a R\$ 50 mil/mês serão tributados em 10% na fonte, com possibilidade de compensação na declaração anual. Dividendos deliberados até 31/12/2025 permanecem isentos, mesmo se pagos até 2028.

Para especialistas em planejamento financeiro, a mudança exige atenção redobrada. “Famílias que não têm um plano estruturado podem ser

surpreendidas por um aumento significativo da carga tributária. O resultado pode ser perda de rentabilidade e até comprometimento do patrimônio ao longo do tempo”, afirma Mariana Gonzalez, planejadora financeira CFP® da Monte Bravo.

Segundo ela, a aprovação do PL cria um novo cenário para holdings familiares, distribuição de lucros e gestão de investimentos. “Antecipar deliberação de dividendos, revisar estratégias de diversificação e avaliar veículos de proteção patrimonial são medidas urgentes. Quem deixar para agir em 2026 pode enfrentar custos maiores e menos flexibilidade”, comenta.

O ponto de alerta está em quem ainda não se preparou. Sem planejamento sucessório e patrimonial, a tributação sobre dividendos e altas rendas pode impactar margens de negócios familiares e enfraquecer o

processo de sucessão. “Planejar agora não é só uma questão tributária, mas de continuidade. Famílias que não se anteciparem correm o risco de comprometer a preservação do legado entre gerações”, reforça Mariana.

PRÓXIMOS PASSOS

O projeto segue para análise do Senado e, caso aprovado, deverá ser sancionado até o fim do ano. As novas regras entram em vigor em janeiro de 2026, com reflexo direto na declaração do IR a ser entregue em 2027.

A especialista orienta que empresários e famílias revisem imediatamente suas estruturas patrimoniais e estratégias de distribuição de lucros. “Nesse novo cenário, quem se preparar terá mais eficiência tributária; quem não se planejar poderá ver o patrimônio se diluir mais rápido do que imagina”, reforça.

O que é o risco-país e por que ele preocupa investidores brasileiros

Incertezas fiscais, instabilidade política e mudanças na legislação seguem entre os principais fatores que abalam a confiança de investidores em qualquer economia. Diante da ameaça de tarifaço no meio deste ano, investidores estrangeiros retiraram R\$6 bilhões da Bolsa brasileira em julho, segundo dados oficiais da B3. O movimento evidenciou como o ambiente interno influencia as decisões de alocação de capital externo e, quando os fatores se acumulam, dão origem ao chamado risco-país.

Esse risco é mensurado por índices de referência como o EMBI+ (Emerging Markets Bond Index Plus) e o CDS (Credit Default Swap), ambos mantidos pelo banco JP Morgan. O EMBI+ compara os juros pagos pelos títulos da dívida de países emergentes com os do Tesouro dos Estados Unidos, enquanto o CDS funciona como um seguro contra calote: quanto maior o seu custo, maior a percepção de risco. Esses parâmetros são amplamente usados por bancos, fundos e agências de rating para avaliar o grau de confiança internacional.

Adriano Murta, advogado tributarista especialista em investimentos internacionais, destaca o risco-país como um dos principais termômetros da credibilidade internacional da economia brasileira. “O indicador reflete a probabilidade de uma nação não honrar seus compromissos financeiros externos, seja por dificuldades fiscais, turbulências políticas ou falta de previsibilidade regulatória. Quanto maior o indicador, maior o custo de financiar a dívida e menor o apetite de investidores estrangeiros por aplicar recursos no país”.

De acordo com uma análise recente do Instituto de Pesquisa Econômica



Aplicada (IPEA), o risco do Brasil subiu de cerca de 140 pontos em 2023 para 160 pontos em 2024. O levantamento, parte da Carta de Conjuntura nº 65 publicada em dezembro de 2024, aponta que, embora o país mantenha boas reservas internacionais e uma posição externa sólida, a confiança dos investidores segue sensível às incertezas fiscais e políticas.

Para o advogado tributarista, o comportamento do risco-país reflete um desafio estrutural das economias emergentes. “Os indicadores mostram que há uma melhoria pontual na percepção de risco, mas isso não elimina a volatilidade estrutural do Brasil. Nos Estados Unidos, as regras são mais previsíveis, os contratos têm mais garantia judicial e a estabilidade regulatória é maior. Esses são fatores que reduzem o risco para quem busca segurança”, explica.

Mesmo com as oscilações, há sinais pontuais de melhora. Segundo o JP Morgan, o Credit Default Swap, instrumento financeiro que reflete o custo de proteção contra calote da dívida, o Brasil atingiu 145 pontos em julho de 2025, o menor patamar do ano. O recuo indica uma leve recuperação na percepção de segurança do mercado em relação ao país, após um período de instabilidade.

Murta destaca que o conceito de risco-país vai além dos números. Ele reflete o quanto um ambiente econômico oferece previsibilidade, segurança jurídica e estabilidade institucional, condições altamente valorizadas por investidores internacionais. “Ao considerar custos, impostos, desvalorização cambial e eventual instabilidade política, aquilo que parece um retorno menor pode se tornar mais vantajoso a longo prazo quando você minimiza surpresas”, afirma o especialista.

Diante dessa realidade, o advogado acredita que a diversificação internacional é o caminho mais seguro para equilibrar retornos e reduzir riscos. “Combinar parte dos investimentos em economia local com ativos externos permite mitigar os riscos específicos de cada país. É uma estratégia que não elimina volatilidade, mas reduz bastante a exposição e protege o patrimônio”, conclui.

Adriano Murta é o fundador e líder da M&P Capital Investments, especializada em assessoria e consultoria para investimentos no mercado financeiro e imobiliário dos Estados Unidos. Com mais de 20 anos de experiência, Adriano se destaca por sua habilidade em simplificar o processo de investimentos para brasileiros e investidores internacionais, oferecendo soluções personalizadas, eficazes e seguras.

Região do Cerrado Mineiro inova e torna o 13º Prêmio o primeiro do Brasil a adotar o método CVA para avaliação de cafés

Concurso de cafés de origem controlada estreia protocolo internacional da SCA e reforça a vocação inovadora da região

O 13º Prêmio Região do Cerrado Mineiro será o primeiro do Brasil a utilizar o CVA (Coffee Value Assessment), novo protocolo de avaliação criado pela Specialty Coffee Association (SCA). O método representa um avanço na análise sensorial de cafés de origem controlada, oferecendo mais precisão, consistência e transparência nas avaliações. A entidade In-Country Partner da Specialty Coffee Association no Brasil é a Associação Brasileira de Cafés Especiais.

A novidade foi aplicada na Categoria Doce Cerrado Mineiro, lançada nesta edição para reconhecer os cafés mais doces da safra 2025/2026. As amostras foram processadas pelo método Natural e se destacam por características sensoriais típicas da região — notas de chocolate, caramelo, amêndoas e acidez cítrica. A avaliação, conduzida por um júri especializado, contou com o Prof. Dr. Leandro Paiva, do IF Sul de Minas, como headjudge, e com a participação de torradores Carmomaq, marcando a estreia oficial do CVA em competições nacionais.

Nesta edição, a Região do Cerrado Mineiro comemora um recorde histórico: 714 amostras inscritas, frente a 545 na edição anterior, um crescimento de 31%. Ao todo, 381 produtores participam do concurso, consolidando a relevância da região como referência em qualidade, inovação e cafés de origem controlada.

Promovido pela Federação dos Cafeicultores do Cerrado, com apoio do Sebrae Minas, o prêmio reconhece e valoriza os cafeicultores que fazem da Região do Cerrado Mineiro uma referência mundial em qualidade, sustentabilidade e rastreabilidade. Fundamentado nos pilares da intercooperação, o concurso conecta cooperativas, associações e produtores, apro-



ximando o consumidor final da origem Cerrado Mineiro e reforçando a importância da Denominação de Origem (DO).

A realização conta com a parceria das cooperativas Carmocer, Carpec, Coocacer Araguari, Coopadap, Expocacer e MonteCCer e apoio das associações ACA, Acarpa, Amoca, Appcer, Assocafé, Assogotardo e GRE Café – Região de Araxá.

"A inovação com a categoria Doce Cerrado Mineiro vem de encontro a valorizar esta que é uma das principais nuances encontradas em nossos cafés, no ano que em que nossa Indicação Geográfica completa 20 anos, portanto é uma forma de celebração!", destaca Juliano Tarabal, diretor executivo da Federação dos Cafeicultores do Cerrado.

ETAPAS CLASSIFICATÓRIAS

As etapas classificatórias foram realizadas de 22 a 29 de setembro, nas cooperativas, e de 1º a 3 de outubro, na fase regional. Entre 1º de outubro e 2 de novembro, ocorre a divulgação dos classificados por cooperativa: 24 cafés naturais, 16 cerejas descascados, 20 cafés fermen-

tados e 18 doce cerrado (sendo três representantes de cada cooperativa).

Os primeiros colocados nas categorias Natural, Cereja Descascado e Fermentado avançam para o ranqueamento regional, enquanto os segundos colocados com nota superior a 85 pontos também garantem vaga. Eles se juntam aos 24 produtores mais bem avaliados e aos três primeiros colocados da categoria Doce Cerrado Mineiro de cada cooperativa, que disputarão o título de campeões da Região do Cerrado Mineiro.

Na cerimônia, serão premiados os três primeiros colocados nas categorias Natural, Cereja Descascado e Fermentado, além dos três vencedores da categoria Doce Cerrado Mineiro de cada cooperativa.

TROFÉUS ESPECIAIS

O Troféu Escola de Atitude, que reconhece projetos educacionais voltados à transformação social, será avaliado entre 16 e 31 de outubro. As inscrições são feitas por meio das cooperativas, conforme os municípios de sua área de atuação.

Já o Troféu Atitude Sustentável, com inscrições até 7 de novembro, destacará as melhores práticas agrícolas e socioambientais entre os 60 finalistas. A avaliação dos projetos ocorrerá entre 10 e 15 de novembro.

PREMIAÇÃO

A cerimônia do 13º Prêmio Região do Cerrado Mineiro será realizada no dia 19 de novembro, em Uberlândia (MG). O evento celebrará os cafés que melhor expressam a identidade, a inovação e a excelência da primeira região de origem demarcada do café no Brasil.

Brasil é o quarto maior mercado de energia solar do mundo e impulsiona modelo híbrido

Combinação de energia solar, mercado livre e armazenamento em baterias avança no país e promete soluções para redução de custos

O Brasil adicionou 18,9 gigawatts de potência pico fotovoltaica em 2024, consolidando-se como o quarto maior mercado de energia solar do mundo. Os dados são do relatório da SolarPower Europe (2025-2029).

O levantamento, que contou com a participação da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), reforça o avanço das fontes renováveis e o surgimento de novos modelos de eficiência. Entre eles, o Mercado Híbrido de energia vem ganhando destaque por combinar geração solar, mercado livre e armazenamento em baterias em uma única estratégia de gestão energética.

Segundo o especialista Werner Albuquerque, diretor da Solalux Energia, o termo 'Mercado Híbrido' foi criado pela empresa com o objetivo de integrar as melhores soluções disponíveis e minimizar os gargalos de cada modalidade.

"Cada modelo de redução de energia tem suas vantagens e limitações, sejam técnicas ou financeiras. O mercado híbrido une o melhor de cada cenário, reduzindo custos significativos e otimizando o investimento. Para isso, realizamos diagnósticos personalizados, analisando contratos, cargas e perfis de consumo de cada cliente", explica Albuquerque.

RESULTADOS REFLETEM NO AMBIENTE INDUSTRIAL

O sistema, que já apresenta resultados expressivos em indústrias e empreendimentos de grande porte, oferece previsibilidade e estabilidade nos custos energéticos.

"O Ambiente de Contratação Livre (ACL) já representa uma redução impor-



tante, pois o consumidor compra energia de empresas privadas, sem depender apenas da concessionária. Quando combinamos essa compra com geração solar própria, aumentamos a autonomia e reduzimos ainda mais as incertezas do sistema elétrico", destaca Werner.

Um dos pilares do modelo é o uso de baterias inteligentes, conhecidas como BESS (Battery Energy Storage System). As baterias permitem armazenar energia solar durante o dia e utilizá-la nos horários de ponta, quando a tarifa é mais cara.

"As baterias acrescentam uma camada extra de economia e funcionam como grandes reguladores da energia reativa, substituindo o uso dos tradicionais bancos de capacitores. O resultado é uma operação mais eficiente, estável e sustentável", explica o especialista.

Apesar dos avanços tecnológicos, Werner reconhece que ainda existem desafios culturais e contratuais para ampliar a adesão ao modelo híbrido. "O maior obstáculo é o paradigma de que é preciso escolher entre energia solar ou mercado livre. Nossa proposta unifica esses modelos, refinando os contratos e integrando tecnologias que reduzem o investimento inicial, o custo operacional e entregam o melhor resultado ao cliente final", afirma.

De acordo com dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o mercado livre de energia já reúne mais de 58 mil unidades consumidoras no Brasil, representando cerca de 80% das adesões. Mesmo com esse avanço, Werner aponta que ainda há grande espaço para crescimento.

"O Brasil é referência em energia limpa, com 87% da energia consumida em 2024 proveniente de fontes renováveis. Ainda assim, muitas empresas não exploram todo o potencial da geração própria e das soluções híbridas", observa.

SUSTENTABILIDADE

O especialista também destaca o alinhamento do modelo híbrido às práticas de ESG e à redução da pegada de carbono. "Além dos ganhos econômicos, essas soluções fortalecem o compromisso ambiental e institucional das empresas, abrindo portas para novos negócios e parcerias com mercados que valorizam sustentabilidade e inovação", reforça Werner Albuquerque.

Para o futuro, a Solalux aposta em um crescimento exponencial do setor, impulsionado por novas tecnologias e pela demanda da Indústria 4.0 e da inteligência artificial.

"O mercado híbrido tem um potencial imenso. A expansão da TUSD, que em 2026 chegará a 60% do seu valor para a Geração Distribuída, tornará esse modelo ainda mais competitivo. O futuro consome muita energia, e as soluções de engenharia refinadas serão essenciais para atender às novas demandas do mercado", conclui.

Brasil já tem mais trabalhadores de apps do que a população de dezenoves capitais



O número de brasileiros que têm nas plataformas digitais sua principal fonte de renda atingiu um novo patamar histórico. Em 2024, cerca de 1,7 milhão de pessoas atuavam em aplicativos de transporte, entregas, serviços e táxi, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua). O crescimento é expressivo: em apenas dois anos, o contingente saltou de 1,3 milhão em 2022, um acréscimo de 335 mil trabalhadores.

A dimensão do grupo impressiona. Hoje, o total de profissionais “plataformizados” já supera a população de capitais inteiras, como Recife (1,6 milhão), Goiânia (1,5 milhão), Belém (1,4 milhão) ou Porto Alegre (1,4 milhão). A comparação ilustra o tamanho de um fenômeno que se consolidou como uma das principais transformações do mercado de trabalho brasileiro.

A pesquisa classifica a gig economy em quatro grandes frentes: transporte particular de passageiros (como Uber e 99), entrega de comida

ou produtos (iFood, Rappi), prestação de serviços gerais ou profissionais (GetNinjas, Workana, 99Freelas) e táxi. Entre elas, o transporte particular de passageiros representa a maior fatia — 878 mil pessoas, mais da metade do total, um aumento de 29,2% em relação a 2022. Em seguida aparecem os entregadores (485 mil), os prestadores de serviços (294 mil) e os taxistas (228 mil).

Os ganhos desses profissionais variam amplamente e dependem da intensidade da jornada. De acordo com levantamento do GigU, um motorista de aplicativo que trabalha entre 50 e 60 horas semanais pode faturar entre R\$ 77 mil e R\$ 103 mil por ano. No entanto, os custos operacionais — como combustível, manutenção, seguro e impostos — reduzem significativamente a renda líquida. O lucro efetivo anual fica entre R\$ 28 mil e R\$ 51 mil, dependendo da cidade.

“A transformação do mercado de trabalho pelo avanço das plataformas digitais evidencia uma tendência glo-

bal: a economia digital não apenas cria novos empregos, mas redefine o próprio conceito de trabalho. Para o Brasil, o desafio será aproveitar esse potencial integrando inovação, inclusão e sustentabilidade social. O crescimento dos apps mostra que é possível gerar ocupação e estimular o consumo de forma simultânea, mas é fundamental conduzir essa revolução de forma estruturada, garantindo que os benefícios alcancem trabalhadores e consumidores”, afirma Luiz Gustavo Neves, CEO e co-fundador da fintech.

O avanço dos trabalhadores de plataformas revela tanto a flexibilidade e o apelo de autonomia que o modelo oferece quanto a vulnerabilidade estrutural que ainda o caracteriza. Com crescimento mais acelerado do que o emprego formal em diversos setores, o trabalho mediado por aplicativos se tornou não apenas uma alternativa, mas uma realidade econômica de escala urbana — capaz de redefinir as fronteiras entre emprego, renda e liberdade no Brasil contemporâneo.

Aluguéis: nova tributação sobre aluguéis impõe corrida por planejamento.

O que muda no IR a partir de 2026 e como proteger seu patrimônio



Com a chegada do IBS, CBS e do novo Cadastro Imobiliário Brasileiro, Receita Federal terá cruzamento total de dados de imóveis. Especialistas alertam: quem não se organizar agora pode perder rentabilidade e ser autuado.

A reforma tributária aprovada em 2023 e regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 inicia, em 2026, um novo capítulo na tributação dos aluguéis no Brasil. Os impactos vão muito além do tradicional Imposto de Renda: proprietários de imóveis terão que conviver com novas regras, maior fiscalização e mais impostos — especialmente aqueles com patrimônio imobiliário mais expressivo.

A nova lei cria dois tributos prin-

cipais: o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que substitui ICMS e ISS, e a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), que reúne PIS e Cofins. Ambos passam a incidir também sobre receitas de aluguel quando dois critérios forem atendidos ao mesmo tempo: o contribuinte possuir mais de três imóveis alugados e ter receita anual superior a R\$ 240 mil com locações.

“Quem tem três ou quatro imóveis alugados pode achar que está fora do radar, mas esse será exatamente o perfil mais impactado. O cruzamento de dados será automático. O contribuinte não vai mais ‘escapar’ por desconhecimento”, alerta Marcelo Cardoso, sócio da Bastazini Contabilidade.

Além dos novos tributos, en-

tra em vigor o Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB), um banco de dados unificado com todas as informações sobre os imóveis do país, alimentado por cartórios, prefeituras, Receita Federal e outros órgãos. Esse sistema será integrado ao SINTER, permitindo que a Receita Federal tenha acesso em tempo real ao número de imóveis de cada CPF, aos valores de aluguel recebidos e ao uso correto (ou não) do Carnê-Leão.

Para quem ainda trabalha com locações informais ou não faz a declaração mensal dos rendimentos via e-CAC, o risco é alto. “A Receita vai conseguir saber exatamente quantos imóveis você tem, onde estão e quanto rendem. E, se a renda não estiver sendo declarada, a autuação será inevitá-



vel”, explica Patrícia Bastazini, fundadora da Bastazini Contabilidade.

Diante desse cenário, o planejamento se torna essencial. O caminho mais utilizado pelos clientes da Bastazini tem sido a criação de holdings patrimoniais, que centralizam a gestão dos imóveis e podem permitir maior organização, além de ganhos em eficiência tributária.

“Não é sobre fugir de imposto, é sobre estruturar. A holding permite separar a renda pessoal da jurídica, distribuir lucros de forma mais clara e até reduzir a carga tributária quando bem planejada. Mas cada caso precisa ser analisado com cuidado”, reforça Marcelo.

Segundo ele, há ainda muitas dúvidas sobre quando abrir uma holding e se realmente compensa. Para isso, o primeiro passo é fazer um diagnóstico completo da situação atual e projetar o impacto futuro, caso nenhuma medida seja tomada.

Dicas práticas para quem possui imóveis alugados

** Verifique se você possui mais de três imóveis alugados;*

** Some sua receita anual bruta com locações (meta de R\$ 240 mil);*

** Formalize todos os contratos e mantenha recibos e controles atualizados;*

** Use o Carnê-Leão mensal para declarar aluguéis recebidos de pessoas físicas;*

** Avalie com o contador a possibilidade de abrir uma holding patrimonial;*

** Revise o modelo tributário da sua empresa (se já tiver CNPJ de locação);*

** Organize as contas bancárias: separe pessoa física da jurídica;*

** Prepare-se para o CIB e*

SINTER: seu patrimônio será todo rastreável a partir de 2026.

Patrícia reforça que o perfil de cliente mais impactado não é o dos grandes investidores, e sim o da família que tem quatro imóveis, recebe um bom aluguel e nunca estruturou o negócio como empresa. “Essas pessoas precisam se antecipar. Se deixarem para 2026, podem pagar mais imposto do que precisam — ou ainda, responder por omissão”, afirma.

Com previsão de arrecadação recorde e inteligência artificial aplicada à fiscalização, a Receita Federal está pronta para fechar o cerco a informalidades patrimoniais. A única alternativa, segundo os especialistas, é agir antes.

“Planejar agora significa ter controle, previsibilidade e tranquilidade no futuro. Aluguel continuará sendo um bom negócio — desde que o proprietário esteja preparado para o novo ambiente fiscal”, conclui Marcelo Cardoso.

Maior contratante do Brasil, setor de serviços valoriza empatia e adaptabilidade: AeC tem mais de 2,3 mil vagas

Segundo o Caged, apenas em agosto, o setor gerou mais de 55 mil empregos formais, quase 38% do saldo nacional, um movimento que a AeC impulsiona no Brasil com milhares de novas oportunidades



Setor de Operações da AeC em João Pessoa

Empatia, habilidade de comunicação e adaptabilidade. Essas são as principais características para quem pretende ingressar no setor de Serviços que, atualmente, oferece inúmeras possibilidades. Depois de uma década fora do mercado de trabalho, Diandra Mendes Alves Batista, de 35 anos, comemora o período de treinamento em curso na AeC, referência nacional em soluções para a experiência do cliente e gestão de processos de negócios e uma das maiores empregadoras privadas da região

Nordeste. A atendente de telemarketing precisou parar de trabalhar para cuidar do filho, fruto de uma gestação de alto risco.

Ao tentar retornar ao mercado, enfrentou dificuldades e até discriminação. “Em um dos processos seletivos, cheguei a ouvir que a empresa priorizava candidatos homens e, preferencialmente, jovens, sem filhos”, relembra. Contratada pela AeC há um mês, Diandra comemora a oportunidade de conciliar maternidade

e trabalho. “Voltei com toda a força, me adaptando às novas tecnologias e investindo na construção da minha carreira e da minha independência”, afirma.

Diandra é apenas um exemplo de um setor que, há meses, lidera a quantidade de contratações no Brasil. De janeiro a agosto/25, a AeC realizou mais de 16,6 mil novas contratações nos quatro estados do Nordeste em que atua: Paraíba, Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte. Apenas na

Paraíba, o número foi de 8.892 novos postos ocupados, inclusive, inaugurando a unidade em Patos, no Sertão do estado.

Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, em agosto, o setor de Serviços foi um dos principais motores do resultado positivo alcançado na região Nordeste com mais 55.344 postos formais criados, o que corresponde a 37,6% do saldo nacional de 147.358 vagas. Na Paraíba e no Ceará, o saldo apenas em agosto foi superior a 2 mil vagas e em Alagoas e no Rio Grande do Norte, acima dos 1,2 mil.

Para a superintendente de Pessoas da AeC para o Nordeste, Yveth Alves, essas novas contratações refletem o crescimento da companhia que, apenas na região Nordeste, emprega mais de 35 mil pessoas. “Os resultados significativos alcançados para os clientes têm contribuído sobremaneira para a ampliação do portfólio de serviços demandados, o que exige a expansão do quadro de colaboradores. A cada minuto, a AeC gera um novo emprego em algum lugar do Brasil e, diariamente, promove 16 pessoas”, avalia.

Para trabalhar no setor, Yveth lista as principais características: comunicação, relacionamento interpessoal, adaptabilidade, proatividade, organização e bom humor, além de ética profissional, inteligência emocional e vontade de aprender continuamente. A capacidade de trabalhar em equipe, solucionar problemas, gerenciar o tempo e ter um bom nível de comunicação são cruciais para o sucesso na área.

VAGAS ABERTAS

Atualmente, a AeC tem 1.862 vagas disponíveis nas suas seis unidades do Nordeste. Na Paraíba, as 920 vagas estão distribuídas entre os municípios de João Pessoa (637), Campina Grande (163) e na nova unidade de



Patos (120). No Ceará, são 770 oportunidades em Juazeiro do Norte; em Alagoas, 95 vagas em Arapiraca e no Rio Grande do Norte, 77 na cidade de Mossoró. No Sudeste, a empresa oferece 488 oportunidades sendo 304 em Belo Horizonte, 100 em Montes Claros/MG, 45 no Rio de Janeiro e 39 em São Paulo.

As oportunidades são voltadas ao setor de atendimento ao cliente, com contratação pelo regime CLT, e benefícios como plano de saúde e odontológico, seguro de vida, auxílio creche, jornada reduzida de 6h20 e possibilidade de crescimento profissional. Em algumas cidades, há ainda a opção de trabalho remoto.

A AeC está entre as empresas líderes do setor, na entrega de soluções

de experiência do cliente e gestão de processos terceirizados. Servindo as principais marcas do mercado nacional, recebeu nos três últimos anos o título de Empresa do Ano de BPO pela conceituada Frost and Sullivan. Líder também nas práticas de ESG, recebe há nove anos consecutivos o título de Melhor Empresa de Serviços pela Época Negócios 360°. Com um olhar inovador, o seu diferencial está no modo como integra o cuidado com as pessoas e aplica tecnologia de ponta em seus processos, como inteligência artificial, robotic process automation, serviços em nuvem e ferramentas de analytics e segurança. Atualmente, a AeC possui 24 unidades distribuídas por 7 estados do país e é certificada pelo instituto Great Place to Work como uma das melhores empresas para trabalhar do país.

Atualização de certidões fica até 94% mais rápida com novo recurso da CBRdoc

Nova funcionalidade automatiza processos burocráticos, reduz custos operacionais e gera impacto macro para empresas sujeitas a exigências documentais

A burocracia para manter certidões atualizadas é um dos principais desafios operacionais de empresas brasileiras. Com o objetivo de simplificar e acelerar esse processo, a CBRdoc, empresa especializada na gestão e obtenção de documentos em todo o território nacional, acaba de lançar uma nova funcionalidade que automatiza toda a etapa de atualização de certidões.

O recurso representa um salto significativo em produtividade: tarefas que antes exigiam até 250 horas de trabalho e o envolvimento de até nove pessoas agora podem ser concluídas em menos de um minuto, sob supervisão leve de apenas um colaborador. Além do ganho operacional, o custo estimado para atualização de mil documentos cai de cerca de R\$ 9,5 mil para aproximadamente R\$ 500, o que representa uma economia expressiva em tempo e recursos.

Além disso, é capaz de tornar o processo até 94% mais rápido em comparação ao modelo tradicional. A funcionalidade combina Inteligência Artificial e entrega assistida, permitindo que o usuário envie uma certidão antiga via upload e receba automaticamente a nova versão atualizada, sem preenchimentos ou leituras manuais.

De acordo com pesquisa da Força-Tarefa de Reforma Tributária da Amcham Brasil (Câmara Americana de Comércio), companhias no país chegam a gastar até R\$ 3,59 milhões por ano com a regularização de certidões negativas de débito, especialmente em setores altamente regulados. Um levantamento do Banco Mundial reforça o cenário: no Brasil, as empresas dedicam cerca de 1.501 horas anuais ao cumprimento de obrigações

tributárias. Número seis vezes superior à média global de 233 horas.

“Com o novo recurso, a atualização de certidões passa a ocorrer em questão de segundos, unindo agilidade, segurança e confiabilidade em um só processo”, destaca Allan Jorge Mendonça, Co-CEO da CBRdoc.

A CBRdoc já atua com grandes companhias nacionais, entre elas Suzano, Bradesco, Enel e Raia Drogasil, e tem se consolidado como uma das principais referências do setor. A empresa registrou crescimento de 95% no faturamento em 2024 e projeta expansão superior a 80% no volume de documentos enviados em 2025, impulsionada pela adoção do novo sistema automatizado.

“A tecnologia da CBRdoc tem sido um diferencial estratégico na agilidade dos nossos processos de crédito imobiliário, especialmente na obtenção de certidões e na organização documental. A centralização das informações e a significativa redução de tempo nos proporcionam mais segurança jurídica e eficiência operacional”, destaca Ailos, cliente da empresa.

Com a crescente digitalização e as demandas por compliance, auditorias e

transparência regulatória, soluções automatizadas como a da CBRdoc se tornam cada vez mais estratégicas. Além de reduzir custos invisíveis, como retrabalhos e entraves administrativos, a automação libera as equipes para atividades de maior valor agregado, melhora o controle sobre prazos e documentos e minimiza riscos de penalidades por falhas de regularidade.

A Central Brasileira de Documentos (CBRdoc) é uma empresa de Tecnologia da Informação que oferece soluções inovadoras, como Inteligência Artificial, para o gerenciamento, extração e solicitação de documentos e que, há mais de uma década, atua com empresas de qualquer porte. Com seu serviço, é possível que empresas solicitem buscas volumosas de documentos a serem procurados em todo Brasil.

Com uma equipe altamente especializada e tecnologia diferenciada, a empresa oferece soluções que otimizam o tempo e facilitam a vida dos clientes, eliminando a fricção e o estresse nas interações com órgãos reguladores, proporcionando uma experiência mais ágil e eficiente. A premissa principal é que, com poucos cliques e uma plataforma acessível, o cliente tenha acesso a toda informação que precisar de forma desburocratizada.



Grupo Partners compra agência Lápis Raro e amplia sua atuação no mercado de comunicação

Negociação reforça portfólio do maior conglomerado de comunicação corporativa de Minas Gerais e um dos maiores do Brasil, que projeta superar faturamento de R\$ 100 milhões até o fim de 2026



Da esquerda para direita: Luiza Lacerda (Lápis Raro), Dino Sávio (Grupo Partners), Cris Cortez (Lápis Raro), Grasi Scalioni (Lápis Raro), Dino Bastos (Grupo Partners), Carla Madeira (Lápis Raro)

Numa negociação que levou mais de um ano até a concretização do negócio, o Grupo Partners anuncia a aquisição de 100% das ações da Lápis Raro, maior agência de publicidade do Estado e uma das mais premiadas e respeitadas do setor.

Para Carla Madeira, fundadora da Lápis Raro, “a decisão de fazer parte de um grande grupo de comunicação é resultado de uma estratégia iniciada há seis anos, período em que a agência fortaleceu suas lideranças, estrutura e processos internos. Esse movimento, desejado e planejado, garante que a mudança de controle não afete a operação, a cultura ou a qualidade das entregas. Agora, a Lápis segue em frente, ainda mais preparada para levar seu pensamento de marca e criatividade para o mercado nacional. Nada muda, tudo fica melhor”.

Fundada por mulheres, a Lápis Raro

permanece sob a liderança da atual CEO, Grasiela Scalioni, ao lado da CCO (Chief Creative Officer), Cris Cortez. Com a negociação, Carla Madeira segue atuando como presidente do Conselho de Administração da empresa, posição que ocupa há dois anos.

“A aquisição da Lápis Raro integra a estratégia de expansão e diversificação do portfólio do grupo, unindo a força da comunicação corporativa à relevância criativa e estratégica da Lápis Raro. A agência tem se destacado por sua abordagem inovadora e papel consultivo junto a grandes marcas e isso é um ativo essencial na estratégia de negócio do Grupo Partners. Tudo ficará melhor com a entrada da Lápis Raro. Novas oportunidades de expansão nacional, alinhadas à vocação integradora da empresa, trarão oportunidades de crescimento e reconhecimento. Queremos aprender e somar com a agência, que seguirá com autonomia sua

trajetória vencedora”, revela Dino Bastos, presidente do Grupo Partners.

Com sua maior aquisição até o momento, o Grupo Partners passa a oferecer ao mercado serviços de comunicação 360 graus, complementando um portfólio composto ainda pela Lebbe, que atua no Digital; a Corp, Assessoria de Imprensa e Relações Públicas; e a Buscar ID, agência de Dados – além de participação societária na PR Tech Mention, primeira e maior plataforma de assessoria de imprensa baseada em inteligência artificial da América Latina. “Agora estamos completos ao acrescentar ao nosso portfólio serviços de publicidade e branding”, acrescenta Dino.

Com escritórios em Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), São Paulo-SP, e São Luiz (MA), o Grupo Partners atua em 15 Estados da Federação e conta atualmente com mais de 500 colaboradores.

Morre pioneiro do lítio no Brasil

Fundador da CBL-Cia. Brasileira de Lítio, Salustiano Costa, faleceu aos 90 anos de idade no dia 21 de outubro



A mineração brasileira perdeu um pioneiro do lítio. Salustiano Costa Lima da Silva, fundador e acionista majoritário da Companhia Brasileira de Lítio (CBL), morreu na noite do dia 21 de outubro, aos 90 anos.

A Prefeitura Municipal de Araçuaí (MG), onde fica localizada a mina de Cachoeira, principal operação da CBL, decretou luto oficial de três dias.

Salustiano fundou a empresa em 1985, junto com o sócio Aguinaldo Pires Couto, e esteve à frente da operação desde o início em 1991.

Informações da empresa, foram grandes as dificuldades de implementação e operação, principalmente por se tratar de uma lavra subterrânea localizada no Vale do Jequitinhonha, então uma das regiões mais carentes do país e sem vocação e infraestrutura para a indústria de alto padrão.

Localizada em Araçuaí e Itinga, a mina da Cachoeira possui galerias que atingem até 220 metros de pro-

fundidade e 14 quilômetros de extensão. Nos pegmatitos litíferos são encontrados quartzo, feldspato, mica e o espodumênio.

Pioneira também no beneficiamento do espodumênio, a mineradora produz 45 mil t/ano de concentrado de espodumênio, com 5,5% de Li₂O e está prestes a ampliar a produção

LUTA HISTÓRICA

A empreitada de Salustiano Costa Silva para desenvolver a CBL foi relatada também pelo escritor Lindolfo Paoliello, ex-diretor de Relações Institucionais da companhia, principalmente para resistir ao assédio de empresas norte-americanas, europeias e chinesas que tentaram por anos comprar a empresa.

Ele chama a trajetória de "luta histórica" e conta uma conversa que teve com o fundador, que acabou sendo uma convocação. "Ele (Salustiano), me disse: Eu não tenho como

cuidar da gestão da empresa, porque eu passo o tempo todo enfrentando ações judiciais de empresas que são compradoras da CBL e que querem importar lítio dos países dos quais elas são originárias".

Paoliello observa que as multinacionais envolvidas, clientes da CBL e atuantes no mercado brasileiro, judicializavam a CBL para forçar a liberalização do mercado de importação de lítio, o que comprometeria o desenvolvimento tecnológico de Minas Gerais.

A situação levou a CBL a buscar apoio do governo federal, em 1982 "Nós procuramos o Estado brasileiro. Nós achamos que a única forma que tinha que fazer é a forma que hoje quem está acompanhando de perto isso aqui sabe que são os subsídios que os países industrializados dão para o lítio", afirmou. O relato de Paoliello está registrado na Assembleia Legislativa, em audiência pública da comissão de Desenvolvimento Econômico.

SENAI e Prefeitura de São Gonçalo do Rio Abaixo inauguram o Lab

O empresário de mineração e siderurgia José Fernando Coura foi homenageado, no dia 3 de outubro, em São Gonçalo do Rio Abaixo, durante a reinauguração do Centro de Educação Profissional José Fernando Coura e a implantação do Senai Lab.

A unidade do Senai, que leva o nome de José Fernando Coura, funciona há 15 anos e, com sua ampliação, também irá oferecer cursos em nível médio de robótica, automação e operação de impressoras 3D, além dos já oferecidos na área de eletricidade.

Em sua fala, Fernando Coura destacou a importância das instalações que estavam sendo inauguradas, pelo impulso que darão à melhoria da qualificação dos jovens da região. Dessa forma, a nova unidade irá, segundo Coura, contribuir para que a indústria mineira cumpra sua missão de impulsionar o desenvolvimento econômico da região e do país.

“Daqui dessa casa sairão os jovens que farão o Brasil do futuro”, afirmou Coura, que foi homenageado por sua contribuição ao desenvolvimento do setor mineral, o fortalecimento da indústria mineira e o avanço da educação profissional ao longo dos últimos 15 anos, em São Gonçalo e na região.

PARCERIA RENOVADA

O Senai Lab é fruto de uma parceria firmada entre a Prefeitura de São Gonçalo do Rio Abaixo, a mineradora Vale e a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), à qual o Senai está vinculado. A unidade utiliza metodologia de ensino desenvolvida no Instituto de Tecnologia de Massachussets, nos Estados Unidos, que é focado em projetos de inovação e na ampliação da capacidade dos alunos de solucionar problemas complexos e de trabalhar em equipe.

Parte dos recursos que permitiram a ampliação da unidade já existente em São Gonçalo do Rio Abaixo vieram do Fundo



Municipal de Desenvolvimento Econômico, que é mantido com parte (15%) dos recursos que o município recebe mensalmente da Contribuição Financeira sobre a Exploração Mineral (CFEM).

Em São Gonçalo, está a mina de Brucutu, a segunda maior unidade da mineradora Vale fora de Carajás. Em setembro, a CFEM resultante de Brucutu representou para a prefeitura uma receita de R\$ 22,6 milhões, a maior do Estado entre todos os municípios mineradores.

Desse total, R\$ 3,39 milhões foram aportados pela prefeitura no fundo. Os recursos financiam a melhoria da infra-

estrutura da cidade e, também, projetos para a atração de novos investimentos, que, preferencialmente, não façam parte da cadeia produtiva da mineração. Ano passado, segundo o secretário de Desenvolvimento Econômico de São Gonçalo, o fundo recebeu R\$ 268 milhões.

Com os recursos do Fundo a prefeitura fez obras de infraestrutura, como a de construção do trevo de acesso à BR-381 e de implantação do distrito Industrial. Toda destinação de recursos do Fundo tem que ser aprovada pelo conselho do Fundo, no qual têm assento representantes da Prefeitura e de instituições da sociedade civil do município.

Empreender em dólar: o que torna os EUA o ambiente ideal para internacionalizar sua empresa hoje

Com moeda forte, economia estável e cultura pró-negócios, os Estados Unidos seguem como a opção mais segura para empresas que desejam escalar e diversificar receitas. As vantagens fiscais e a previsibilidade regulatória também favorecem empresas estrangeiras



A abertura de empresas por estrangeiros nos Estados Unidos cresceu 12% em 2024, segundo o Departamento de Comércio. O dado reflete a consolidação do país como o principal destino para negócios que buscam previsibilidade jurídica e estabilidade cambial. Para Alfredo Trindade, economista e CEO da Ecco Planet Consulting, esse movimento demonstra uma mudança estratégica de empreendedores brasileiros. “Empreender nos Estados Unidos tem sido, para muitos empresários, mais do que uma opção de expansão. É uma forma de proteção contra volatilidades do ambiente de negócios local”, afirma.

CENÁRIO MACROECONÔMICO FAVORÁVEL

De acordo com a U.S. Bureau of Economic Analysis (BEA), os investimentos diretos estrangeiros nos Estados Unidos somaram US\$ 151 bilhões em 2024, em aquisições, expansões e novas operações de negócios. O número reforça a posição do país como um dos mercados mais capitalizados do mundo. A Financial Times apontou que a participação dos EUA nos novos projetos internacionais cresceu de 11,6% para 14,3% no último ano, confirmando o fortalecimento da economia americana como polo global de atração

de capital produtivo.

Para Trindade, o cenário não se explica apenas pela força do dólar, mas também pela previsibilidade institucional. “Nos EUA, o empreendedor sabe quais são as regras do jogo. Isso permite estruturar estratégias de médio e longo prazo com segurança”, avalia o executivo.

VANTAGENS COMPETITIVAS PARA EMPRESAS ESTRANGEIRAS

Entre os principais fatores que tornam o ambiente americano atrativo, especialistas apontam o sistema regulatório transparente, a estabilidade jurídica e os incentivos fiscais oferecidos por estados e municípios. O governo federal mantém políticas de estímulo ao investimento estrangeiro em setores estratégicos, como tecnologia, energia renovável e infraestrutura.

A U.S. Small Business Administration (SBA) destaca ainda que pequenas e médias empresas representam 99,9% do total de negócios no país, empregando quase metade da força de trabalho privada. “É um ambiente de consumo maduro, que valoriza a inovação e o serviço especializado. Isso cria oportunidades reais para empresas brasileiras que saibam se

posicionar”, explica Trindade.

PLANEJAMENTO E ADAPTAÇÃO CULTURAL

Segundo a Ecco Planet Consulting, 70% das empresas brasileiras que fracassaram nos Estados Unidos iniciaram suas operações sem um estudo adequado de mercado e sem validar o produto junto ao público local. “O que funciona no Brasil não necessariamente terá aderência nos EUA. Questões como hábitos de consumo, linguagem e canais de distribuição precisam ser repensadas”, afirma Trindade.

O processo de internacionalização, ressalta o especialista, envolve também ajustes societários e fiscais, que variam conforme o estado escolhido. É necessário compreender as exigências locais de contabilidade, compliance e legislação trabalhista para evitar sanções e prejuízos.

INTERNACIONALIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE DIVERSIFICAÇÃO

O fortalecimento do dólar frente ao real, aliado ao acesso facilitado a crédito e à estabilidade institucional, transformou a presença nos Estados Unidos em um escudo financeiro para muitas empresas brasileiras. “Empreender em dólar significa planejar em moeda forte, com maior previsibilidade de receitas e custos”, explica Trindade.

O movimento de internacionalização também tem efeito reputacional. Estar estabelecido nos EUA é visto como um selo de credibilidade e profissionalismo no mercado global. “A presença em solo americano reforça a imagem de solidez e abre portas para novos investidores e parcerias internacionais”, conclui o executivo.

Palestras movimentaram a programação do Minas Trend da FIEMG

Especialistas discutiram temas desde gestão estratégica e posicionamento de marca ao futuro da moda e inteligência artificial

Além do salão de negócios, exclusivo para compradores, a 34ª edição do Minas Trend também contou com uma programação movimentada de palestras gratuitas e abertas ao público. Temas como estratégias de gestão, posicionamento de marca, jornada do cliente, futuro da moda e inteligência artificial foram discutidos por profissionais e consultores de moda, entre os dias 21 e 23 de outubro, no BH Shopping.

Uma das palestrantes convidadas, a especialista em gestão de lojas, criadora do Método O.R.T.I.G.A.® e mentora de lojistas em todo o Brasil, Janaína Ortega Abi-Ackel, falou sobre os principais métodos de organização de processos, para que as lojas tenham lucro e cresçam de verdade. Ela destacou a importância de conhecer bem o próprio negócio e de valorizar os bons clientes.

“Seus hábitos como lojista precisam ser do tamanho da sua loja, pois esses hábitos serão do tamanho do seu lucro. Por isso, tenha atenção ao seu estoque, faça o básico bem feito, com estratégia, sem querer inventar a roda. Utilize o ranking de clientes para conhecer o seu público, cuide dele e valorize-o. E, claro, tenha uma equipe sempre bem treinada”, destacou.

E falando em público-alvo, a palestra “Dicas e estratégias para empreendedores de moda”, ministrada pela editora e pesquisadora na Start by WGSN, Maria Eduarda Veríssimo, também analisou importância de estudar e conhecer muito bem o público e o nicho que se quer atingir, sobretudo para os micro e pequenos empreendedores.



“Eu sempre falo que nicho é ouro. Então, entenda seu nicho, considerando regionalidade, onde a marca está posicionada, para quem você vende. Entenda esse público e aí você vai conseguir adaptar com segurança, criar sua coleção. Um bom exemplo que gosto de citar é de uma marca, que é conservadora, voltada a público modesto, cristão, mas que conseguiu

trazer o borro, que é uma moda que é praticamente progressista, adaptada a essa marca. Então, aproveite de uma tendência que é macro, que está sendo super conversada, e que é comercial, e adapto para quem? Para o meu nicho”, explicou Veríssimo.

Já a palestra “Por que a sua loja não dá lucro como antes?”, com o con-



sultor especializado em planejamento e gestão para empresas de moda, Leonardo Siqueira, abordou a complexidade atual do mercado da moda, tendo em vista as novas tecnologias e a necessidade de se adaptar a essas mudanças. “Hoje, não basta mais ter uma boa vitrine, um bom mailing de clientes ou simplesmente estar no e-commerce. A experiência de compra mudou. Hoje nós temos, por exemplo, o TIKTOK Shop, que vende mais de R\$ 5 milhões de reais por dia no Brasil, o ChatGPT que também tem um recurso de compras dentro do site. Enfim, são muitas mudanças e os lojistas precisam estar preparados para utilizar essas ferramentas e não ficarem para trás”, ressaltou.



Walter Rodrigues, estilista e consultor de design de produto, coordenador do Núcleo de Pesquisa e Design do Inspiramais, também trouxe para o centro das discussões as mudanças no mercado e o futuro da moda. “Este é um momento de mudança que não é apenas de estação, é também de, de forma e de pensamento. Então, eu acho que o empresário, ele tem que entender qual é o papel dele na indústria da moda, o que realmente a marca dele representa, qual o valor dessa marca, qual o poder que ele tem de chegar no seu consumidor e cada vez mais trabalhar isso de forma onde ele traga inovação na proporção correta, que ele traga a tendência na propor-

ção correta, com muita criatividade, para não ficar igual a todo mundo”, analisou.

AS PALESTRAS QUE FIZERAM PARTE DA PROGRAMAÇÃO:

“Por que a sua loja não dá lucro como antes?”, com Leonardo Siqueira, sócio e consultor da Hangar Consultoria.

“Do caos ao lucro: o roteiro das lojas que crescem de verdade”, com Janaína Ortiga, especialista em gestão de lojas.

“Expansão de canais: como marcas de moda estão reinventando seu mercado”, com Marcia Croce, designer de joias e fundadora da DGNG; e Manoel Bernardes, joalheiro e empresário.

“Dicas e estratégias para empreendedores de moda”, com Maria Eduarda Veríssimo, editora e pesquisadora na Start by WGSN.

Sebrae apresenta – Palestra: “Inspiramais 2026 II”, com Walter Rodrigues, estilista e consultor de design de produtos, coordena o Núcleo de Pesquisa e Design do Inspiramais.

Sebrae apresenta – Palestra: “Lançamento tendências Primavera Verão 26/27”, com Angélica Coelho, designer de moda.

Sebrae apresenta – Palestra: “Moda para além da IA: criatividade conectada à tecnologia”, com Aline Nunes, consultora no Senai CETIQT.

O Minas Trend é uma realização da FIEMG, por iniciativa de sua Câmara da Indústria de Insumos e Transformação do Vestuário, Calçados e Acessórios, e suas entidades Sesi e SENAI, com patrocínio da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge) e apoio máster do Sebrae Minas.

Gerdau é campeã do Prêmio AutoData 2025 na categoria inovação tecnológica e ESG

Maior produtora brasileira de aço foi reconhecida pelo projeto Gerdau Tech Ecomachining, que oferece usinabilidade, alta performance com sustentabilidade para a cadeia automotiva

A Gerdau, maior empresa brasileira produtora de aço e uma das principais fornecedoras de aços especiais para o setor automotivo do mundo, foi a grande vencedora da categoria Inovação Tecnológica e ESG do Prêmio AutoData 2025, a mais tradicional e prestigiada premiação da indústria automotiva nacional, que celebra as empresas e os profissionais que mais se destacaram no setor. A empresa é também uma das agraciadas do 27º Prêmio Minas - Desempenho Empresarial - Melhores e Maiores, na Categoria Empresa Excelência de Minas Gerais, uma iniciativa desta publicação.

O reconhecimento foi concedido ao projeto Gerdau Tech Ecomachining, uma linha de aços especiais, com ligas atóxicas desenvolvida especialmente para processos de usinagem de alta precisão, um processo essencial para a fabricação de peças como motores, eixos e sistemas de transmissão, sem comprometer o meio ambiente. Voltado a setores como o automotivo e agrícola, o novo aço alia sustentabilidade, performance e segurança operacional.

O desenvolvimento da nova linha reforça o compromisso da empresa com o pilar de sustentabilidade e a geração de valor para os clientes, entregando soluções que contribuem com a melhora da competitividade da cadeia automotiva. Testes realizados em parceria com o SENAI São José dos Campos comprovaram ganhos significativos, incluindo o aumento de até 40% na vida útil das ferramentas de corte e uma redução de 30%



GERDAU

O futuro se molda

nas trocas, impactando diretamente a produtividade e a redução de resíduos para seus clientes.

"A inovação e a sustentabilidade são pilares estratégicos para a Gerdau. A nova linha reforça o papel da companhia como fornecedora estratégica de soluções em aço, agregando valor real aos produtos dos clientes e contribuindo para um setor mais sustentável e competitivo. Ser a primeira produtora de aço a vencer esta categoria do Prêmio AutoData demonstra nosso compromisso com o futuro da cadeia do aço", afirma Rafael Reifschneider, Líder de Marketing da Gerdau Aços Especiais.

Criado em 2000, o Prêmio AutoData foi pioneiro em destacar o trabalho realizado pelas empresas, líderes setoriais e produtos na indústria automotiva brasileira. A edição deste ano contou com 39 finalistas em onze categorias e a votação foi aberta ao público.

Com 124 anos de história, a Gerdau é a maior empresa brasileira produtora de aço e uma das principais fornecedoras de aços longos nas Américas e de aços especiais no mun-

do. No Brasil, também produz aços planos, além de minério de ferro para consumo próprio. Com o propósito de empoderar pessoas que constroem o futuro, a companhia está presente em vários países e conta com mais de 30 mil colaboradores em todas as suas operações. Maior recicladora da América Latina, a Gerdau tem na sucata uma importante matéria-prima: cerca de 70% do aço que produz é feito a partir desse material. Todo ano, 10 milhões de toneladas de sucata são transformadas em diversos produtos de aço. A companhia também é a maior produtora de carvão vegetal do mundo, com mais de 230 mil hectares de base florestal no estado de Minas Gerais. Como resultado de sua matriz produtiva sustentável, a Gerdau possui, atualmente, uma das menores médias de emissão de gases de efeito estufa (CO₂e), de 0,85 t de CO₂e por tonelada de aço, o que representa aproximadamente a metade da média global do setor, de 1,92 t de CO₂e por tonelada de aço (worldsteel). Para 2031, a meta da Gerdau é diminuir as emissões de carbono para 0,82 t de CO₂e por tonelada de aço. As ações da Gerdau estão listadas nas bolsas de valores de São Paulo (B3) e Nova Iorque (NYSE).

Colaboração e propósito marcam a Semana Global do Empreendedorismo 2025

Sebrae é embaixador da iniciativa no país, que acontece entre 17 e 23 de novembro, e promoverá diversas ações para impulsionar o empreendedorismo e os pequenos negócios

O Brasil conta com cerca de 23 milhões de pequenos negócios e Minas Gerais possui mais de 2,4 milhões, entre microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, segundo dados da Receita Federal. Para estimular e fortalecer o empreendedor, apoiamos o maior movimento mundial, a Semana Global do Empreendedorismo (SGE), no qual o Sebrae é embaixador no Brasil.

A edição de 2025 acontece de 17 a 23 de novembro, com o tema “Juntos Construímos”, que destaca o poder da comunidade e da colaboração na construção de novos negócios e ideias transformadoras. O Sebrae Minas promoverá centenas de atividades em todas as regiões do estado, como capacitações, palestras, oficinas, mentorias e conexão entre empreendedores. A programação tem o objetivo de inspirar pessoas a empreenderem com propósito, estimulando o crescimento de negócios locais e a troca de experiências. Clique aqui e saiba quais ações serão realizadas na sua cidade.

“O Sebrae Minas tem o papel de conectar pessoas, ideias e oportunidades, além de contribuir para a construção de um ambiente de negócios mais favorável, forte e inovador. Para isso, contamos com diversas soluções a quem deseja abrir, diversificar ou ampliar um empreendimento. A Semana Global do Empreendedorismo é uma ótima oportunidade para adquirir novos conhecimentos, participar de uma programação exclusiva e trocar experiências com outros empreendedores”, afirma o presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae Minas, Marcelo de Souza e Silva.



PROTAGONISMO RECONHECIDO NO MUNDO

Na edição de 2024, o Sebrae se destacou internacionalmente ao ser reconhecido pela GEN Global (Global Entrepreneurship Network), organizadora do movimento, como a instituição com maior número de atividades no mundo durante a SGE. Foram 7.232 atividades cadastradas em todo o país, sendo 5.291 iniciativas promovidas pelo Sebrae Minas. O Brasil foi responsável por 34% das atividades global e a instituição mineira representou 25% dessas ações no mundo e 74% no país.

A instituição recebeu o Prêmio Global Entrepreneurship Network (GEN) 2025, durante o Global Entrepreneurship Congress (GEC), realizado em Indianápolis, nos Estados Unidos, no em junho deste ano. O Sebrae foi destaque na categoria “Instituição Catalisadora da Semana Global do Empreendedorismo”, iniciativa que mobiliza fundadores, investidores, formuladores de políticas e líderes de ecossistemas de 200 países.

O reconhecimento ao Sebrae reforça o papel estratégico da instituição no suporte a micro e pequenas empresas em todo o país, na construção de ecossistemas de inovação e na

consolidação do Brasil como referência global em empreendedorismo.

SGE

O movimento começou em 2008 com o objetivo de inspirar jovens a deixar sua marca no mundo empreendedor. Atualmente, a Semana reúne empresários, investidores, formuladores de políticas, pesquisadores, organizações de apoio e outros que colaboram para promover o crescimento econômico e a inovação por meio do empreendedorismo.

A SGE já impactou mais 10 milhões de pessoas em todo o mundo, conta com 20 mil parceiros, mais de 40 mil atividades e envolve a participação de 200 países, que ofertam ações simultâneas para inspirar e apoiar empreendedores. Para dar apoio e suporte ao movimento, a SGE disponibiliza um banco de ideias com mais de 100 sugestões para a organização de atividades criativas e inovadoras. Além disso, convida instituições a celebrar e capacitar empreendedores em diversos países e comunidades ao redor do mundo.

Para participar, basta cadastrar suas atividades no site da GEN, no link: <https://www.genglobal.org/node/add/activity>

Fecomércio MG disponibiliza linha de crédito com taxas reduzidas para estimular empresas neste final de ano



Já está disponível para micro e pequenas empresas do setor do comércio de bens, serviços e turismo de Minas Gerais, representadas pela Fecomércio MG, linha de crédito exclusiva com taxas reduzidas, fruto de parceria firmada com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). O momento é oportuno para incentivar as empresas de pequeno porte, justamente as que têm mais dificuldade de crédito para financiar capital de giro.

“Com as taxas de juro de mercado impeditivas às pequenas empresas, consideramos que é fundamental estimular nosso setor com esse tipo de medida de acesso ao crédito. Não podemos esquecer que o grande motor da economia está justamente nas micro e pequenas empresas. Por isso, incentivá-las é assegurar o desenvolvimento de nosso estado”, analisa o presidente da Fecomércio MG, Nadim Donato.

Como mostra a pesquisa Índi-

ce de Confiança do Empresário do Comércio (ICEC), realizada em Belo Horizonte no mês de outubro, as empresas registraram queda no nível de confiança, mesmo assim mais de 60% sustentam a intenção de fazer contratação de pessoal.

A linha de crédito ajustada entre Fecomércio MG e BDMG reforça a estratégia das empresas de seguir expandindo neste final de ano buscando a recuperação do setor. A taxa mínima é de 0,37% ao mês + Selic, 24 meses para pagar e 90 dias de carência. As condições exclusivas de financiamento são válidas por tempo limitado e empresas dos 853 municípios mineiros podem participar.

A contratação é bastante simples e pode ser realizada de forma totalmente digital pelo site do BDMG (bdmg.mg.gov.br) e a taxa exclusiva será aplicada de forma automática no momento da simulação de crédito, com base no CNPJ informado e cadas-

trado no Sistema Fecomércio.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais (Fecomércio MG) é a principal entidade representativa do setor do comércio de bens, serviços e turismo no estado, que abrange mais de 750 mil empresas e 54 sindicatos. Sob a presidência de Nadim Elias Donato Filho, a Fecomércio MG atua como porta-voz das demandas do empresariado, buscando soluções através do diálogo com o governo e a sociedade. Outra importante atribuição da Fecomércio MG é a administração do Serviço Social do Comércio (Sesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) em Minas Gerais. A atuação integrada das três casas fortalece a promoção de serviços que beneficiam comerciantes, empresários e a comunidade em geral, a partir de suas diversas unidades distribuídas pelo estado. Com 86 anos de atuação, a Fecomércio MG é fundamental para transformar a vida dos cidadãos e impulsionar a economia mineira.

FMI estima que a economia brasileira continuará crescendo abaixo da média mundial

Em 2025, o PIB brasileiro deverá apresentar uma expansão de 2,40% e, o mundial, de 3,16%%;

Os Países Emergentes, categoria da qual o Brasil pertence, deverão registrar um crescimento médio, neste ano, de 4,16% - e, assim, muito superior ao brasileiro.

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

O FMI - Fundo Monetário Internacional divulgou, no dia 17 de outubro último, o estudo intitulado World Economic Outlook (Panorama da Economia Mundial), apresentando as suas projeções sobre o desempenho da economia mundial para 2025 - que deverá registrar uma expansão média de 3,16%. Até agora, este ano deverá se configurar como o de menor crescimento já atingido nesta década e, tudo indica, esse nível de expansão pode continuar e se estabilizar na faixa de 3% e, ainda, persistir por mais alguns anos à frente. Cabe salientar que as incertezas à frente são muitas e os riscos, enormes, como alerta o próprio FMI.

De acordo com o documento divulgado, estima-se que a economia mundial alcançará um PIB-Produto Interno Bruto de US\$ 117,165 trilhões - dos quais US\$ 68,599 trilhões serão gerados pelas economias desenvolvidas (58,55%) e US\$ 48,566 trilhões por aquelas consideradas emergentes e em desenvolvimento (41,45%).



Os Estados Unidos se constitui na maior economia mundial, detendo um PIB de US\$ 30,615 trilhões, representando 26,13% do mundial - sendo seguido pela China - com 19,399 trilhões e uma participação relativa de 16,56% no mundial. Na terceira posição encontra-se a Alemanha, com um PIB de US\$ 5,014 trilhões e 4,28% do total mundial.

Em 2025, o Brasil deverá perder para a Rússia uma posição no ranking das maiores economias - passando a ocupar o 11º lugar,

PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO MUNDIAL - 2025 Em US\$ bilhões correntes

	PIB	Taxa Crescimento 2025/2024 - em %
Mundo	117.165.396	3,16
- Desenvolvidos	68.598.619	1,61
Estados Unidos	30.615.743	2,02
Zona do Euro	17.748.965	1,20
Alemanha	5.013.574	0,19
Portugal	337.936	1,87
Japão	4.279.828	1,08
- Emergentes	48.566.910	4,16
Brasil	2.256.910	2,40
Rússia	2.640.656	0,61
Índia	4.125.213	6,65
China	19.398.577	4,80

2025: Projeções
Fonte: FMI//World Economic Outlook Database/Oct 2025
Elaboração: MercadoComum/Há 33 Anos Formando Opiniões!



EVOLUÇÃO DA TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB-PRODUTO INTERNO BRUTO MUNDIAL

Período de 2021 a 2025 - Em %

Ano	Mundo	Países Desenvolvidos	Países Emergentes	Brasil
2021	6,62	6,03	7,03	4,76
2022	3,75	2,98	4,28	3,02
2023	3,51	1,73	4,72	3,24
2024	3,34	1,83	4,33	3,40
2025	3,16	1,61	4,16	2,40

2025: Projeções
Fonte: FMI//World Economic Outlook Database/Oct 2025
Elaboração: MercadoComum/Há 33 Anos Formando Opiniões!

COMPARATIVO DE ESTIMATIVAS DO CRESCIMENTO DO PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO - MUNDO/ BRASIL - Em %

FMI	2025	2026	2027	2028*
Mundo	3,16	3,09	3,23	3,21
Brasil	2,40	1,94	2,24	2,31
FOCUS BANCO CENTRAL - 24.10.2025				
BRASIL	2,16	1,78	1,83	2,00

Fonte: FMI - Banco Central do Brasil/MinasPart Desenvolvimento

com um PIB de US\$ 2,256 trilhões e uma participação no total mundial de 1,93%.

Com um crescimento estimado de 2,02% em 2025, os Estados Unidos devem acrescentar à sua economia o impressionante volume de US\$ 1,318 trilhão - o que representa cerca de 58% de toda a produção brasileira estimada para o mesmo ano.

E as projeções, tanto por parte do FMI como aquelas realizadas pelo mercado financeiro e das empresas de consultoria

macroeconômica brasileiras - como o Relatório Focus do Banco Central, indicam que o cenário doméstico para os horizontes de curto prazo não deverão sofrer mudanças expressivas e continuarão registrando níveis decepcionantes de expansão, principalmente quando confrontados com o grande potencial do Brasil de crescimento econômico - tudo isso influenciado por múltiplos fatores, tais como e entre tantos, a insegurança jurídica, os juros extorsivos praticados, a legislação trabalhista ultrapassada,

MAIORES ECONOMIAS EM 2024
Em US\$ bilhões correntes

Classif.	País	PIB	Part % Total Mundial
01	Estados Unidos	29.298.025	26,37
02	China	18.749.759	16,88
03	Alemanha	4.684.182	4,22
04	Japão	4.019.382	3,62
05	Índia	3.909.892	3,52
06	Reino Unido	3.644.636	3,28
07	França	3.160.902	2,85
08	Itália	2.372.059	2,14
09	Canadá	2.243.637	2,02
10	Brasil	2.179.137	1,96
11	Rússia	2.173.285	1,96
12	Coreia do Sul	1.875.388	1,69
13	México	1.856.356	1,67
14	Austrália	1.795.492	1,62
15	Espanha	1.725.152	1,55
16	Indonésia	1.396.300	1,26
17	Turquia	1.358.231	1,22
18	Arábia Saudita	1.239.805	1,12
19	Holanda	1.214.562	1,09
20	Suíça	938.153	0,84
Total Mundial		111.112.860	100,00

*Previsões. Fonte: World Economic Outlook/FMI - Oct 2023
Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

MAIORES ECONOMIAS EM 2025
Em US\$ bilhões correntes

Classif.	País	PIB	Part % Total Mundial
01	Estados Unidos	30.615.743	26,13
02	China	19.398.577	16,56
03	Alemanha	5.013.574	4,28
04	Japão	4.279.828	3,65
05	Índia	4.125.213	3,52
06	Reino Unido	3.958.780	3,38
07	França	3.361.557	2,87
08	Itália	2.543.677	2,17
09	Rússia	2.540.656	2,17
10	Canadá	2.283.599	1,95
11	Brasil	2.256.910	1,93
12	Espanha	1.891.371	1,61
13	México	1.862.740	1,59
14	Coreia do Sul	1.858.572	1,59
15	Austrália	1.829.508	1,56
16	Turquia	1.565.471	1,35
17	Indonésia	1.443.256	1,23
18	Holanda	1.320.636	1,13
18	Arábia Saudita	1.268.535	1,08
19	Polônia	1.039.619	0,89
20	Suíça	1.002.606	0,86
Total Mundial		117.165.394	100,00

*Previsões. Fonte: World Economic Outlook/FMI - Oct 2023
Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

Focus | MEDIANAS DAS EXPECTATIVAS DE MERCADO

24 de outubro de 2025

	2025				2026				2027				2028			
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Hoje	Comp. semanal*	Hoje	Comp. semanal*	Hoje	Comp. semanal*	Hoje	Comp. semanal*
IPCA (%)	4,81	4,70	4,56	▼ (5)	4,28	4,27	4,20	▼ (2)	3,82	▼ (2)	3,54	▼ (3)				
PIB (var. %)	2,16	2,17	2,16	▼ (1)	1,80	1,80	1,78	▼ (1)	1,83	▲ (1)	2,00	= (85)				
CÂMBIO (R\$/US\$)	5,48	5,45	5,41	▼ (1)	5,58	5,50	5,50	= (2)	5,50	▼ (1)	5,50	▼ (1)				
SELIC (% a.a.)	15,00	15,00	15,00	= (18)	12,25	12,25	12,25	= (5)	10,50	= (37)	10,00	= (44)				

* comportamento dos indicadores desde o último Focus; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento.

▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade
em relação ao Focus anterior



TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL DO PIB MUNDIAL x BRASIL
2001/2025 - Em %

Ano	Mundo	Brasil	Ano	Mundo	Brasil
2001	2,49	1,39	2013	3,45	3,01
2002	2,87	3,05	2014	3,56	0,50
2003	4,27	1,14	2015	3,46	-3,55
2004	5,44	5,76	2016	3,26	-3,28
2005	4,78	3,20	2017	3,84	1,32
2006	5,36	3,96	2018	3,63	1,78
2007	5,45	6,07	2019	2,91	1,22
2008	3,05	5,09	2020	-2,69	-3,28
2009	-0,14	-0,13	2021	6,62	4,76
2010	5,36	7,53	2022	3,75	3,02
2011	4,17	3,97	2023	3,51	3,24
2012	3,52	1,92	2024	3,34	3,40
			2025*	3,16	2,40

*2025: Projeções
Em **vermelho**: anos em que a economia brasileira cresceu menos do que a média mundial; Em **azul**: anos em que a economia brasileira basicamente cresceu no mesmo ritmo da média mundial. Fonte: FMI/World Economic Outlook Database/ Oct 2024. Elaboração: MercadoComum/Há 33 Anos Formando Opiniões!

a burocracia, o baixo nível de produtividade e a “des-carga” tributária.

O Brasil desaprendeu como crescer e, país que não cresce a sua economia, é con-

siderado país condenado.

Neste primeiro quarto do século XXI, o PIB - Produto Interno Bruto brasileiro registra crescimentos da economia nacional acima da

EVOLUÇÃO DA RENDA PER CAPITA - PAÍSES
SELECIONADOS - Em US\$ correntes - Período de 2011 a 2025

	2011	2025*	Variação %
Estados Unidos	50.008,11	89.598,86	+79,17
Alemanha	47.637,89	59.925,32	+25,79
Argentina	12.787,81	14.358,85	+12,29
Brasil	13.326,09	10.577,86	-20,62
Rússia	14.310,21	17.445,75	+21,91
Índia	1.449,60	2.818,03	+94,40
China	5.651,56	13.806,03	+144,29

*Projeções
Fonte: FMI/World Economic Outlook Database - Apr/Oct 2025
Elaboração: MercadoComum - Há 33 Anos Formando Opiniões!

BRASIL - PIB-PRODUTO INTERNO BRUTO E RENDA
PER CAPITA - Valores Correntes - 2001/2025

Ano	PIB US\$ bi	Renda Per Capita US\$ 1	Ano	PIB US\$ bi	Renda Per Capita US\$ 1
2001	559.982	3.164	2013	2.471.718	12.307
2002	509.798	2.844	2014	2.456.055	12.231
2003	558.232	3.078	2015	1.800.046	8.893
2004	669.290	3.648	2016	1.796.622	8.813
2005	891.633	4.806	2017	2.063.519	10.056
2006	1.107.628	5.906	2018	1.916.934	9.282
2007	1.397.114	7.374	2019	1.873.286	9.011
2008	1.695.855	8.863	2020	1.476.092	7.057
2009	1.669.204	8.641	2021	1.670.650	7.952
2010	2.208.704	11.341	2022	1.951.849	9.257
2011	2.614.027	13.326	2023	2.191.137	10.350
2012	2.464.053	12.466	2024	2.179.137	10.252
			2025*	2.256.910	10.578

*Projeções
PIB: Fonte: FMI/World Economic Outlook/Database Oct 2025
Elaboração: MercadoComum/Há 33 Anos Formando Opiniões!

média global apenas durante cinco anos: 2002, 2004, 2007, 2008 e 2010. Empata, praticamente, em outros dois: 2009 e 2024. Em todos os

demaís - são 18 anos no conjunto - , a taxa de expansão do PIB nacional ficou aquém da média da economia global e, mais precisamente, duran-

te os anos de: 2001, 2003, 2005, 2006, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2022, 2023 e 2025.

Desde 2011, em todos os anos seguintes até as estimativas para 2025, o desempenho da economia brasileira foi inferior à média global, exceção ao ano de 2024 - em

que praticamente empatou com a média mundial.

A Renda Per Capita brasileira de 2025, em valores correntes, atingiu US\$ 10,578 - melhor nível já atingido desde 2014, mas ainda inferior aos níveis de 2010, quando totalizava US\$ 11.341.

Desde o ano de 2011 e

considerando-se as estimativas para 2025, a Renda Per Capita registra um declínio, em dólares americanos, de 20,62% - enquanto a norte-americana experimenta uma expansão de 79,17%; a China 144,29% e a Índia, 94,40%.

Relativamente ao PIB brasileiro de 2025, estima-

do pelo FMI em US\$ 2,256 trilhões (valores correntes) - ele é ainda, atualmente, inferior em 13,66% ao de 2011, quanto totalizou US\$ 2,614 trilhões. Ou seja - o Brasil produz menos US\$ 358 bilhões apenas em 2025 quando comparado àquele ano, crescimento típico de rabo de cavalo, que é sempre para trás e para baixo.

Remédios para a estabilidade e para o crescimento econômico

Destaco, a seguir, algumas anotações sobre discursos proferidos pelo presidente Juscelino Kubitschek e que extraio da coletânea de 3 volumes - 2.336 páginas, intitulada "JK: Profeta do Desenvolvimento - Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI", de minha autoria.

"Pretender solucionar a crise brasileira com remédios prescritos para o único fim de estabilidade, como se fôssemos uma terra exausta e um povo cansado, necessitados de equilibrar as poucas forças que ainda nos restassem é semelhante, malgrado as deformações que acarretam todas as analogias, ao intento de se tratarem as crises da puberdade com medicamentos destinados a mitigar a senectude.

Transportaram-se para o nosso País, mecânica e acriticamente, técnicas e instituições que, ou não correspondiam mais às condições de nossa época - como é o caso das correspondentes ao liberalismo europeu do século XXI, ou não se ajustaram



à nossa realidade - como é o caso das que insistem em dar tratamento monetário a fenômenos que são basicamente econômicos."

O Brasil precisa se reconciliar com o crescimento econômico vigoroso, consistente, contínuo, sustentável e eleger o desenvolvimento como a meta prioritária número 1!

O crescimento econômico vigoroso deve deixar de ser apenas uma casualidade, uma questão episódica, uma efemeridade, um acontecimento meramente for-

tuito para se transformar, efetivamente, na grande meta econômica nacional, permeando a convolação do País em uma economia madura e desenvolvida. Nesta direção, já tivemos antes, vários exemplos de sucesso e que poderiam nos servir de inspiração, como foi o caso do Programa de Metas, implementado durante o Governo JK.

País que não cresce é país condenado à pobreza e ao subdesenvolvimento, e, por isso, torna-se imprescindível o estabelecimento de uma "Agenda

Estratégica para o Desenvolvimento Nacional" - em que a transformação do Brasil em Nação Desenvolvida seja o grande objetivo.

JK já afirmava que as maiores ameaças à democracia são a miséria, o desemprego e o subdesenvolvimento. Ao longo destas últimas décadas, a busca obsessiva pela estabilidade econômica tem ofuscado as nossas possibilidades de se colocar o desenvolvimento como a nossa grande, prioritária e fundamental meta nacional, e corremos ainda o risco de ficarmos durante

os próximos anos relegando o crescimento vigoroso pela discussão centrada apenas no ajuste e no equilíbrio das contas públicas.

JK também já alertava que é preciso que nos capacitemos, de uma vez para sempre, de que o desenvolvimento do Brasil é uma condição ligada à nossa sobrevivência num mundo que se impõe, mais e mais, pela força de sua vertiginosa marcha técnica. Não temos de nos desenvolver apenas por ambição mesmo justa, mas desenvolver para sobreviver.

Já tivemos antes a oportunidade, juntamente com vários outros economistas, de ressaltar a necessidade de compreendermos a importância da retomada do crescimento econômico; alguns equívocos têm permeado as políticas econômicas do País e, se persistirem, obstruirão inapelavelmente qualquer tentativa de relançamento da economia brasileira de volta ao caminho do desenvolvimento. Não basta apenas crescer. É necessário que o crescimento da nossa economia supere a média mundial, se equipare ao nível de crescimento dos países emergentes - categoria da qual o Brasil integra. E, ainda, que incorpore outros elementos, como as da qualidade, da produtividade e da competitividade. Com toda a certeza, tecnologia, inovação e inteligência artificial assumem relevância expressiva nesta conceituação.

Há vários equívocos nas políticas econômicas brasileiras. Um desses equívocos diz respeito à crença de que

a estabilidade econômica é condição prévia à retomada do desenvolvimento do País. Primeiro a estabilidade, só depois o desenvolvimento. Sendo assim, as políticas de estabilização assumem um caráter de primazia absoluta, subordinando e sufocando todas as outras políticas. Apequenasse a política econômica, amesquinham-se os objetivos para a economia do País. E já lá se vão algumas décadas de busca inglória da miragem da estabilidade.

Evidentemente, ninguém, em sã consciência, há de negar a necessidade de as economias nacionais ostentarem bons e saudáveis fundamentos macroeconômicos. O caminho da estabilidade deve ser concebido e implementado, no bojo de uma política de desenvolvimento para o País. A estabilidade não precede o desenvolvimento; ao contrário, é a estratégia de desenvolvimento do País que deve, simultaneamente, orientar e contextualizar as opções da política macroeconômica. Até porque, ao contrário do que se costuma propagar, os caminhos possíveis para se alcançar a estabilidade econômica são vários.

Outro desses equívocos é imaginar que apenas o ajuste fiscal e algumas reformas - como a previdenciária e tributária - também precisam ser considerados como condições prévias à retomada do desenvolvimento. Da mesma forma colocada em relação à estabilidade econômica, deve-se privilegiar - concomitantemente - a expansão econômica que produzirá ganhos generalizados

e, em especial, aumentos da arrecadação tributária. Cabe destacar que, quando um denominador é baixo, os numeradores podem ser considerados altos - o que se aplica efetivamente no tocante à questão das receitas e despesas públicas. Quando há declínio da atividade econômica, como ocorreu nos anos mais recentes e a produção nacional não cresceu em níveis razoáveis - os lucros se transformam em prejuízos para empresas e, com isso, não há como gerar Imposto de Renda e outras receitas. Em outra vertente, a política de juros reais elevadíssimos praticada no país durante estas três últimas décadas sufoca e estrangula as atividades produtivas, funcionando como verdadeiro repelente ao crescimento econômico.

Sempre o Brasil deu provas concretas de sua capacidade para superar os seus principais problemas e entraves, de forma eficiente e rápida, mas isso depende, principalmente, da inadiável exigência de realização de profundas reformas políticas, sociais e econômicas, bem como torna-se hoje imperativo desideologizar e despolitizar o debate econômico, sintonizando-nos com as várias transformações em curso na economia internacional para lhes captar as tendências mais prováveis de realização e aqui antecipá-las na sua implementação.

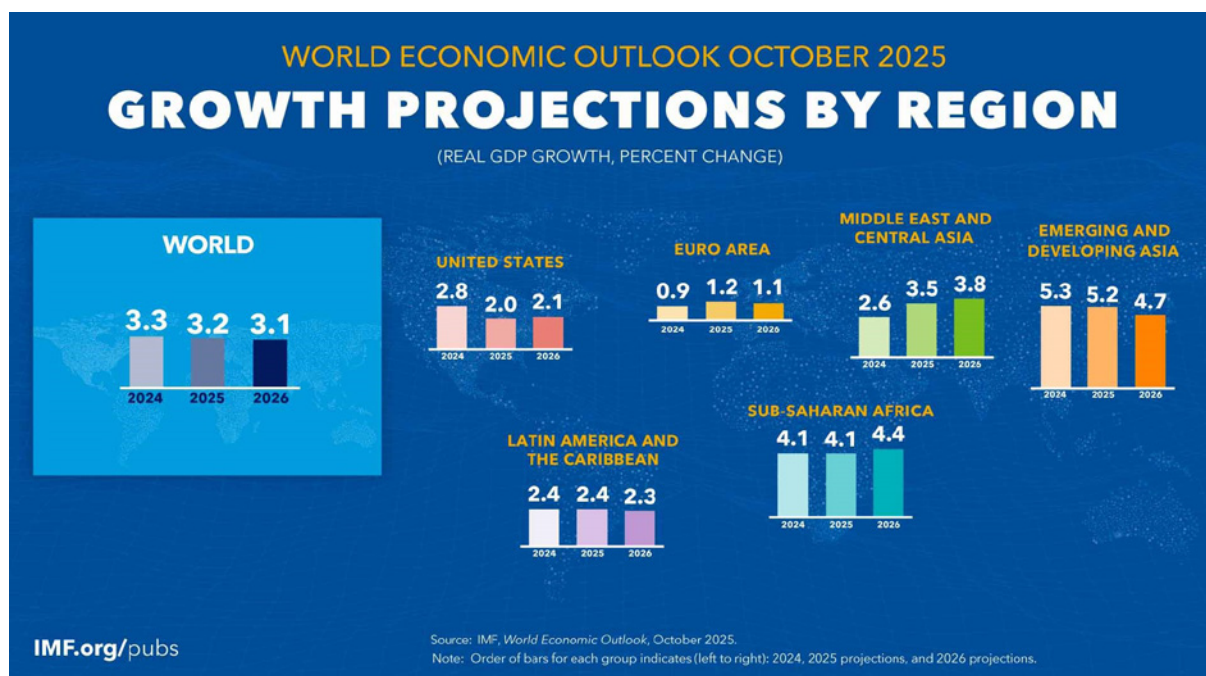
O Brasil está acometido de uma doença que intitulo de "síndrome do raquitismo econômico" - em função do intenso declínio dos seus níveis de produtividade e pela constante retração da ativi-

dade econômica, principalmente quando comparados às médias mundiais. A constatação, como já mencionado anteriormente, é que desaprendemos a crescer, e a nossa máquina propulsora do crescimento econômico vigoroso e contínuo enferrujou-se ou está quebrada. País que não cresce está condenado ao ananismo, ao atraso e ao empobrecimento. Isso potencializa tensões e sinaliza perspectivas sociais explosivas - podendo colocar em risco a ainda incipiente democracia brasileira.

Retorno ao presidente JK: "Impõe-se, portanto, a conclusão de que, num país como o nosso, não somente as peculiaridades geográficas e humanas, mas também os dados acerca da evolução econômica indicam o desenvolvimento acelerado como o único caminho de salvação. Nenhuma política será legítima, se não objetivar, com caráter prioritário, o desenvolvimento. É esta uma diretriz que já nenhum governo poderá abandonar no Brasil.

Voltamos, assim, a encontrar novas razões para um tratamento prioritário do desenvolvimento, cujos objetivos só poderiam ser subordinados ao ideal da estabilidade monetária, se nossa economia tendesse a alcançar espontaneamente uma taxa satisfatória de crescimento. Uma vez, porém, que nossa taxa histórica de crescimento é de modo manifesto insuficiente, o sacrifício do objetivo máximo da intensificação do desenvolvimento importaria em dar de antemão a batalha por perdida."

FMI estima que o desempenho econômico global, nos próximos anos, deverá registrar crescimento de forma moderada, marcado por um ambiente volátil



Embora a previsão de curto prazo seja modestamente revisada para cima, o crescimento global permanece contido, à medida que as políticas recentemente introduzidas vão lentamente ganhando destaque.

A economia global está se adaptando a um cenário remodelado por novas medidas políticas. Alguns extremos de tarifas mais altas foram amenizados graças a acordos e redefinições subsequentes. Mas o ambiente geral permanece volátil, e fatores temporários que impulsionaram a atividade

no primeiro semestre de 2025 — como a antecipação de embarques — estão desaparecendo.

Como resultado, as projeções de crescimento global no último World Economic Outlook (WEO) foram revisadas para cima em relação ao WEO de abril de 2025, mas continuam a marcar uma revisão para baixo em relação às previsões anteriores à mudança de política. O crescimento global deverá desacelerar de 3,3% em 2024 para 3,2% em 2025 e 3,1% em 2026, com as economias avançadas crescendo em torno

de 1,5% e as economias de mercados emergentes e em desenvolvimento pouco acima de 4%. A inflação deverá continuar a cair globalmente, embora com variações entre os países: acima da meta nos Estados Unidos — com riscos inclinados para cima — e moderada em outros lugares.

Os riscos pendem para o lado negativo. Incerteza prolongada, mais protecionismo e choques na oferta de mão de obra podem reduzir o crescimento. Vulnerabilidades fiscais, potenciais correções no mercado financeiro e erosão das ins-

tuições podem ameaçar a estabilidade.

Os formuladores de políticas são instados a restaurar a confiança por meio de políticas confiáveis, transparentes e sustentáveis. A diplomacia comercial deve ser aliada ao ajuste macroeconômico. As reservas fiscais devem ser reconstruídas. A independência dos bancos centrais deve ser preservada. Os esforços em reformas estruturais devem ser redobrados. Como mostra o Capítulo 2, ações anteriores para aprimorar as estruturas políticas têm sido bené-

ficas para os países. Como demonstra o Capítulo 3, a política industrial pode ter um papel, mas deve-se considerar plenamente os custos de oportunidade e as compensações envolvidas em sua utilização.

CAPÍTULO 1: PERSPECTIVAS E POLÍTICAS GLOBAIS

Projeta-se que o crescimento global desacelere e as perspectivas de crescimento permanecem sombrias, à medida que o mundo se ajusta a um cenário marcado por maior protecionismo e fragmentação. A inflação global deve cair ainda mais, mas deve permanecer acima da meta em alguns países. Os riscos para as perspectivas são de baixa. A incerteza prolongada e a escalada de medidas protecionistas podem prejudicar ainda mais o crescimento. Choques maiores do que o esperado na oferta de mão de obra podem reduzir o crescimento, especialmente em economias que enfrentam envelhecimento populacional e escassez de qualificação.

Vulnerabilidades fiscais e fragilidades do mercado financeiro podem interagir com o aumento dos custos de empréstimos e o aumento dos riscos de rolagem para os soberanos. Uma reprecificação abrupta das ações de tecnologia pode ameaçar a estabilidade macrofinanceira. A pressão sobre a independência de instituições econômicas importantes pode minar a tomada de decisões econômicas sólidas. Para navegar

World Economic Outlook Growth Projections

(Real GDP, annual percent change)	PROJECTIONS		
	2024	2025	2026
World Output	3.3	3.2	3.1
Advanced Economies	1.8	1.6	1.6
United States	2.8	2.0	2.1
Euro Area	0.9	1.2	1.1
Germany	-0.5	0.2	0.9
France	1.1	0.7	0.9
Italy	0.7	0.5	0.8
Spain	3.5	2.9	2.0
Japan	0.1	1.1	0.6
United Kingdom	1.1	1.3	1.3
Canada	1.6	1.2	1.5
Other Advanced Economies	2.3	1.8	2.0
Emerging Market and Developing Economies	4.3	4.2	4.0
Emerging and Developing Asia	5.3	5.2	4.7
China	5.0	4.8	4.2
India	6.5	6.6	6.2
Emerging and Developing Europe	3.5	1.8	2.2
Russia	4.3	0.6	1.0
Latin America and the Caribbean	2.4	2.4	2.3
Brazil	3.4	2.4	1.9
Mexico	1.4	1.0	1.5
Middle East and Central Asia	2.6	3.5	3.8
Saudi Arabia	2.0	4.0	4.0
Sub-Saharan Africa	4.1	4.1	4.4
Nigeria	4.1	3.9	4.2
South Africa	0.5	1.1	1.2
Memorandum			
Emerging Market and Middle-Income Economies	4.3	4.1	3.9
Low-Income Developing Countries	4.2	4.4	5.0

Source: IMF, *World Economic Outlook*, October 2025

Note: For India, data and forecasts are presented on a fiscal year basis, with FY 2024/25 (starting in April 2024) shown in the 2024 column. India's growth projections are 7.0 percent in 2025 and 6.1 percent in 2026 based on calendar year.

em uma economia global em fluxo, os formuladores de políticas devem restaurar a confiança por meio de políticas confiáveis, transparentes e sustentáveis.

CAPÍTULO 2: RESILIÊNCIA DOS MERCADOS EMERGENTES: BOA SORTE OU BOAS POLÍTICAS?

Os mercados emergentes têm demonstrado notável resiliência a choques de aversão ao risco nos últimos anos. Embora condições externas favoráveis — boa sorte — tenham contribuído para essa resiliência, melhorias nas estruturas de políticas — boas políticas — desempenharam um papel fundamental no fortalecimento da capacidade dos mercados emergentes de resistir a choques de aversão ao risco. Melhorias na

implementação e credibilidade das políticas monetária e fiscal reduziram a dependência de intervenções cambiais, com os bancos centrais menos sensíveis à interferência fiscal e exercendo influência sobre as condições de empréstimo doméstico.

Olhando para o futuro, países com estruturas robustas enfrentam compensações políticas mais fáceis e estão melhor posicionados para navegar por episódios de aversão ao risco. Em contraste, economias com estruturas mais fracas correm o risco de desancorar as expectativas de inflação e maiores perdas de produção se o aperto monetário for adiado, especialmente quando surgem pressões persistentes sobre os preços. Nesses cenários, intervenções cambiais dis-

pendiosas oferecem apenas um alívio temporário e são menos necessárias quando as estruturas de políticas são sólidas.

CAPÍTULO 3: POLÍTICA INDUSTRIAL: GERENCIANDO COMPENSAÇÕES PARA PROMOVER CRESCIMENTO E RESILIÊNCIA

Os países estão cada vez mais utilizando a política industrial para remodelar suas economias, apoiando setores e empresas estratégicos. As motivações incluem o aumento da produtividade, a redução da dependência de importações — especialmente em energia — e o aumento da resiliência. As políticas industriais podem ajudar a impulsionar as indústrias nacionais, mas sua eficácia é sensível a caracte-

rísticas específicas do setor, que podem ser difíceis de determinar antecipadamente. E as políticas industriais apresentam compensações. A terceirização da produção em um setor estratégico pode levar a preços mais altos ao consumidor por um período prolongado. E o custo fiscal da política industrial pode ser substancial em um momento de dívida elevada e finanças públicas restritas. Mesmo quando os resultados em nível setorial são positivos, a política industrial pode gerar repercussões negativas entre setores e reduzir a produtividade geral, desviando recursos de forma ineficiente de setores que não são alvos. Uma política industrial eficaz requer direcionamento e implementação cuidadosos, instituições fortes, reformas estruturais complementares e uma política macroeconômica sólida.

Resiliência em um mundo de incerteza

Discurso da Diretora-Geral do FMI, Kristalina Georgieva, na Plenária das Reuniões Anuais de 2025 ocorridas no mês de outubro de 2025, em Washington - DC - Estados Unidos

O mundo enfrenta uma grande desigualdade demográfica. Vejamos um mapa-múndi: primeiro, há um conjunto de países lutando contra o envelhecimento e a redução populacional; depois, um grupo no meio; e, finalmente, grandes áreas da África e partes do Oriente Médio e da Ásia Central, onde o crescimento populacional está em alta, assim como uma força de trabalho jovem.

Desde que nos encontramos pela última vez aqui neste grande salão, em 25 de outubro de 2024, a incerteza aumentou exponencialmente — mas o sentimento global se mantém. Em outras palavras, temos uma mistura de ansiedade e resiliência. Hoje, gostaria de refletir sobre ambas.

Primeiro, a ansiedade.

Da tecnologia à geo-

política, do clima ao comércio, as mudanças são inquietantes. O sistema comercial mundial, que tanto proporcionou a tantos, está sendo abalado profundamente — por diversas razões, inclusive porque o cenário não era verdadeiramente equilibrado e as pessoas que ficaram para trás receberam pouca ajuda na readaptação para novos e melhores empregos.

Vemos medidas não tarifárias assertivas que vão desde licenças de importação a controles de exportação e taxas portuárias, com a contagem de subsídios capturando apenas parte do cenário. Vemos políticas industriais não mercantis e distorções cambiais.

E, claro, as tarifas dos EUA dispararam este ano. Mas aqui está um fato fundamental: 188 dos nossos

191 países-membros evitaram até agora ações tarifárias retaliatórias.

Tendo observado que as barreiras comerciais prejudicam tanto o crescimento quanto a produtividade, e tendo instado os formuladores de políticas a preservar o comércio como um motor de crescimento, saúdo essa restrição por parte da maioria dos países, embora certamente haverá mais mudanças por vir.

Neste momento, apesar de toda a turbulência, estima-se que 72% do comércio mundial ainda seja conduzido em termos de nação mais favorecida: os países adotam sua menor tarifa bilateral e a oferecem a todos os seus parceiros comerciais. Simples, não complexo.

O comércio não é um jogo de soma zero. Desde que as empresas consigam manter cadeias de suprimentos diversificadas e robustas, desde que os governos consigam manter sua autonomia estratégica e ajudar aqueles que perdem com o comércio, e desde que os saldos externos não sejam insustentavelmente grandes, as importações e exportações aumentam o bem-estar. Não é de se admirar que a atual incerteza em torno das políticas comerciais e o risco de perder o comércio como motor de crescimento estejam gerando ansiedade.

Então, deixe-me falar sobre a resiliência..

Apesar das mudanças



Kristalina Georgieva atua como Diretora-Geral do Fundo Monetário Internacional desde 1º de outubro de 2019. Ela iniciou seu segundo mandato em 1º de outubro de 2024. Discurso originalmente realizado em inglês.

políticas radicais que vimos este ano, e de desafiarmos muitas previsões de especialistas, a economia global tem se mantido razoavelmente bem até agora. A projeção é de que o crescimento mun-

dial desacelere de 3,3% no ano passado para 3,2% em 2025 e 3,1% em 2026 — mais lento do que o necessário e abaixo do que previmos há um ano, mas não uma desaceleração drástica.

Um dos motivos para essa resiliência tem sido a adaptabilidade do setor privado, como observado na antecipação de importações, na formação de estoques e no fortalecimento da cadeia de suprimentos. Anos de lucros robustos permitiram que exportadores e importadores reduzissem as margens, amortecendo o impacto sobre os preços de tarifas mais altas sobre os consumidores, pelo menos por enquanto.

A outra razão é mais como uma faca de dois gumes: o investimento do setor privado em inteligência artificial, especialmente nos EUA, está crescendo. Isso está sustentando o crescimento dos EUA e do mundo e proporcionando condições financeiras favoráveis para todos.

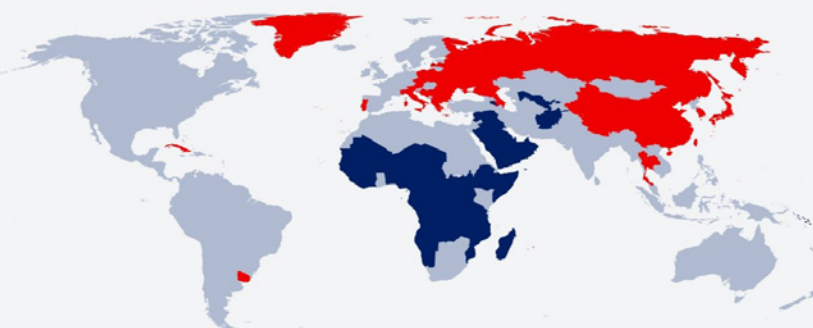
É aqui que o otimismo — neste caso, sobre o potencial genuíno da IA — corre o risco de se tornar complacência.

Das ferrovias à internet, a história das respostas do mercado financeiro a novas tecnologias inovadoras é uma história de superestimação e correção de mercado — aqui, por exemplo, vemos um instantâneo do episódio das pontocom e seu impacto no crescimento. O mundo faria bem em administrar tais riscos.

Como? Precisamos de uma supervisão rigorosa do setor financeiro, alertas à tomada excessiva de riscos e aos crescentes vínculos entre bancos, ins-

A GREAT DEMOGRAPHIC DIVIDE

Growth rate, 2023



Sources: UN; World Bank Official Boundaries. Note: The boundaries, colors, denominations, and any other information shown on the maps do not imply, on the part of the International Monetary Fund, any judgment on the legal status of any territory or any endorsement or acceptance of such boundaries.

IMF

tuições não bancárias e criptomoedas, e precisamos de uma política monetária criteriosa.

Este e outros conselhos transversais pontuam nossa vigilância multilateral, onde nosso Panorama Econômico Mundial, Relatório de Estabilidade Financeira Global e Monitor Fiscal — todos divulgados esta semana — iluminam, diminuem a temperatura e propõem um caminho a seguir.

Nossa vigilância bilateral, realizada por meio de consultas regulares com todos os nossos países-membros — avançados, emergentes e de baixa renda — bem como nosso Programa de Avaliação do Setor Financeiro, transforma nosso aconselhamento multilateral em recomendações de políticas personalizadas, país por país.

Em reunião após reunião esta semana, aconselhei os ministros das finanças e os governadores dos bancos centrais não apenas a mitigar os riscos de curto prazo, mas também a olhar além deles, preservando instituições independentes, responsáveis e eficazes, e encontrando, capturando e concretizando a oportunidade que a mudança sempre traz.

Vemos três objetivos de médio prazo:

Primeiro, reparar as finanças dos governos. Isso é necessário para que eles possam amortecer novos choques e atender às necessidades urgentes sem elevar os custos dos empréstimos do setor privado. Nenhum ministro das Finanças deve simplesmente esperar que um crescimento mais rápido

venha em seu socorro. Pelo contrário, a consolidação fiscal pode liberar recursos para apoiar o crescimento liderado pelo setor privado.

Segundo, reequilíbrio interno e externo. Isso é necessário para garantir que desequilíbrios macroeconômicos excessivos não se tornem um problema. Precisamos de consolidação fiscal em alguns lugares e de políticas para impulsionar a demanda interna em outros.

E terceiro, elevar a tendência de crescimento. Isso é essencial para que as economias gerem mais empregos, mais receita pública e melhor sustentabilidade da dívida pública e privada. Aumentar o crescimento requer três coisas: primeiro, uma limpeza regulatória para li-

berar a iniciativa privada; segundo, uma integração regional mais profunda; e terceiro, preparação para aproveitar a IA.

A limpeza regulatória e a integração regional estão intimamente interligadas, inclusive porque muitas das regras e regulamentações que limitam a iniciativa privada no país também restringem a movimentação de bens, serviços, pessoas, capital e ideias através das fronteiras — muitas regulamentações funcionam também como barreiras não tarifárias, e as barreiras não tarifárias são uma parte fundamental do campo de jogo global desigual.

Neste novo mundo de acordos bilaterais e plurilaterais, observamos um cenário comercial global diversificado. Economias pequenas e dependentes de exportações são as que mais sofrem com as demais, enquanto aquelas grandes e relativamente menos abertas — ou que controlam insumos essenciais para as cadeias de suprimentos globais — têm poder de negociação. Observando esta sequência de pontos que mostra os países por tamanho das importações e abertura comercial, o quadrante inferior direito é onde encontramos as maiores economias, porém menos abertas.

Muitos países buscam fortalecer-se e encontrar voz por meio da coesão. Aqui, vemos uma seleção dos blocos comerciais

mundiais, cada um com maior tamanho e peso do que seus países-membros individualmente. Nosso conselho para os blocos comerciais mundiais? Reduzam seus atritos internos e avancem com a integração para resiliência e crescimento.

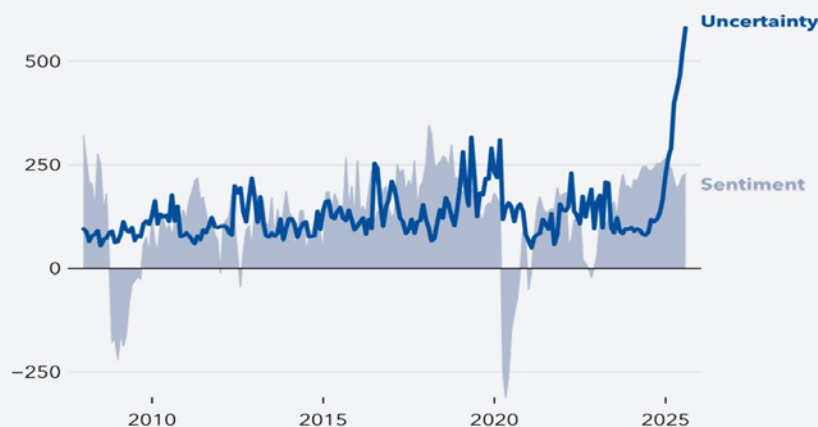
Por fim, o outro potencial acelerador do crescimento da produtividade global é a inteligência artificial. Nós, do Fundo, prevemos ganhos reais, mas nossas estimativas variam bastante — um aumento no crescimento da produtividade global de 0,1 a 0,8 ponto percentual por ano.

A IA também eliminará milhões de empregos atuais, e os formuladores de políticas precisam ajudar a facilitar a transição. Profissões antigas desaparecerão. Novas surgirão: especialistas em big data, engenheiros de fintech, especialistas em aprendizado de máquina e assim por diante. Essa rotatividade não é incomum. Lembre-se de como o automóvel substituiu a charrete.

A chave para maximizar os ganhos de produtividade e gerenciar as consequências da IA é a preparação. Nossa pesquisa mostra que Singapura, EUA e Dinamarca estão na liderança, enquanto muitos outros países ficam para trás. Como uma linha de transmissão das melhores práticas globais, o FMI auxiliará todos os membros, com foco na gestão das implicações macroeconômicas.

UNCERTAINTY HIGH AND RISING, SENTIMENT HOLDING UP

World Sentiment and Uncertainty Indices: 2014 = 100



Sources: Ahir, Bloom, and Furceri; IMF staff calculations.

IMF

Internamente, é claro que estamos avançando com a adoção da nossa própria IA — inclusive para colocar mais conhecimento na ponta dos dedos dos nossos membros.

Estamos aumentando nossa produtividade, preservando nossa disciplina orçamentária característica. O FMI cobre suas despesas operacionais com receitas próprias — sem depender de dotações anuais — e mantém um profundo compromisso com a enxuta política. Apesar da crescente complexidade da economia mundial e da expansão dos serviços que oferecemos aos nossos membros, nossos gastos administrativos hoje são aproximadamente do mesmo tamanho que há 20 anos.

Nosso trabalho em

desenvolvimento de capacidade inclui consultoria operacional, com quase 3.000 projetos entregues no ano passado; treinamento, com mais de 500 cursos atendendo mais de 19.000 autoridades no mesmo período; e convocação, que em fevereiro passado incluiu nossa primeira conferência sobre mercados emergentes, em Al Ula, Arábia Saudita, co-organizada com o Ministro Al-Jadaan.

Nossa atividade de empréstimo, ancorada pelo ajuste macroeconômico e pela condicionalidade, atualmente inclui programas com 43 países, com US\$ 37 bilhões aprovados desde outubro passado, dos quais quase US\$ 5 bilhões foram para nove países de baixa renda.

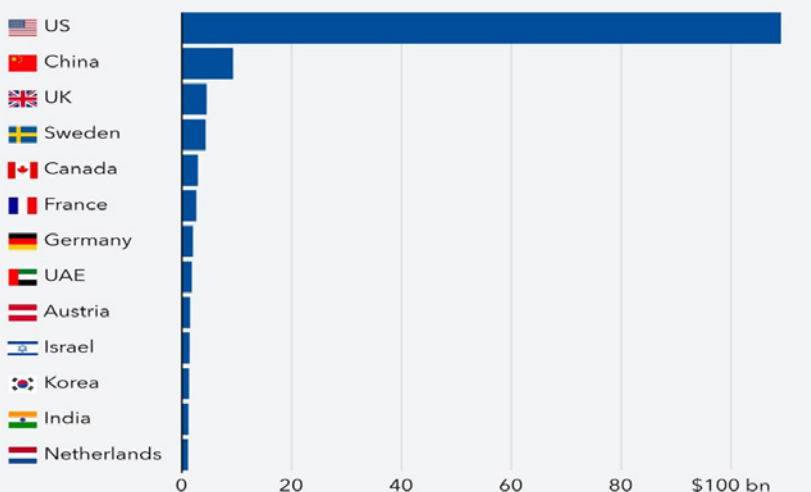
Em um mundo incer-

to, um FMI bem dotado de recursos é essencial. Nesse sentido, permitam-me hoje repetir dois pedidos aos nossos membros:

Primeiro: sobre nossa base de cotas. Estamos pressionando para que o aumento de 50% na cota acordado no ano passado seja concretizado. Peço a todos os países-membros que ainda não ratificaram o aumento que o façam o mais rápido possível.

Segundo: sobre o nosso Fundo para a Redução da Pobreza e o Crescimento, nosso principal veículo para empréstimos concessionais a países de baixa renda. Estamos avançando com as reformas acordadas no ano passado para colocar o PRGT no caminho da autossustentabilidade, que incluem, em primeiro lugar, a distribui-

US PRIVATE SECTOR INVESTMENT IN AI IS BOOMING



Source: Quid. Note: 2024; only countries with \$1 billion or more shown.

IMF

ção de até US\$ 9,4 bilhões para uma conta provisória ao longo de um período de cinco anos e, em segundo lugar, chegar a um ponto em que 90% do principal dessa conta seja prometido ao PRGT. Até o momento, 20 países — mais recentemente a Índia e, ontem mesmo, a China — forneceram garantias, totalizando 43%. Mas um apoio mais amplo dos

membros continua essencial para atingir 90%. Peço esse apoio a vocês.

Por fim, há mais um assunto que gostaria de chamar a sua atenção: o Fundo de Contenção e Alívio de Catástrofes (CCRT) — nosso veículo para fornecer subsídios para ajudar países membros de baixa renda a pagar o serviço da dívida que nos é devido caso

enfrentem desastres naturais ou de saúde pública. Com razão, o CCRT foi esvaziado durante a pandemia.

Nossa ambição deve ser continuar a ajudar nossos membros mais pobres quando enfrentam situações fora de seu controle. Os valores necessários aqui são na casa dos milhões, não dos bilhões, e fariam uma enorme dife-

rença. Portanto, agora que vocês retornam às suas capitais, peço o seguinte: por favor, considerem abrir uma discussão sobre a reposição do CCRT, para o bem comum.

Deixe-me terminar com algo mais leve.

Em março do ano passado, fiz um discurso na Universidade de Cambridge sobre “As possibilidades econômicas para meus netos”, no qual animamos algumas palavras famosas do grande John Maynard Keynes — aqui temos aquele áudio sintético novamente.

E agora, 18 meses depois, veja nosso novo avatar de IA do Sr. Keynes, passando casualmente por este mesmo corredor!

Não há melhor maneira de terminar do que com esta pequena brincadeira, penso eu: apesar de toda a ansiedade que a mudança traz, sejamos otimistas! Que sintamos o nosso espírito animado pelo progresso humano que o próximo ano certamente trará!

*CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira é Administrador, Economista e Bacharel em Ciências Contábeis, com vários cursos de pós-graduação no Brasil e exterior. Ex-Executive Vice-Presidente e CEO do Safra National Bank of New York, em Nova Iorque, Estados Unidos. Ex-Presidente do BDMG-Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Foi Secretário de Planejamento e Coordenação Geral e de Comércio, Indústria e Mineração; e de Minas e Energia do Governo de Minas Gerais; Também foi Diretor-Geral (Reitor) e fundador do Centro Universitário Estácio de Sá de Belo Horizonte; Ex-Presidente do IBEF Nacional – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e da ABDE-Associação Brasileira de Desenvolvimento; Atualmente é Coordenador Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; Presidente da ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais. Presidente da MinasPart Desenvolvimento Empresarial e Econômico, Ltda. Integra vários Conselhos Consultivos e de Administração de diversas empresas e instituições. Membro da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais e da Academia Brasileira de Ciências Contábeis. Vice-Presidente da diretoria executiva da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas. Presidente/Editor Geral de **MERCADOCOMUM**. Autor de vários livros, como a coletânea de 3 livros – 2.336 páginas, intitulada “Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI”.

Venda paga, imposto retido: novo modelo vai reduzir capital de giro das empresas

Com a Reforma Tributária, empresas se preparam para operar com menos capital de giro; Febraban estima que previsibilidade do fluxo de caixa pode cair até 15%



A Reforma Tributária prevê, a partir de 2027, a adoção do split payment, um sistema que altera a forma como as empresas recolhem impostos. Na prática, no momento em que uma venda é paga, o valor do tributo será automaticamente separado e enviado ao governo, antes mesmo de o dinheiro entrar no caixa da empresa.

Hoje, o processo é diferente: a empresa recebe o valor total da venda e só depois faz o pagamento dos impostos, o que dá maior flexibilidade para o capital de giro. Com o novo modelo, o montante referente ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) — que substituirão tributos como ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins — já será retido no ato da operação.

O governo afirma que o modelo reduz a sonegação e aumenta a transparência. Para as empresas, o desafio será ajustar contratos, prazos de pa-

gamento e gestão de estoques para preservar liquidez. A Febraban estima que a previsibilidade do fluxo de caixa possa cair até 15 % no primeiro ano.

“O split payment significa que as empresas deixam de receber integralmente o valor da venda e precisam se preparar para operar com caixa reduzido desde o início”, afirma Marcos Tadeu Jr., CEO da Invent Software. Ele alerta que setores com margens apertadas, como comércio e construção civil, devem sentir mais o impacto.

A implantação será gradual. Em 2026, empresas participarão de um projeto piloto com alíquotas simbólicas de IBS e CBS. Porém, a partir de 2027, as companhias poderão adotar o split payment em transações entre empresas (B2B) de forma facultativa, com expansão futura para vendas ao consumidor final.

A integração dos sistemas envol-

verá prestadores de serviços de pagamento, instituições financeiras, Receita Federal, o Comitê Gestor do IBS e o Banco Central, isso significa que a arrecadação vai depender de uma infraestrutura tecnológica integrada, segura e em tempo real.

Ainda há dúvidas sobre como serão feitos os estornos em caso de retenção indevida e sobre a responsabilidade pelo tributo em operações parceladas.

“O split payment aproxima o Brasil de práticas adotadas em países que utilizam o IVA e pode contribuir para um ambiente de negócios mais transparente. O sucesso, porém, dependerá da capacidade das empresas de se preparar para um modelo que antecipa a saída do dinheiro e exige mais disciplina financeira”, conclui Marcos Tadeu. Ele alerta que setores com margens apertadas, como comércio e construção civil, devem sentir mais o impacto.

Arrecadação do agro seria suficiente para custear integralmente o Bolsa Família mais de cinco vezes



O Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) e sua spin-off Empresômetro realizaram, pela terceira vez, uma pesquisa aprofundada sobre o agronegócio brasileiro, analisando o impacto de fatores como economia, finanças, clima, o produtor rural, maquinários, matéria-prima e outros elementos externos sobre o setor. Entre os destaques, a análise mostra que a arrecadação do segmento poderia custear integralmente programas de políticas sociais, como o Bolsa Família, mais de cinco vezes.

A arrecadação total do governo apresentou crescimento consistente entre 2022 e 2024, passando de R\$ 3,34 trilhões para R\$ 3,80 trilhões, um avanço acumulado de 13,6%. O agronegócio teve um desempenho ainda mais

expressivo, com crescimento de 17,8% no mesmo período, representando cerca de 24,5% da arrecadação nacional em 2024. No mesmo ano, segundo a análise do IBPT, o orçamento total destinado ao Bolsa Família foi de R\$ 169,7 bilhões e, portanto, a arrecadação proveniente do agro seria suficiente para custear integralmente o programa.

O presidente do IBPT, Gilberto do Amaral, explica que esse desempenho do segmento mostra que o setor não apenas movimentou a economia em termos de produção e logística, mas também é um dos principais pilares de sustentação fiscal do país.

“Está claro que, a cada ano, quase um quarto da arrecadação brasileira tem origem direta nas cadeias do

agro. O Brasil precisa, cada vez mais, oferecer políticas que acolham e desenvolvam todo o ecossistema dessa atividade”, comenta.

A LOGÍSTICA DO AGRONEGÓCIO

O estudo do IBPT, em parceria com o Empresômetro, inovou ao compilar e divulgar dados nacionais sobre o Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e). O volume de CT-es emitidos no Brasil apresentou crescimento expressivo, passando de 1,73 bilhão em 2022 para 2,18 bilhões em 2024, uma variação acumulada de 25,6% no período. Apenas entre 2023 e 2024, o aumento foi de 13,2%, indicando uma aceleração significativa no fluxo de mercadorias transportadas e registradas.

Tabela 23 - Arrecadação do governo

CATEGORIA	2022	2023	2024	VARIAÇÃO 22-24	VARIAÇÃO 23-24
Total	3.342,1	3.629,1	3.796,2	13,6%	4,6%
Agronegócio	790,5	897,5	930,8	17,8%	3,7%
% do total	23,7%	24,7%	24,5%	-	-
Setor Primário	149,1	165,6	166,7	11,8%	0,7%
% do agro	18,9%	18,5%	17,9%	-	-
Setor Secundário	374,1	441,3	463,9	23,9%	5,1%
% do agro	47,3%	49,2%	49,8%	-	-
Setor Terciário	267,2	290,6	300,2	12,3%	3,3%
% do agro	33,8%	32,4%	32,3%	-	-

CATEGORIA	2022	2023	2024	VARIAÇÃO 22-24	VARIAÇÃO 23-24
Brasil	1.734.306.619	1.924.289.145	2.179.001.230	25,6%	13,2%
Agronegócio	184.768.765	196.226.700	222.798.782	20,6%	13,5%
% do total	10,7%	10,2%	10,2%	-	-

O agronegócio também acompanhou essa tendência, com avanço de 20,6% no acumulado 2022–2024 e de 13,5% na comparação 2023–2024, atingindo 222,8 milhões de CT-es em 2024. Na análise do IBPT, embora o crescimento seja robusto, a participação do agronegócio no total caiu levemente, de 10,7% em 2022 para 10,2% em 2023/2024.

O presidente do IBPT e um dos autores do estudo, Gilberto do Amaral, comenta que o transporte de cargas no país segue em expansão, impulsionado por diversos setores, mas com ganho relativo de participação fora do agronegócio.

“É necessário considerar que, para formuladores de política pública e gestores de infraestrutura logística, isso significa que o crescimento da demanda por transporte é generalizado, não restrito ao setor rural. Isso exige investimentos equilibrados em corredores de escoamento, terminais multimodais e soluções de eficiência

operacional que atendam toda a economia”, pontua.

Na apuração do setor do agronegócio, o valor médio por CT-e permaneceu muito acima da média nacional: R\$ 566,21 em 2022, subindo para R\$ 619,30 em 2023 e recuando para R\$ 567,39 em 2024. O IBPT aponta que a queda no último ano reflete, parcialmente, a acomodação do preço do diesel, mas o recuo mais tímido no valor médio evidencia que a logística de longa distância reage com menos elasticidade às mudanças no custo do combustível.

“No âmbito nacional, o valor médio menor reflete o peso dos fretes curtos urbanos e intermunicipais na composição total de CT-es emitidos. Valores destinados a fábricas, centros de distribuição ou comércio local são menores, mas numericamente preponderantes e mais sensíveis a reduções nos custos variáveis, o que alavanca a redução da média geral. Isso explica por que o sistema logístico

urbano interiorizou com maior agilidade os ganhos de custo proporcionados por preços menores do diesel”, finaliza Amaral.

O Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) foi fundado em 1992, se dedica ao estudo do complexo sistema tributário no país, sendo reconhecido pela adoção de uma linguagem clara e precisa à sociedade sobre a realidade tributária brasileira. O IBPT também lançou bases e fundamentos para viabilizar a lógica da transparência fiscal, promovendo conscientização tributária.

Pioneiro na criação de estratégias de mercado para empresas e entidades setoriais a partir da análise de dados fiscais, públicos e abertos, o Empresômetro mantém investimentos contínuos em tecnologia e na capacitação de sua equipe para viabilizar pesquisas, estudos e serviços, possuindo o maior banco de dados privado com informações tributárias e empresariais.

Em 37 anos da Constituição brasileira mais de 8,2 milhões de normas foram editadas, 609 por dia

Empresas gastam cerca de R\$ 279 bilhões por ano para acompanhar mudanças legislativas no Brasil



Ao celebrar os 37 anos da Constituição Federal de 1988, a realidade legislativa brasileira se revela cada vez mais complexa e de difícil interpretação. De acordo com um novo estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), desde a promulgação da Constituição, até o final de setembro de 2025, o Brasil editou impressionantes 8.222.427 normas,

com uma média diária de 609 normas ou 879 por dia útil. Este volume afeta diretamente a vida dos cidadãos e, especialmente, das empresas que operam no país.

A grande quantidade de normas traz consigo um peso significativo para as empresas. De acordo com o levantamento, estima-se que as companhias brasileiras gastam, em mé-

dia, R\$ 279 bilhões por ano apenas para acompanhar e implementar as constantes modificações legislativas e tributárias.

O presidente-executivo do IBPT, João Eloi Olenike, expressa preocupação: "A quantidade de normas editadas no Brasil revela uma dificuldade estrutural de pensar o país a longo prazo. Em vez de aperfeiçoar o que

já existe, criamos novas regras que se sobrepõem, se contradizem e, muitas vezes, tornam a aplicação da lei impraticável. O resultado é um sistema jurídico denso, caro e instável, que exige das empresas um esforço desproporcional apenas para se manterem em conformidade. Simplificar a legislação não é mais uma pauta técnica — é uma condição essencial para destravar o crescimento econômico e recuperar a confiança no Estado.”

A pesquisa também revela que 13,02% das normas gerais editadas ao longo desses 37 anos estão em vigor atualmente, ou seja, mais de 1 milhão de normas ainda precisam ser seguidas por cidadãos e empresas. Quando se trata de normas tributárias, o número é igualmente impactante: 541.680 foram editadas, sendo que 37.686 delas permanecem em vigor.

NORMAS TRIBUTÁRIAS: UM OBSTÁCULO AO DESENVOLVIMENTO

A carga tributária é um dos maiores entraves ao crescimento econômico do Brasil. O estudo do IBPT destaca que 6,58% de todas as normas editadas nos últimos 37 anos estão relacionadas a tributos. Isso significa que foram publicadas, em média, 40 normas tributárias por dia ou 1,7 por hora. Para o Dr. Fernando Steinbruch, pesquisador do IBPT, o impacto disso é devastador para as empresas.

“O ambiente tributário brasileiro continua sendo um dos mais complexos do mundo, e isso tem um custo invisível que se acumula ano após ano. As empresas gastam tempo e recursos tentando entender normas que mudam constantemente — e agora precisam se adaptar a uma transição que mistura regras antigas e novas, sem clareza plena de aplicação. O problema não é apenas a quantidade de leis, mas a falta de coordenação entre elas. Enquanto a legislação segue sendo um labirinto, o Brasil con-

TOTAL DE NORMAS EDITADAS	GERAIS	TRIBUTÁRIAS
FEDERAL	199.337	47.239
ESTADUAL	2.386.067	179.094
MUNICIPAL	5.637.053	315.347
	8.222.427	541.680

ANO	POPULAÇÃO*	QUANTIDADE NORMAS GERAIS EDITADAS	QDE. NORMAS TRIBUTÁRIAS EDITADAS	GRUPO DE HABITANTES POR NORMA GERAL	GRUPO DE HABITANTES POR NORMA TRIBUTÁRIA
1985 a 04/10/1988	137.178.106	457.141	29.713	300	4617
1989	142.922.447	543.998	118.922	263	1202
1990	145.498.408	641.917	123.893	227	1174
1991	147.829.114	751.043	129.072	197	1145
1992	150.221.490	889.986	134.467	169	1117
1993	152.626.209	1.060.864	140.087	144	1090
1994	155.043.203	1.259.776	145.943	123	1062
1995	157.472.402	1.498.564	152.043	105	1036
1996	159.913.740	1.787.127	158.398	89	1010
1997	162.367.151	2.126.681	165.019	76	984
1998	164.832.569	2.479.285	171.916	66	959
1999	167.309.929	2.782.984	179.102	60	934
2000	169.799.170	2.896.208	186.588	59	910
2001	170.985.986	3.014.739	194.388	57	880
2002	172.059.217	3.139.908	202.513	55	850
2003	174.543.960	3.267.654	210.977	53	827
2004	177.040.157	3.315.947	219.796	53	805
2005	179.929.714	3.434.805	225.626	52	797
2006	182.456.722	3.510.804	229.616	52	795
2007	183.941.359	3.628.013	235.900	51	780
2008	186.572.933	3.776.364	240.210	49	777
2009	189.193.242	3.989.765	244.148	47	775
2010	190.732.694	4.155.915	249.124	46	766
2011	192.376.496	4.353.665	275.094	44	699
2012	193.946.886	4.614.449	290.932	42	667
2013	201.032.714	4.785.194	309.147	42	650
2014	203.202.000	4.960.610	320.343	41	634
2015	204.450.649	5.241.914	352.366	39	580
2016	206.081.432	5.471.980	363.779	38	567
2017	207.660.929	5.679.157	377.566	37	550
2018	208.812.863	5.876.143	390.726	36	534
2019	210.147.125	6.087.473	403.322	35	521
2020	212.032.184	6.475.682	419.387	33	506
2021	213.317.639	6.782.002	443.236	31	481
2022	214.955.250	7.129.074	466.561	30	461
2023	203.062.512	7.480.773	492.521	27	412
2024	212.583.750	7.825.398	517.388	27	411
2025	213.421.037	8.222.427	541.680	26	394

tinuará perdendo competitividade e afastando investimentos.”

Ao longo dos anos, foram criados novos tributos, como IBS, CBS, Imposto Seletivo, CPMF, COFINS, CIDE, CSLL e ISS IMPORTAÇÃO. Prati-

camente todos os impostos sofreram majorações, o que agrava ainda mais a carga sobre as companhias.

No âmbito federal, foram editadas 199.337 normas gerais desde 1988, entre emendas constitucio-

nais, leis complementares, medidas provisórias, leis ordinárias, decretos e portarias. Destas, 47.239 tratam de matéria tributária. Os estados contribuíram com 2.386.037 normas gerais e os municípios, com 5.637.053, evidenciando que a proliferação de normas ocorre em todas as esferas de governo.

A média por habitante também impressiona. Antes da Constituição de 1988, era editada 1 norma geral para cada 300 habitantes. No período de 1989 a 2025, esse número aumentou para 1 norma para cada 26 habitantes.

SEGUNDO OLENIKE, A SOLUÇÃO PASSA POR UMA REFORMA ESTRUTURAL

“Uma constituição mais enxuta e uma legislação mais clara beneficiariam não apenas as empresas, mas todos os cidadãos. Precisamos de um ambiente jurídico menos burocrático, mais transparente e que favoreça a atividade econômica.”

CUSTO DE CONFORMIDADE: UM DESAFIO CONTÍNUO

O estudo revela que as empresas brasileiras, ao tentarem seguir a legislação vigente, enfrentam um verdadeiro desafio. Apenas para garantir a conformidade com as normas tributárias, uma companhia média precisa monitorar cerca de 5.653 normas, o que equivale a mais de 63 mil artigos e 472 mil incisos. Se essas normas fossem impressas, ocupariam 6,6 quilômetros de papel.

Dr. Steinbruch acrescenta que a dimensão das exigências tributárias que as empresas precisam cumprir é assustadora. “O custo não está apenas em dinheiro, mas também no tempo e no esforço para interpretar e implementar essas normas. Isso se traduz em menos eficiência e mais risco para quem faz negócios no Brasil”, declara.



O Brasil vem enfrentando um cenário legislativo extremamente intrincado, que gera altos custos e dificulta o desenvolvimento econômico. Simplificar e reorganizar a legislação brasileira é um passo fundamental para criar um ambiente mais acessível e competitivo. A opinião dos especialistas do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação deixa claro que o caminho para o crescimento passa por uma revisão do sistema normativo e tributário, visando maior clareza, eficiência e, sobretudo, redução de custos para empresas e cidadãos.

O Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) foi fundado em 1992, com o objetivo inicial de congrega estudiosos das ciências jurídicas, contábil, social e econômica para debater sobre temas relacionados ao planejamento tributário. Desde sua fundação, o IBPT se dedica ao estudo do complexo sistema tributário no país, sendo reconhecido pela adoção de uma linguagem clara e precisa à sociedade sobre a realidade tributária brasileira. O IBPT também lançou bases e fundamentos para viabilizar a lógica da transparência fiscal, promovendo conscientização tributária.

JK e os países condenados à dependência econômica e a educação para o desenvolvimento*



Carlos Alberto Teixeira de Oliveira
Presidente/Editor-Chefe de MercadoComum

O texto, a seguir, é do discurso do presidente Juscelino Kubitschek realizado no Palácio do Itamarati, analisando a política externa, durante reunião da Comissão Brasileira da Operação Pan-Americana continental – ocorrida no Rio de Janeiro, em 6 de dezembro de 1959:

“Carecemos, em primeiro lugar, de uma nova política da qual decorra a articulação e execução de energéticas medidas de natureza concreta. Sabemos, todos nós, que urge acompanhar o ritmo do mundo moderno, que não podemos viver apenas de vagas aspirações, quando temos diante de nós uma grande e bem definida tarefa. Essa há de ser também um ideal, obrigação, ponto de honra e dever. Não

mais consentiremos, sem desdouro, que continuem na miséria, vegetando em condições atentatórias aos nossos princípios mais caros de respeito à pessoa humana, esses milhões de seres que o destino fez cidadãos do Novo Mundo.

A nossa verdadeira causa, a causa que nos reclama e congrega, não pode deixar de ser prioritariamente a da nossa prosperidade, a da nossa melhoria, a da libertação de parte considerável de nossas populações ainda privadas dos elementos indispensáveis a uma existência condigna, à altura dos ideais de bem-estar individual e coletivo que inspiram a democracia. Não podemos estar sinceramente integrados em qualquer pensamento, sistema

ou linha de ideias que não signifique, ao mesmo tempo, uma garantia para nossa liberdade e um caminho para nossa segurança. Por amarga experiência própria, já nos convencemos de que os países que só podem tirar o seu sustento da extração e comércio de matérias-primas, são países condenados à dependência econômica, à estagnação, a um incerto e perigoso futuro. Nossa determinação de promover o desenvolvimento e incrementar o processo de industrialização do país não decorre de uma ambição excessiva, mas da nossa convicção de que estaremos em perigo, como nação, se agirmos de outro modo.

Sabemos que, em todas as atividades da produção que constituem

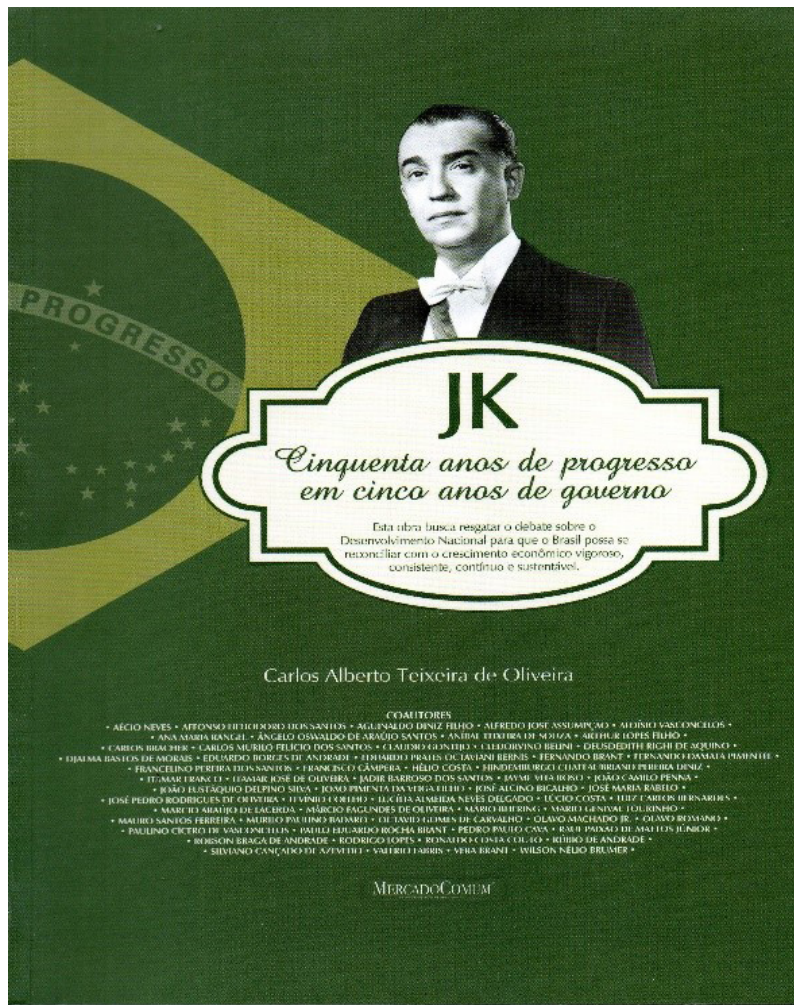
fontes de divisas, teremos de enfrentar as competições de países em que o trabalho é mais bem apoiado mecanicamente, ou recebe remuneração inferior, porque menos livre. Não ignoramos as graves ameaças que pesam sobre nós em razão de uma tecnologia a que não temos ainda acesso e que não reconhece limites às suas possibilidades. Sentimos o risco de não recuperarmos a distância perdida, se nada fizermos para romper os isolamentos nacionais e concertar uma ação unida, que evite a dispersão ou a duplicação inútil de energia”.

SALTO DESENVOLVIMENTISTA

JK fez, a seguir, considerações sobre o Programa de Metas, estabelecido quando ele assumiu a presidência da República:

“As cifras, ou melhor: os alvos prefixados poderão parecer hoje reduzidos, dado o violento avanço tecnológico que subverteu os padrões pelos quais se mede atualmente a evolução dos povos em qualquer estágio de sua evolução. Se hoje o Brasil é um país em pleno desenvolvimento, naquela época era, como as demais nações da América Latina, um exemplo do que Servan-Scheiber denominou uma ‘economia coagulada’. Os diferentes ciclos da sua economia – a cana-de-açúcar, o pau-brasil, o fumo – estiveram submetidos durante séculos a métodos de exploração predatória, sendo antes objetos de troca do que propriamente de um comércio regular.

O fim do século XVIII, que assistiu à decadência da lavoura de cana, testemunhou, por outro lado, o advento da era do ouro, que se prolongou por um século e meio, seguida, imediatamente, pela do diamante, fechando-se a saga da exploração do solo com a abertura das lavouras de algodão. Durante os trezentos anos da colonização portuguesa, a mão de obra utilizada era a do escravo e con-



tinuou a sê-lo depois da criação dos cafezais, o que foi a principal riqueza do Brasil desde o abandono das minas até 1955, quando me candidatei à Presidência da República. A única diferença observada, no trato dessa lavoura, fora a troca do trabalho escravo pelo trabalho de colonos livres, muito embora, no que dizia respeito à qualificação profissional, ambos se equivalessem.

Quando governador de Minas, entrei em contato direto com a realidade brasileira e fiquei alarmado. Não era possível que uma nação, rica e poderosa em recursos naturais como o Brasil, houvesse ignorado a Revolução Industrial do século XIX e perma-

necesse curvada sobre a terra, recorrendo aos mesmos tucanos processos agrícolas que haviam caracterizado a era colonial. Alguma coisa tinha de ser feita, para que o Brasil se autoafirmasse. Concebi, então, o binômio Energia e Transportes.

Ao candidatar-me à Presidência da República, elaborei o Programa de Metas. Não se tratava de um diagrama rígido, mas de um plano de ação flexível, o qual, após a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico, no primeiro dia do meu governo, passou a ser revisto quase mensalmente, com a ampliação das cifras-alvos e a abertura de novas fronteiras, visando à preparação do

Brasil para o grande 'salto desenvolvimentista', que o desvincularia da estagnação de quatrocentos anos do seu passado. O que pretendi com 30 metas iniciais e mais a "meta síntese" – a construção de Brasília – foi dar um arranco no país, para que ele acordasse, pusesse em ação suas energias latentes, compreendesse, enfim, que era uma Nação e, como tal, deveria disputar seu lugar no cenário internacional. Essa ação, que não deixava de ser violenta, desdobrou-se em dois planos perfeitamente distintos, mas interligados: a) no terreno psicológico, através de uma incessante pregação desenvolvimentista; b) no âmbito prático, realizando, em tempo recorde, todas as obras de infraestrutura de que o país necessitava. E os números, melhor do que as palavras, revelam que obtive êxito nessa norma de procedimento".


EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

JK deu as seguintes explicações sobre o Programa Educação para o Desenvolvimento, implementado durante o seu governo:

"Assisti ao encontro de duas gerações. Aquela, à qual pertenço, e a que começava a disputar, com vigor jamais verificado em qualquer época da História, o seu lugar ao sol. No meu tempo, vivia-se numa sociedade harmoniosa, onde cada um, ao concluir sua educação, já sabia o lugar que iria ocupar na escala das relações humanas. Vivemos uma era de desafios. A concorrência se agrava cada dia e, conquanto se amplie o mercado de trabalho, este só se faz acessível aos que possuem determinadas especializações. A cultura, ao lado da saúde, desempenha um papel cada dia mais relevante na estruturação da sociedade que evolui a nossos olhos. Entretanto, a cultura que o mundo moderno requer é de um tipo integrativo, amalgamador, cuja plasticidade serve às exigências de uma sociedade em

JK

Cinquenta anos de Progresso em cinco anos de Governo!



Autor:
Carlos Alberto Teixeira de Oliveira - Presidente/Editor-Geral da Revista MercadoComum e Diretor-Geral da Faculdade Estácio de Sá de Belo Horizonte.

Co-Autores:
Aécio Neves; Afonso Heliodoro dos Santos; Aloisio Vasconcelos; Angelo Oswaldo de Araújo Santos; Arthur Lopes Filho; Carlos Bracher; Carlos Murilo Felício dos Santos; Cláudio Gontijo; Djalma Bastos de Moraes; Deusdedit Righi de Aquino; Eduardo Borges de Andrade; Eduardo Prates Otaviani Bemis; Fernando Brant; Fernando Pimentel; Francilino Pereira; Helio Costa; Hindemburgo Chateaubriand P. Diniz; Itamar Franco; Itamar José de Oliveira; Jadir Barroso dos Santos; Jayme Vita Roso; João Camilo Penna; José Alcino Bicalho; José Maria Rabelo; José Pedro Rodrigues de Oliveira; Levino Castilho; Lucília de Almeida Neves Delgado; Luiz Carlos Bernardes; Marcio Fagundes de Oliveira; Mário Bhering; Mauro Santos Ferreira; Murilo Badaró; Olavo Romano; Paulino Cicero de Vasconcelos; Paulo Eduardo Rocha Brant; Pedro Paulo Cava; Raul de Mattos Paixão Jr.; Robson Braga de Andrade; Rodrigo Lopes; Ronaldo Costa Couto; Rubio de Andrade; Valério Fabris; Vera Brant; Wilson Nélcio Brumer.

31 de Janeiro 2006

MERCADOCOMUM
A REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA DE EMPRESAS

Edição comemorativa dos 50 anos da posse de JK na Presidência da República.

violento processo de transformação. Na realidade, a civilização, ao invés de evoluir, deu um salto, e o contexto sociológico se fragmentou.

Em face da tarefa que teria de empreender, recorri ao exemplo da História. Em todos os países, a educação sempre procedeu do desenvolvimento. Forma-se o arcabouço econômico através de obras de infraestrutura e, depois, sobre essa base sólida, planta-se a bandeira da educação em massa. Assim aconteceu nos Estados Unidos, após a febre do petróleo que lhes fez a redenção econômica. Assim ocorreu nas nações da Europa, após o esta-

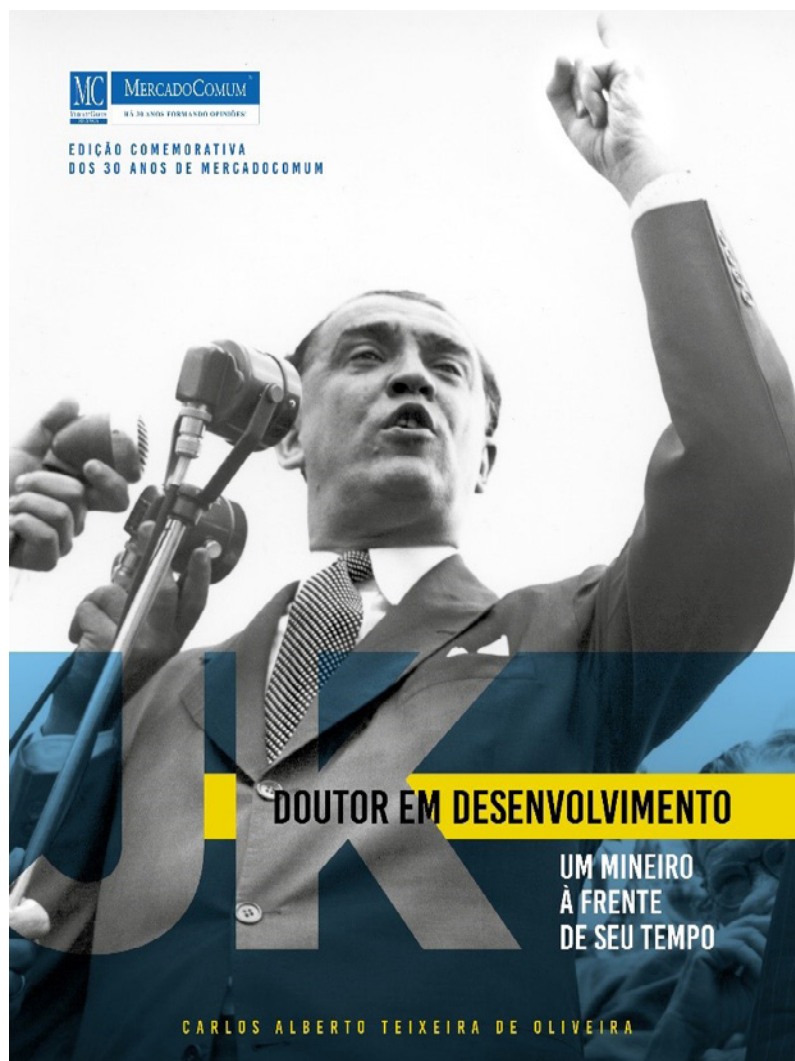
belecimento de uma nova sociedade gerada pela prosperidade, decorrente da Revolução Industrial. Essa lógica foi invertida apenas nos países comunistas, onde o Estado, fazendo valer o peso da prioridade ideológica, sacrificou o bem-estar da população, em benefício da alfabetização em massa.

Através de um esforço quase sobre-humano, criei a plataforma de conquistas sociais e econômicas, na qual o país poderia se apoiar para empreender, num segundo turno, o grande salto para vencer a barreira do analfabetismo e da despreparação intelectual e técnica. Ao conjunto de Metas, em que haviam sido fixa-

das as diretrizes estruturais do meu plano de governo, deveria corresponder necessariamente uma filosofia de educação. Estabeleci, pois, em doze proposições, as diretrizes que forçariam a adequação do sistema educacional à transformação que se estava operando no país. Assentou-se como princípio que a educação secundária perderia seu caráter de ensino médio, para se transformar num impulso autônomo, convertida em aspiração geral de preparo a que tendia a coletividade. O ensino superior, compartimento segundo o sistema tradicional de escolas e cursos estanques, teria de obedecer à flexibilidade dos currículos para ser integrado em faculdades e em cursos, com seus planos de estudo ajustados às demandas sociais do país.

A este sistema, revolucionário em muitos aspectos, denominou-se 'Educação para o Desenvolvimento', refletindo de forma explícita seus reais e permanentes objetivos. O sistema não era, como à primeira vista se poderia supor, uma educação puramente técnica, sem objetivo ético e sem conteúdo humanístico. A décima segunda proposição, em que se baseava, estabelecia que, à luz das suas diretrizes, a educação correspondia a um novo humanismo pedagógico, no qual o indivíduo era visto como protagonista de sua época. Ao enfrentar o problema educacional, procurei situar o estudante na posição que lhe deve caber no espetáculo da civilização".

De acordo com JK "o progresso é um fenômeno integrado. Quando se abre uma rodovia, a região por ela beneficiada alarga suas exigências. O horizonte se abre para todos e logo surgem novas necessidades de consumo. O homem, prisioneiro da acanhada realidade anterior, sente-se liberto e, estreitando seu contato com o mundo, passa a ser vítima de emulações. Se não tinha geladeira, passa a desejá-la, porque a viu na casa dos seus amigos. Se não lia jornais, come-



ça a lê-los, interessando-se pelo que ocorre além das fronteiras de sua província. Em termos de realidade primária, esta é uma imagem simplista do progresso. Entretanto, quando transportada para o plano espiritual, ela se apresenta bem mais complexa. As exigências se transformam em ânsia de conhecimento, e esta, não sujeita a limitações, impõe novas relações intelectuais e éticas. Meu programa, denominado 'Educação para o Desenvolvimento', levava em conta esses condicionamentos. Seu objetivo não era apenas dar educação, mas preparar a juventude de forma a ajustá-la às exigências do progresso".

***Textos extraídos da coletânea de 3 volumes – 2.336 páginas, intitulada "JK: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI", de autoria de Carlos Alberto Teixeira de Oliveira e publicada por MercadoComum.**

Juros pagos sobre a dívida pública brasileira Consolidada, dos últimos doze meses até setembro, chega a quase R\$ 1 trilhão

No mesmo período, o setor público brasileiro registrou déficit nominal de R\$1.018,0 bilhões (8,16% do PIB);

A Dívida Bruta brasileira consolidada atingiu 78,1% do PIB (R\$9,7 trilhões) em setembro de 2025



O Banco Central do Brasil divulgou, no dia 31 de outubro, os resultados consolidados das contas públicas nacionais, conforme a seguir:

RESULTADOS FISCAIS

O setor público consolidado registrou déficit primário de R\$17,5 bilhões em setembro, ante déficit

de R\$7,3 bilhões no mesmo mês de 2024. Houve déficits de R\$14,9 bilhões no Governo Central e de R\$3,5 bilhões nos governos regionais. As empresas estatais tiveram superávit de R\$1,0 bilhão. Em doze meses, o setor público consolidado acumulou déficit primário de R\$33,2 bilhões, 0,27% do PIB, ante déficit de R\$23,1 bilhões, 0,19% do PIB, nos doze me-

ses acumulados até agosto.

Os juros nominais do setor público consolidado, apropriados por competência, somaram R\$84,7 bilhões em setembro, comparativamente a R\$46,4 bilhões em setembro de 2024. Além da evolução menos favorável das operações de swap cambial (ganhos de R\$20,0 bilhões em setembro de

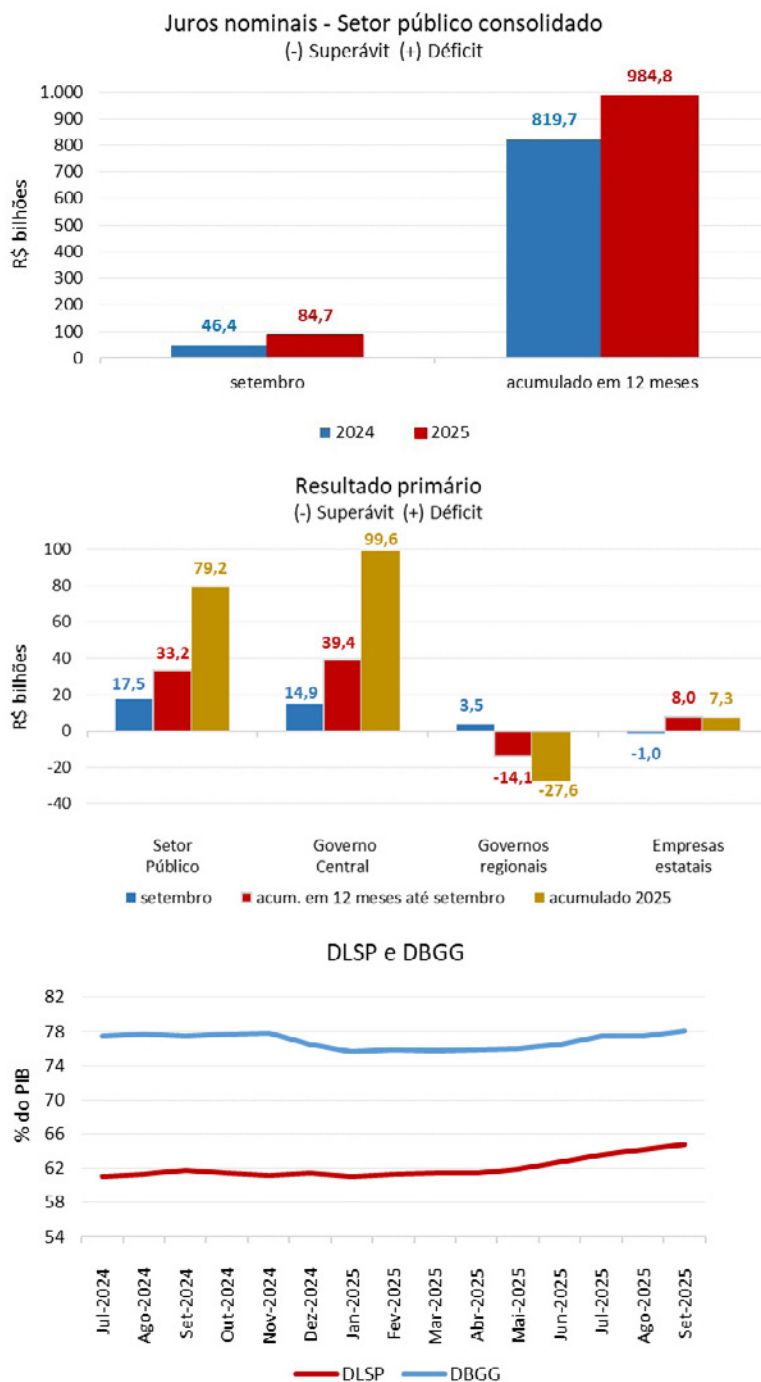
2024 e de R\$13,4 bilhões em setembro de 2025), contribuíram para esse crescimento a elevação da taxa Selic e o aumento do estoque do endividamento no período. No acumulado em doze meses até setembro, os juros nominais alcançaram R\$984,8 bilhões (7,89% do PIB), comparativamente a R\$819,7 bilhões (7,11% do PIB) nos doze meses até setembro de 2024.

O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$102,2 bilhões em setembro. No acumulado em doze meses, o déficit nominal alcançou R\$1.018,0 bilhões (8,16% do PIB), ante déficit nominal de R\$969,6 bilhões (7,81% do PIB) em agosto de 2025.

2. DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (DLSP) E DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL (DBGG)

A DLSP atingiu 64,8% do PIB (R\$8,1 trilhões) em setembro, elevando-se 0,6 p.p. do PIB no mês. Esse resultado refletiu os impactos dos juros nominais apropriados (+0,7 p.p.), do déficit primário (+0,1 p.p.), da valorização cambial de 2,0% no mês (+0,2 p.p.), do efeito da variação do PIB nominal (-0,4 p.p.) e dos demais ajustes da dívida externa líquida (-0,1 p.p.). No ano, o aumento de 3,3 p.p. na relação DLSP/PIB refletiu, em especial, os impactos dos juros nominais (+5,5 p.p.), do efeito da valorização cambial acumulada de 14,1% (+1,7 p.p.), do déficit primário do período (+0,6 p.p.), dos demais ajustes da dívida externa líquida (-1,0 p.p.) e da variação do PIB nominal (-3,6 p.p.).

A DBGG – que compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais – atingiu 78,1% do PIB (R\$9,7 trilhões) em setembro de 2025, elevando-se 0,6 p.p. do PIB no mês. Essa evolução no mês foi decorrente, sobretudo, dos juros nominais apropriados (+0,8 p.p.), das emissões líquidas de dívida (+0,3

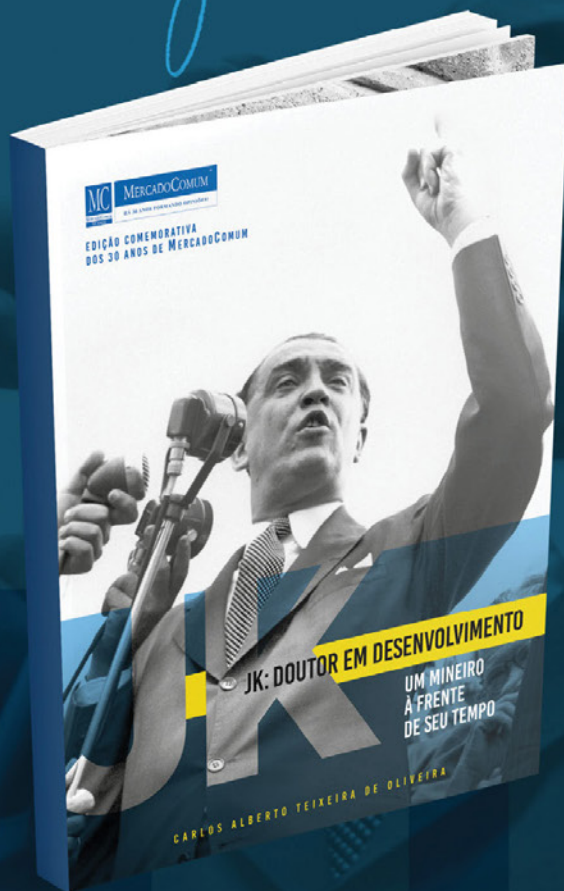


p.p.), do efeito da valorização cambial (-0,1 p.p.) e da variação do PIB nominal (-0,4 p.p.). No ano, a DBGG elevou-se 1,6 p.p. do PIB, em função, principalmente, da incorporação de juros nominais (+6,6 p.p.), das emissões

líquidas de dívida (+0,1 p.p.), do reconhecimento de dívidas (+0,2 p.p.), do crescimento do PIB nominal (-4,5 p.p.), do efeito da valorização cambial (-0,6 p.p.) e dos demais ajustes da dívida externa (-0,1 p.p.).

JK: LIVRO INÉDITO SOBRE EX-PRESIDENTE FOCA EM SUA VISÃO DE FUTURO E ESPÍRITO DESENVOLVIMENTISTA

Juscelino Kubitschek de Oliveira



A vida, obra e trajetória do ex-presidente Juscelino Kubitschek já rendeu livros, filmes, documentários, minissérie na TV e até podcasts. E a julgar pelas informações que não param de surgir, ainda vai render muito material para pesquisa. Que o diga o economista Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, que acabou de lançar o livro "JK: Doutor em Desenvolvimento – Um Mineiro à Frente de seu Tempo".

O que transparece no livro de 704 páginas é a visão de grandeza de Juscelino e a sua antevisão do futuro. Haja visto o projeto da Pampulha, projetada quando ele foi prefeito de BH, e que significou o marco inicial de uma nova arquitetura, depois consolidada com a construção de Brasília. O autor do livro, Carlos Alberto Teixeira destaca um recorte do período de JK em Minas Gerais e selecionou alguns discursos da época em que ele esteve à frente da capital mineira, e depois, como governador do Estado. Nesse sentido, todo o material publicado é inédito e pouco conhecido.

Neste novo livro, o autor procurou desmitificar e derrubar algumas histórias e infundadas críticas, como a de que Juscelino teria sido o causador da inflação no Brasil. "Eu comprovo que ela já vigorava e prevalecia no país antes da sua posse, com percentuais elevados, e ele procurou combatê-la de forma coerente e prática. Nesse sentido, JK afirmava que a melhor forma de combater a inflação e o custo de vida era produzir mais, com mais qualidade e custos menores e defendia o aumento da produtividade industrial brasileira". Outra ficção, segundo ele, é a de que o custo da construção de Brasília levou ao endividamento do país. "Tal alegação também não procede. A capital brasileira, segundo o ex-ministro Roberto Campos, teria custado, no máximo 3,5%, do PIB nacional, o que equivaleria, nos dias de hoje, a cerca de US\$ 70 bilhões. "Esse valor, considerando-se o dólar atualmente cotado a R\$ 5,00 - equivale a R\$ 350 bilhões. Ora, esse montante representa apenas a metade de tudo quanto o setor público brasileiro – União, Estados e Municípios gastará, neste ano, no pagamento de juros sobre a dívida pública consolidada.

Carlos Alberto também é autor de outras obras, como a coletânea de livros e 2.366 páginas intitulada "JK: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI".

O livro poderá ser encontrado, inicialmente, apenas junto a MercadoComum que o publicou.

Tel: 31 3281-6474 - revistamc@uol.com.br
Rua Padre Odorico, 128 - 10º Andar - 30.330-040
BELO HORIZONTE - MG - www.mercadocomum.com

VALOR DO LIVRO:

Retirada na sede de MercadoComum: R\$ 100,00
Envio: BH/Interior de MG: R\$ 120,00 - Outros Estados: R\$ 140,00

PAGAMENTO:

Via PIX: 70.954.383/0001-12
Crédito em C/C: A favor de MinasPart Comunicação, Ltda.
Banco Itaú (341) - Agência 3176 - Conta 05630-1

INFORMAR: Nome do adquirente, endereço postal e CEP

MERCADOCOMUM®

HÁ 30 ANOS FORMANDO OPINIÕES!



O presidente e o nível do Congresso Nacional

Roberto Brant

Advogado, ex-deputado federal, ex-ministro da Previdência Social

A um ano das eleições é natural que o ambiente da política fique mais conflituoso e que as palavras no discurso político se tornem armas para ferir, ocultar ou iludir. Há 80 anos George Orwell já dizia que a linguagem política era projetada para fazer que as mentiras soem verdadeiras. Os políticos não são os únicos culpados por isto. Hoje as variadas fontes de entretenimento que competem pela atenção das pessoas deixam um espaço muito pequeno para as questões da política, o que obriga o discurso político a ser superficial e teatral.

Por mais que essa realidade pareça insuperável, não podemos deixar de tratar a política como coisa séria. Afinal, é pela política que se alcança o Poder, e o Poder afeta de modo decisivo o destino das pessoas e das comunidades. A filósofa e pensadora política Hannah Arendt dizia que o mal prospera com a apatia e não consegue sobreviver sem ela. É preciso trazer a discussão política para o primeiro plano das preocupações e, para esse fim, precisamos ir mais fundo na crítica dos discursos políticos.

Nesses últimos dias tivemos uma amostra do que a política brasileira nos prepara. O governo do Presidente Lula é uma administração que crê ideologicamente que a expansão das despesas públicas é um motor do crescimento. A maior parte dos especialistas está de acordo em que somente as despesas de capital aumentam a produtividade da economia e produzem crescimento que se sustenta o tempo. Embora as despesas estejam crescendo sistematicamente acima do crescimento normal das receitas, os inves-



timentos estão próximos de zero. Os déficits resultantes são cobertos com dívida pública. Ao final do mandato, em 2026, a relação Dívida/PIB terá se elevado em 12 pontos percentuais, de 72% em 2022 para 84%.

Pressionado pelas metas fiscais que, se não cumpridas, podem levar à desaprovação das contas do governo, e resistente em cortar despesas, que podem esfriar o ânimo dos seus eleitores, o governo submeteu ao Congresso Nacional uma Medida Provisória, com variados aumentos de impostos. O Congresso que, até aqui, havia aprovado todos os aumentos de despesas e de receitas propostos pelo Executivo, decidiu negar este novo aumento. Nada de existencial estava em jogo, mas o governo teve duas reações que precisam ser avaliadas mais a fundo.

O partido do presidente lançou uma peça de publicidade acusando o Congresso de defender os ricos e penalizar os pobres. A ministra da Articulação Política declarou que o Congresso votou contra os interesses do país. Afinal, o Congresso tem a obrigação de aprovar todas as propostas do governo, ou

os parlamentares têm liberdade de contestar algumas, em razão do seu próprio julgamento? Raciocinando friamente, pode-se argumentar que o aumento dos impostos é que poderia ser considerado contrário aos interesses do país. Se o Congresso for mera instância homologatória certamente não estamos em uma democracia. Defender os pobres pode ser uma política fiscal que não produza déficits contínuos e eleve a dívida pública a um patamar que cause o fim do crédito público e o próprio colapso do Estado.

Para concluir o enredo, o presidente Lula, em um palanque, reclamou que “esse Congresso nunca teve a qualidade de baixo nível como tem agora.” Esse Congresso está aí há três anos e nunca havia merecido tão pobre avaliação do presidente. O que nos permite imaginar que a nova avaliação se deve à sua recusa em aumentar impostos que permitiriam mais despesas e mais aprovação eleitoral. O presidente fica nos devendo uma explicação mais precisa sobre seus critérios de avaliação.

Esse Congresso que está aí, com seus defeitos e suas eventuais virtudes, é fruto da organização do nosso sistema político, ou seja, da fragmentação partidária e do sistema proporcional de eleição dos deputados. Na próxima legislatura o Congresso será praticamente o mesmo, e assim para sempre, se o sistema não mudar. Nunca soube que o governo Lula tenha proposto qualquer mudança neste sentido, o que parece indicar que até agora esteve satisfeito com a representação existente. Que se lute pelo Poder, mas com um pouco mais de verdade.

Proposta de Reforma Administrativa eleva produtividade

Para manter eficácia do pacote, organização entende que parlamentares precisam aprovar medidas sem alterações

O Centro de Liderança Pública (CLP) defende que o Congresso Nacional aprove – sem alterações – a versão de reforma administrativa apresentada pelo deputado federal Pedro Paulo (PSD-RJ). De acordo com a mais recente nota técnica da organização, as cerca de 70 propostas têm objetivo de aumentar a produtividade, padronizar regras, criar controles e dar transparência, com ênfase na entrega de resultados para o cidadão.

De acordo com a nota técnica, a reforma propõe um “Estado orientado a resultados”: metas claras, avaliação contínua, uso intensivo de tecnologia, regramento moderno de carreiras, concursos e cargos, e freios a privilégios que corroem a isonomia. Para o centro, a execução depende ainda de um desenho fino, incluindo indicadores, governança de dados, fiscalização, além da coordenação entre Poderes e entes federados. No entanto, o desenho legal cria os instrumentos para que planejamento, avaliação e disciplina remuneratória se tornem parte do cotidiano administrativo.

O CLP destaca de forma positiva que o pacote de reforma administrativa (formado por PEC, PLP e PL) aplica as mesmas regras a todos os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e a todas as esferas (União, Estados e Municípios). A PEC padroniza normas gerais sobre gestão de pessoas, governo digital, organização e avaliação de políticas. Já o PLP e o PL reforçam essa abrangência com cláusulas de aplicação a todos os Poderes e entes federativos nos artigos iniciais. Isso cria um “piso nacional” de gestão



por resultados, carreira, concurso, avaliação e digitalização, com transparência e métricas comparáveis entre órgãos e níveis de governo.

Ao padronizar princípios e instrumentos de gestão (planejamento estratégico, acordos de resultado, avaliação, governança digital, regras gerais de pessoas) para todo o setor público, a reforma tende a uniformizar incentivos e elevar a qualidade dos serviços especialmente na ponta, onde a maioria das políticas é executada: nos municípios e estados. O resultado esperado é uma agenda sustentada de produtividade e integridade, com metas e bônus institucionais sob tetos e regras comuns, que alinha tribunais, ministérios, assembleias e câmaras municipais ao mesmo regime de desempenho e transparência, aumentando previsibilidade para o cidadão e para os

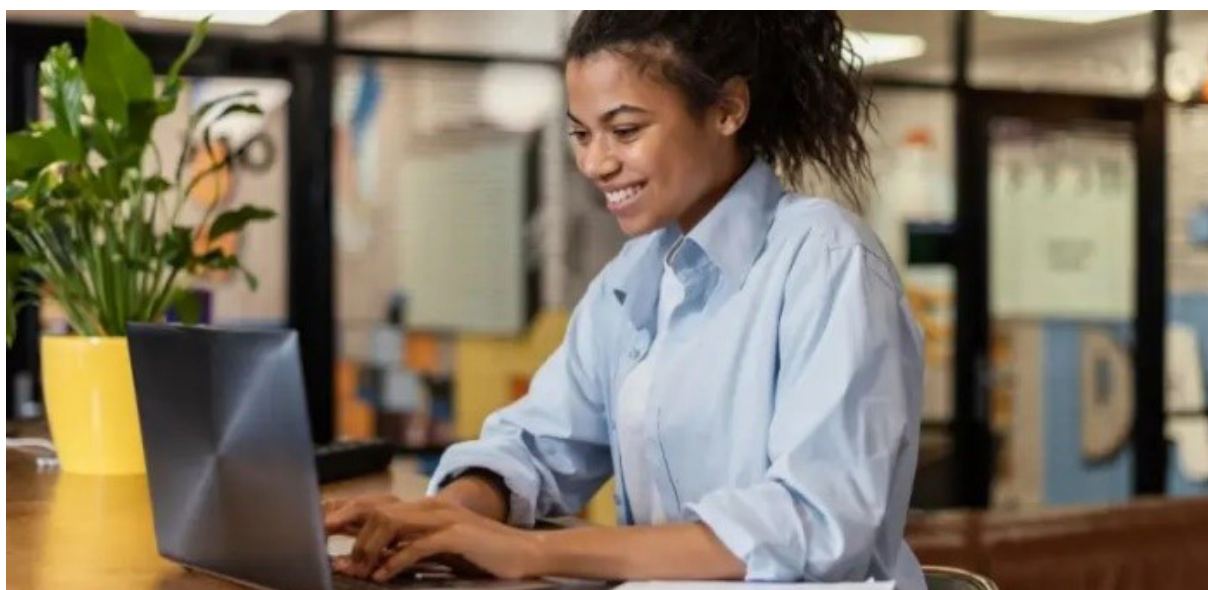
próprios servidores.

A organização também cita que a proposta veda férias de 60 dias, além de padronizar adicionais de férias a 1/3 do salário, valor equivalente ao setor privado. E menciona que retira adicionais por tempo de serviço e organiza o que são verbas de indenização, para que não se tornem penduricalhos.

Para deixar as verbas indenizatórias transparentes, a proposta é determinar um conceito claro, limitar retroativos, criar teto orçamentário para essa rubrica e, no plano remuneratório, estender o teto constitucional a estatais que não são dependentes do governo. A nota técnica conclui que as propostas estão em linha com os pontos já defendidos pelo CLP, limitando tanto o uso individual de verbas indenizatórias como a nível do órgão.

Minas Gerais alcança a marca de 100 municípios com processo de formalização de empresas automatizado

Sebrae Minas, Jucemg e Secretaria de Desenvolvimento Econômico ampliam impacto da Lei de Liberdade Econômica no estado, por meio do Redesim + Livre



Minas Gerais alcançou a marca de mais de 100 municípios automatizados com o Redesim + Livre, sistema que coloca em prática os princípios da Lei da Liberdade Econômica. A iniciativa impacta diretamente a administração municipal, que ganha em eficiência, transparência e segurança jurídica, e os pequenos negócios, que encontram um ambiente mais favorável para crescerem. A ação é uma atuação conjunta do Sebrae Minas, da Junta Comercial de Minas Gerais (Jucemg) e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede).

Com a automatização, etapas como consulta de viabilidade locacional, inscrição municipal e emissão de alvarás passaram a ser digitais e imediatas. Isso significa que empreendimentos de baixo risco são dis-

pensados de licenças e autorizações prévias, podendo iniciar suas atividades de forma ágil e com menos custos.

A atuação do Sebrae Minas nesse processo de desburocratização é por meio do programa Territórios Mais Atrativos, com o eixo de Liberdade Econômica. Somente em 2025, já foram automatizados 60 municípios e outros 150 estão recebendo apoio técnico da entidade para avançar na implementação. A meta é atingir 75 cidades até o fim deste ano e chegar a 300 até 2027, consolidando o estado como referência nacional em simplificação de processos para os pequenos negócios.

O presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae Minas, Marcelo de Souza e Silva, destaca que papel da instituição é de apoiar o poder público na mobilização, divulgação e

implementação da lei, a fim de tornar as ações mais ágeis e automáticas e o município mais atrativo para os negócios, e realizar consultorias para auxiliar na automatização do processo de licenciamento e formalização de empresas.

Simplificar processos de 100 municípios significa gerar oportunidades, fortalecer os pequenos negócios, atrair novos investimentos e impulsionar a economia local. Essa conquista reforça o compromisso do Sebrae em apoiar prefeituras e empreendedores na construção de um ambiente mais simples e favorável para quem quer abrir e manter um negócio. A atuação em conjunto com a Jucemg e a Sede são fundamentais para desburocratizar processos em nosso estado”, pontua Silva.

PARCERIA ESTRATÉGICA

Com o avanço da automatização, Minas Gerais mostra que desburocratizar é abrir caminho para que milhares de empreendedores realizem seus projetos com mais liberdade e menos barreiras. A iniciativa está alinhada ao programa Minas Livre para Crescer, do Governo de Minas, e fortalece a política pública de desburocratização no estado. O sucesso do modelo depende da cooperação entre o poder público e as instituições parceiras, como a Sede e a Jucemg.

A secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mila Corrêa da Costa, reforça que a Lei de Liberdade Econômica é um instrumento fundamental que tem em Minas a maior adesão do Brasil e completou seis anos no dia 20/9. “Graças ao programa Minas Livre Para Crescer, conseguimos estimular um ambiente de negócios mais simplificado e seguro juridicamente para os empreendedores, algo que que nesses 100 municípios está ainda mais maduro. Não existe mágica: municípios que querem atrair mais investimentos e gerar mais empregos precisam seguir os passos de uma economia mais livre e competitiva”, afirma.

Chegar a 100 municípios integrados ao Redesim + Livre é uma conquista histórica não apenas para a Jucemg e para todos os parceiros do projeto, mas para Minas Gerais. O programa entrega tudo que o empreendedor quer quando decide abrir um negócio nos dias de hoje: simplificação, agilidade, economia e segurança. Ganha Minas Gerais, ganham as prefeituras, os empreendedores e os cidadãos”, ressalta a presidente da Jucemg, Patricia Vinte Di Iório.

MUNICÍPIOS AUTOMATIZADOS

Alagoa, Antônio Carlos, Araguari, Araxá, Areado, Bandeira, Barbacena, Bom Jesus da Penha, Bonfinópolis de Minas, Bonito de Minas, Borda da Mata, Bueno Brandão, Cabo Verde, Cambu-



quira, Campanha, Campestre, Campo Florido, Caparaó, Capelinha, Carmo da Mata, Cássia, Catuji, Conselheiro Lafaiete, Coromandel, Coronel Xavier Chaves, Córrego Novo, Couto de Magalhães de Minas, Curvelo, Divino, Faria Lemos, Formiga, Franciscópolis, Frei Gaspar, Frutal, Galileia, Guanhães, Guarda-Mor, Heliodora, Ibiraci, Iguatama, Ipanema, Ipatinga, Itacarambi, Itamogi, Itanhandu, Janaúba, Januária, Japonvar, Joaquim Felício, Jordânia, Josenópolis, Lagoa da Prata, Laranjal, Leopoldina, Machacalis, Malacacheta, Maria da Fé, Mateus Leme, Matutina, Minas Novas, Monsenhor Paulo, Monte Santo de Minas, Morada Nova de Minas, Natércia, Nova Lima, Nova Resende, Paracatu, Patos de Minas, Pedra Dourada, Perdígão, Pirapora, Planura, Poços de Caldas, Pompéu, Pratápolis, Presidente Olegário, Rio Vermelho, Sacramento, Santa Rita de Ibitipoca, Santa Rita do Sapucaí, Santana do Paraíso, São Francisco, São Francisco do Glória, São Geraldo, São Gonçalo do Rio Abaixo, São João Del Rei, São Joaquim de Bicas, São José do Jacuri, São Sebastião da Bela Vista, São Sebastião do Oeste, São Thomé das Letras, São Tiago, Serra do Salitre, Serranópolis de Minas, Teófilo Otoni, Três Marias, Uberaba, Varginha, Vazante, Virgolândia.

PROGRAMA TERRITÓRIOS MAIS ATRATIVOS

O Programa Territórios Mais Atrativos é uma iniciativa do Sebrae Minas

para apoiar agentes públicos e lideranças locais em processos e estratégias para tornar os territórios mais atraentes aos negócios por meio da melhoria do ambiente empreendedor. São três frentes principais: Lei de Liberdade Econômica (LLE), Regularização Fundiária e Atração de Investimentos.

A LLE visa desburocratizar, agilizar e simplificar o processo de abertura e formalização de empresas, ofertar serviços e melhorar o ambiente de negócios. O Sebrae Minas disponibiliza consultoria para automatizar o processo de abertura de empresas.

Regularização Fundiária objetiva potencializar o desenvolvimento econômico local por meio da organização territorial, da garantia da propriedade e do acesso ao crédito, bem como aumentar a renda e fomentar a construção civil. Em 2025, o Sebrae Minas já capacitou mais de 20 municípios com a temática

Já a Atração de Investimentos é um projeto para capacitar as prefeituras para melhoria do ambiente de negócios e da jornada de prospectar empresas para o território. O Sebrae possui metodologia própria que, em conjunto com a Invest Minas, pretende tornar o território mineiro ainda mais competitivo. No ano de 2025, 10 municípios estão sendo atendidos pela metodologia e apresentaram resultados positivos.



A casa própria: um sonho que transforma realidades

Ricardo Gontijo

Presidente-CEO do Grupo Direcional Engenharia



Pesquisas mostram que um dos maiores sonhos do brasileiro é a aquisição da casa própria. No Grupo Direcional, há mais de 40 anos, temos nos dedicado intensamente à realização deste sonho. Sabemos que nossos empreendimentos representam o primeiro imóvel dos nossos clientes, na maior parte das vezes. Ao possibilitarmos que milhares de brasileiros acessem, alguns pela primeira vez, uma habitação com saneamento básico, segurança e proximidade a serviços públicos, entendemos que nosso propósito se concretiza: transformamos vidas e construímos um futuro melhor. Condições adequadas de moradia geram menos problemas de saúde, menos abstenções em escolas e postos de trabalho e mais qualidade de vida, estabilidade e segurança. Ter um endereço formal traz dignidade e inserção social às pessoas que antes viviam na informalidade, permite matrícula de crianças em escolas próximas e aces-

so a serviços de saúde. A conquista da moradia digna é, de fato, um investimento no futuro.

Um dos grandes impulsionadores desse processo é o programa Minha Casa, Minha Vida, que, ao atender famílias mais vulneráveis, movimenta a economia, gera empregos e favorece a mobilidade social. Em mais de 15 anos, o programa se tornou mais acessível. Em 2014, o imóvel no programa custava o equivalente a cerca de 143 salários-mínimos. Hoje, custa, em média, 121. Atualmente, com menos de 1,5 salários-mínimos de renda, famílias já se tornam aptas para a contratação do financiamento, o que representa a inclusão de milhões de brasileiros. Assim, a aquisição do imóvel se torna ponto de partida para a construção de patrimônio, transformando gastos com aluguel em investimento. Por tudo isso, a relevância do MCMV é inegável e sua manutenção,

essencial para a transformação social de longo prazo do nosso país.

Para além do nosso negócio, na Direcional, estamos atentos às oportunidades de transformar obrigações e contrapartidas em ações de impacto, como a construção de equipamentos públicos que beneficiam moradores e comunidades do entorno dos empreendimentos. Assim, fortalecemos o pilar “S” (social) do ESG, reforçando nosso compromisso em gerar valor compartilhado e contribuir para o desenvolvimento sustentável das cidades.

Todos os dias, com nossos atos, decisões e trabalho, reafirmamos nosso compromisso com um Brasil melhor. Transformamos sonhos em moradia digna e, mais do que lares, construímos alicerces para uma sociedade mais justa e inclusiva. Trabalhamos para que o futuro que nosso povo merece seja, o quanto antes, o nosso presente.

Um diagnóstico realista da agricultura familiar

João Guilherme Sabino Ometto

Engenheiro (Escola de Engenharia de São Carlos – EESC/USP),
empresário e membro da Academia Nacional de Agricultura (ANA).

A agricultura familiar é muito importante e deve ser tratada com respeito e na sua real dimensão, para que informações equivocadas e mitos com a qual tem sido caracterizada não se prestem a fins políticos e a campanhas eleitorais e/ou ideológicas. Um diagnóstico correto é fundamental para nortear políticas públicas eficazes. É comum ouvir que seria responsável por 70% dos alimentos consumidos no País, mas esse dado não é verdadeiro. É o que constata o estudo “Caracterização do Perfil dos Estabelecimentos Enquadráveis no Pronaf e no Pronamp”, realizado pelo Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas (FGV Agro), a partir do Censo Agropecuário de 2017.

Na realidade, o segmento responde por 23% do Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária nacional, na qual 76,8% dos estabelecimentos são familiares, totalizando 3,9 milhões de unidades. Dois grupos minoritários, enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf V) e Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp Familiar), somam 1,16 milhão de estabelecimentos e concentram 83,3% da produção da agricultura familiar.

O maior grupo, o Pronaf B, reúne 53,9% dos estabelecimentos familiares, ou 2,73 milhões. Com renda bruta anual de até R\$ 20 mil, respondem por 2,8% do VBP da agricultura familiar, com média de R\$ 4.762 por estabelecimento. Seu cultivo é sobretudo estratégia de sobrevivência, complementada por aposentadorias e pensões, que chegam a representar 55,7% da renda total. Concentrados no Nordeste (60%) e no Sudeste (14,7%), esses produtores dedicam-se à criação de bovinos (18,3% do VBP do perfil), à produção de leite (16,5%) e de mandioca (12,2%).

O Pronaf V é composto pelos motores da agricultura familiar. Com renda anual entre R\$ 20 mil e R\$ 360 mil, reúnem 1,14 milhão de estabelecimentos, principalmente no Sul (35%) e no Sudeste (24,7%).



Representam 16% de todo o VBP da agricultura familiar, com forte inserção em cadeias produtivas como leite, frutas tropicais e horticulturas.

Mais acima na escala está o Pronamp Familiar, formado por produtores com renda anual entre R\$ 360 mil e R\$ 2 milhões. Embora representem apenas 0,5% dos estabelecimentos (24,8 mil), são responsáveis por 13,8% do VBP da agricultura familiar, ou 3,2% de todo o VBP da agropecuária nacional. Suas atividades concentram-se em cadeias de maior escala e integração de mercado, como leite (17,8%), aves (13,1%), bovinos (11%) e suínos (10%). Estão localizados principalmente no Sul (52,7%) e no Sudeste (24,8%).

Além dos três perfis acima citados, há 870 estabelecimentos familiares que ultrapassam a faixa de R\$ 2 milhões de renda bruta anual, concentrando 1% do VBP da agropecuária nacional. São produtores altamente capitalizados, com forte acesso a tecnologias e mercados, atuando em cadeias intensivas, como aves (26,7%), suínos (13,8%) e ovos de galinha (11%). Geograficamente, 42,9% estão no Sul, 26,2% no Sudeste e 13% no Centro-Oeste.

Porém, a agricultura familiar, ao contrário do que se propaga, não domina a produção de alimentos básicos da mesa brasileira, como arroz, milho, feijão, ovos e carnes,

itens advindos majoritariamente de produtores não familiares, responsáveis por 77% do VBP nacional. Em contrapartida, o segmento ocupa papel estratégico em nichos fundamentais, respondendo por 93,7% do fumo, 80% da mandioca, 62,8% do leite, 62,2% da horticultura, 79% do açaí, 79% do morango, 75,8% da uva e 68,7% do abacaxi.

Outro aspecto muitas vezes ignorado é que os rendimentos das famílias rurais não dependem apenas da atividade agrícola. Em 2017, aposentadorias e pensões injetaram quase R\$ 30 bilhões no campo, o que correspondeu a 19,8% da renda do segmento e a 18,6% entre os pequenos produtores que recebem até dois salários-mínimos. Trabalhos externos representaram mais 10,9% dos vencimentos desses grupos. Esse retrato desmonta visões homogêneas e romantizadas. A agricultura familiar é um mosaico: de um lado, milhões de produtores em condição de vulnerabilidade social, cuja renda vem majoritariamente de transferências e empregos fora da propriedade; de outro, segmentos altamente produtivos e integrados a cadeias de valor globais.

Para os 1,3 milhão de estabelecimentos cuja renda não ultrapassa um salário-mínimo, as políticas públicas prioritárias devem estar em políticas sociais, infraestrutura básica e geração de emprego não agrícola. Para os perfis mais produtivos, como Pronaf V e Pronamp, o foco deve ser em crédito ampliado, assistência técnica especializada e acesso a mercados. E, para além da segmentação, é urgente revisar os critérios de enquadramento da agricultura familiar, de modo a incluir quem complementa sua renda em outras atividades, mas enfrenta limitações significativas no campo.

A agricultura familiar brasileira não é uma só, mas muitas. Acredito que, ao adotar políticas públicas baseadas em dados concretos, nosso país consiga potencializar o papel do segmento na segurança alimentar, no desenvolvimento rural e na economia.

Setor mineral perde pioneiro da mineração de lítio brasileira

Wilson Nélio Brumer

Ex-presidente da Acesita, Usiminas e Vale S.A. Ex-secretário de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais. Membro do Conselho de Administração da CBL – Cia. Brasileira de Lítio.

A mineração está de luto!

Faleceu na noite de 21 de outubro o Dr. Salustiano Costa Lima da Silva, acionista majoritário da Companhia Brasileira de Lítio.

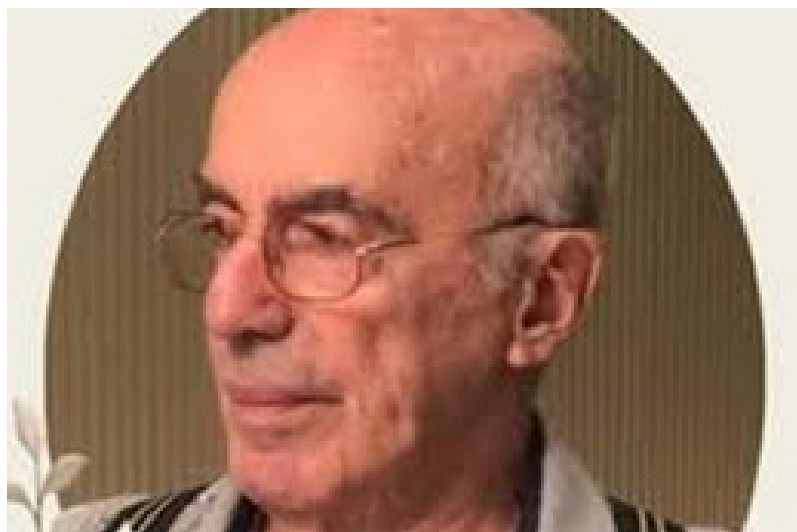
Foram 90 anos de uma vida bem vivida, mas de muitas lutas e desafios vencidos.

Quando ninguém falava em lítio ele fundou a empresa, cerca de 40 anos atrás, numa região ainda muito pouco desenvolvida e que hoje é considerada promissora em função das grandes reservas existentes e investimentos anunciados.

Quando poucos falavam em agregação de valor, ele criou uma refinaria para atender, na época, o mercado interno de produtores principalmente de remédios, cerâmica e graxa para o segmento automobilístico. Atualmente a refinaria domina todo o processo e pode ser considerada uma das poucas, fora da China, que atingiu o grau bateria.

Quando tive a honra de ser convidado para integrar o seu Conselho de Administração eu perguntei a ele o que ele esperava de mim. A resposta foi direta: Quero deixar um legado e para isto quero que você ajude os seus colegas na gestão da empresa a considerar o seu crescimento, baseado em reservas existentes e nos seguintes princípios dos quais não abro mão e sei que você também pensa assim:

- Segurança em primeiro lugar (com muito orgulho nestas mais de três décadas de existência a empresa



nunca teve um acidente fatal, o que nos leva a ficar o tempo todo vigilantes);

- A empresa seja sustentável em todos os sentidos com respeito a todos os seus stakeholders (empregados, sociedade na qual estamos inseridos, clientes, fornecedores e demais.) Cabe enfatizar que a empresa é das poucas do setor que já está certificada pelo cumprimento preconizado de ESG;

- Não aconteça nenhum desvio ético;

- Que a empresa, ao crescer, evite um endividamento incompatível e para isto estarei aberto a buscar parceiros e pensem no momento adequado em abrir o capital da empresa.

- Façam da crise uma oportunidade.

Ele deixa três filhos depois de ter perdido uma filha, fato que o abalou

demais. Para se ter uma ideia da sua preocupação social, ele sempre dividia a sua contribuição pessoal para projetos sociais em quatro partes, ou seja, ele queria demonstrar que, mesmo depois falecer, a filha continuava dando a sua contribuição. Isto certamente marcou os seus três filhos que continuarão a seguir os seus ensinamentos e princípios.

É uma pena que ele não vai ver o crescimento da empresa.

A Diretoria e o Conselho estão empenhados, neste momento, em passar a produção na área mineral de 50 mil para 110 mil toneladas ao ano e a refinaria sair de uma produção de 2 mil para 6 mil, com reservas já conhecidas para os próximos 15 anos e com apenas 20% da área pesquisada o que já permite o crescimento acima. As pesquisas continuam e novas comprovações permitirão um crescimento maior num futuro não tão distante.

25 DE NOVEMBRO:

Solenidade do 27º PRÊMIO MINAS DESEMPENHO EMPRESARIAL - MERCADOCOMUM MELHORES E MAIORES - 2025

XXVII PRÊMIO
MINAS
DESEMPENHO
EMPRESARIAL
MERCADOCOMUM
MELHORES E MAIORES EMPRESAS - 2025



CONDECORAÇÃO

ACMinas

Medalha JK
Medalha Barão de Mauá
Medalha Itamar Franco

Realização

ACMinas
Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais

ASSEMG
Associação das Empresas de Minas Gerais

Apoio Especial

CNT / SEST SENAT / ITL
Sistema Transporte

FÓRUM JK
Fórum de Desenvolvimento Econômico

Apoio Institucional

IBEF
Minas Gerais

MINASPART
Minas Gerais

MERCADOCOMUM
ELA 33 ANOS FORMANDO OPINIÃO!

SUPERMERCADOS BH

Unimed
Belo Horizonte

PORTOGALLO
FAMILY OFFICE

rosenberg
PARTNERS

solut!ons
GESTÃO DE SEGUROS

A solenidade de entrega aos agraciados com o **XXVII PRÊMIO MINAS - DESEMPENHO EMPRESARIAL - MELHORES E MAIORES EMPRESAS - MERCADOCOMUM - 2025**, considerado o “Oscar da Economia de Minas Gerais” e que, neste ano, será realizado em conjunto com a entrega do **XIII Prêmio Minas Gerais de Desenvolvimento Econômico ASSEMG/MercadoComum** e com as condecorações anuais da **ACMinas - Associação Comercial e Empresarial de Minas** está confirmada: ocorrerá no dia 25 de novembro – terça-feira, no Salão de Eventos do Minas Tênis Clube II, com um Coquetel de Confraternização aos participantes do evento.

O objetivo da premiação é homenagear o conjunto de empresas, listadas a seguir, que mais se destacaram em Minas Gerais durante os anos de 2025/2024, em função de suas atividades econômicas, desempenho operacional e resultados financeiros.

As empresas agraciadas foram definidas através de um processo



eminente técnico que teve, como sustentação e fundamentação, as informações e dados relativos ao estudo intitulado **XXIX Ranking de Empresas de Minas Gerais**, o qual será divulgado em edição especial, de MercadoComum, a circular no mês de dezembro próximo.

As empresas participantes deste **XXIX Ranking de Empresas Mineiras** possuem sede em Minas Gerais e tiveram os seus balanços e demonstrações de resultados publicados até

o dia 06 de setembro último – além daquelas que também os encaminharam, diretamente, à Redação de MERCADOCOMUM para estudo e análise, até aquela data.

A escolha das empresas premiadas é definida, fundamentalmente, por sua efetiva contribuição à economia e ao desenvolvimento de Minas Gerais, considerando-se também outros elementos tais como: agregação de valor; inovação e absorção tecnológica; expansão de vendas; integração



nacional e internacional; governança corporativa; competitividade e produtividade; geração de riqueza; transparência; liquidez; geração de renda e de emprego; contribuição de impostos; EBITDA; sustentabilidade; respeito ao consumidor; “compliance” visão de futuro e integração junto à sociedade da qual participa e integra.

As variáveis mais relevantes que determinam a escolha das empresas vencedoras são: equilíbrio econômico-financeiro; lucratividade e crescimento da receita operacional; governança corporativa; transparência e respeito ao consumidor.

O XXIX RANKING DE EMPRESAS DE MINAS GERAIS DIVULGARÁ OS SEGUINTE DADOS:

- *As 300 Maiores Empresas de Minas por Ordem Alfabética;*
- *As 300 Maiores Empresas de Minas por Receita Operacional Líquida*
- *As 300 Maiores Empresas de Minas por Setor Econômico;*
- *As 50 Maiores Instituições Financeiras e Correlatas;*

- *As 100 Maiores Empresas de Minas por Lucro Líquido;*
- *As 100 Maiores Empresas de Minas por Patrimônio Líquido;*
- *As 100 Maiores Empresas de Minas por Ativos Totais;*
- *As 100 Maiores Empresas de Minas por Crescimento de Receitas*
- *As 50 Maiores Empresas de Minas por Retorno do Patrimônio Líquido*
- *As 50 Maiores Empresas de Minas em Ebitda*
- *As 50 Maiores Empresas de Minas em Rentabilidade do Patrimônio Líquido*
- *As 50 Maiores Empresas de Minas por Prejuízo*

Cabe destacar que, para a realização deste XXIX Ranking, foram analisados mais de 2.000 balanços e demonstrações de lucros e perdas – sendo consideradas aptas e classificadas 493 empresas – cuja Receita Operacional Líquida corresponde a cerca de mais da metade do PIB - Produto Interno Bruto de Minas Gerais do ano de 2024 – o que demons-

tra cabalmente a sua importância e dimensão.

São as seguintes as categorias a serem homenageadas neste “Oscar da Economia Mineira de 2025”:

- **MELHORES E MAIORES - EMPRESAS EXCELÊNCIA DE MINAS GERAIS (44)**
- **PERSONALIDADE EMPRESARIAL DO ANO (1)**
- **TRADIÇÃO E PERPETUIDADE (3)**
- **EMPRESAS DO ANO DE MINAS GERAIS (3)**

Na mesma oportunidade, a ASSE-MG-Associação dos Economistas de Minas Gerais fará a entrega de sua mais importante condecoração e que, neste ano, terá os seguintes agraciados:

“ECONOMISTA DO ANO”:

Mário Ferreira Campos Filho
Presidente da SIAMIG –
Associação das Indústrias
Sucroenergéticas
de Minas Gerais

“TROFÉU MINAS GERAIS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO”

1. **Antonio Batista da Silva Junior**
Presidente da Diretoria Executiva da Fundação Dom Cabral
2. **Antônio Manuel dos Santos Baltazar**
Economista, Empresário da área da Saúde
3. **Carlos Henrique Martins Teixeira**
Presidente do Minas Tênis Clube
4. **Cledorvino Belini**
Pres. ACMinas-Associação Comercial e Empresarial de Minas
5. **Glaucia Nasser de Carvalho**
Empresária e cantora
6. **Gustavo Werneck da Cunha**
Presidente do Grupo Gerdau
7. **Luiz Brandão da Silveira**
Empresário da Área de Finanças

8. Manoel Mário de Souza Barros

Presidente da ALAGRO-Academia Latino-Americana do Agronegócio

9. Marcelo de Souza e Silva

Presidente do SEBRAE-Minas e da CDL-BH

10. Paulo Sérgio Ribeiro da Silva

Presidente do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico e do Grupo Tora Transportes

11. Reynaldo Passanesi Filho

Presidente da CEMIG-Cia. Energética de Minas Gerais

12. Tadeu Martins Leite

Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais

13. Tânia Cristina Teixeira

Presidente do COFECON-Conselho Federal de Economia

14. Valter Luiz de Souza

Diretor da CNT - Confederação Nacional dos Transportes

MEDALHAS DA ACMINAS:**1. PRESIDENTE JK**

Ronaldo Costa Couto
Ex-Ministro da Casa Civil e ex-Governador do Distrito Federal

2. PRESIDENTE ITAMAR FRANCO

Humberto Eustáquio Mota
Ex-Pres. da Associação Comercial do Rio de Janeiro e presidente do Duffry's

3. BARÃO DE MAUÁ

Wagner Furtado Veloso
Presidente da diretoria executiva do Hospital Felício Rocho

A escolha dos agraciados das Categorias **Personalidade Empresarial do Ano de Minas Gerais** e da **Empresa Destaque do Ano do 27º Prêmio Minas - Desempenho Empresarial - Melhores e Maiores** é realizada por uma Comissão Especial, composta por todos os agraciados dos anos anteriores com o mesmo título; pelos membros do Conselho Editorial e Consultivo de MERCADOCOMUM e por consulta, direta e seletiva, a leitores da publicação.



XXVII PRÊMIO MINAS – DESEMPENHO EMPRESARIAL – MELHORES E MAIORES 2025 XXIX RANKING DE EMPRESAS DE MINAS GERAIS

01 – PERSONALIDADE EMPRESARIAL DO ANO DE MINAS GERAIS:

FREDERICO JOSÉ AMEDEE PERET - PRESIDENTE DA UNIMED-BH

02 – EMPRESA DESTAQUE DO ANO DE MINAS GERAIS:

UNIMED-BH – COOP. TRABALHO MÉDICO LTDA

03 – TRADIÇÃO E PERPETUIDADE:

- **TELEMONT** - Eng. Telecomunicações S.A. - 50 anos
- **MINAS TÊNIS Clube** 90 Anos
- **ENERGISA S.A.** 120 Anos

04 - MELHORES E MAIORES EMPRESAS EXCELÊNCIA DE MINAS GERAIS (Setor de Atividade):

AGRONEGÓCIO

- **ALVOAR** Láceos S.A.
- **BEM BRASIL** Alimentos S.A.
- **Bioenergética VALE DO PARACATU** S.A.
- **COOXUPÉ** - Coop. Reg. Cafeic. em Guaxupé Ltda.
- **Cervejaria Cidade IMPERIAL** S.A.
- **VILMA** – Domingos Costa Ind. Alimentícias S.A

ÁGUA, ENERGIA, SANEAMENTO E OUTROS

- **AeC** Centro de Contatos S.A.
- **CEMIG** - Cia. Energética de Minas Gerais
- **COPASA** - Cia. Saneamento de Minas Gerais
- **ENERGISA** S.A.
- **GASMIG** – Cia. Gás de Minas Gerais

COMÉRCIO

- **Drogaria ARAUJO** S.A.
- **SUPERMERCADOS BH** Com. Alimentos S.A.
- **TAMBASA** - Tec. Arm. Miguel Bartolomeu S.A.

EDUCAÇÃO, ESPORTE E LASER

- **MINAS Tênis Clube**

- **PUC Minas** - Soc. Mineira de Cultura
- **Rede BATISTA** de Educação

FINANÇAS

- **Banco MERCANTIL DO BRASIL** S.A.
- **POTENCIAL** Seguradora S.A.
- **Sicoob Central CREDIMINAS** – Coop. Central de Crédito de M. Gerais Ltda.
- **Sicoob CREDICOM** - Coop. Econ. Créd. Médicos e Prof. Área de Saúde Ltda.

INDÚSTRIA - CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA

- **BRZ Empreend. Construções** S.A.
- **Construtora CANOPUS** S.A.
- **DIRECIONAL** Engenharia S.A.
- **Grupo MIP** S.A.
- **PATRIMAR** Engenharia S.A.
- **TELEMONT** - Eng. Telecomunicações S.A
- **Brasil** Ltda.
- **GERDAU-Açominas** S.A.
- **HELIBRAS**-Helicópteros do Brasil S.A.
- **TSEA**-Transformadores e Serviços de Energia das Américas S.A.

INDÚSTRIA - DIVERSAS

- **ARCELORMITTAL** Brasil S.A.
- **CBMM** - Cia. Brasileira de Metalurgia e Mineração
- **Cia. Fiação e Tecelagem CEDRO E CACHOEIRA**
- **STELLANTIS** - Automóveis Brasil Ltda.
- **GERDAU-Açominas** S.A.

INDÚSTRIA - MINERAÇÃO

- **ANGLO AMERICAN** Min. Ferro Brasil S.A.
- **CSN** Mineração S.A.
- **Grupo J. MENDES** S.A.
- **KINROSS** Brasil Mineração S.A.
- **Mineração USIMINAS** S.A.

SAÚDE

- **Hospital Felício Rocho** (Fundação Felice Rosso)
- **Instituto HERMES PARDINI** S.A.
- **UNIMED-BH** – Coop. Trabalho Médico Ltda.

TRANSPORTES E LOGÍSTICA

- **LOCALIZA** Rent a Car S.A.
- **PROSEGUR** Brasil S.A.
- **TORA** Transportes S.A.
- **VLI Multimodal** S.A.



BENEFÍCIOS ADICIONAIS ÀS EMPRESAS QUE VEICULAREM PUBLICIDADES NAS EDIÇÕES ESPECIAIS – IMPRESSA E DIGITAL DE MERCADOCOMUM

27º PRÊMIO MINAS DESEMPENHO EMPRESARIAL MELHORES E MAIORES – 2025

1 PÁGINA ou CONTRA-CAPA:

- 1 Mesa de seis lugares e 6 convites individuais para a solenidade de premiação e jantar de confraternização nos salões do Automóveis Clube de Minas Gerais, em Belo Horizonte-MG;
- 1 Troféu em aço inox e um diploma de reconhecimento;
- 1 Matéria institucional correspondente a 1 página adicional nas edições da premiação;
- 1 Banner Formato 350 x 280px - Mídias permitidas: JPG, PNG, GIF e HTML no portal/site de MercadoComum por 2 meses;
- Direito de uso da logomarca da premiação;
- Acesso às fotos e vídeos do evento com direito à sua divulgação.

PÁGINA DUPLA

- 1 Mesa de dez lugares e 10 convites individuais para a solenidade de premiação e jantar de confraternização nos salões do Minas Tênis Clube I, em Belo Horizonte-MG;
- 1 Troféu em aço inox e um diploma de reconhecimento;
- 1 Matéria institucional correspondente a 2 páginas nas edições especiais;
- 1 Banner Formato 350 x 280px - Mídias permitidas: JPG, PNG, GIF e HTML no portal/site de MercadoComum por 2 meses;
- Direito de uso da logomarca da premiação;
- Acesso às fotos e vídeos do evento com direito à sua divulgação.

MERCADOCOMUM estará circulando, em dezembro, com uma edição especial impressa e outra eletrônica trazendo matérias sobre os premiados, as empresas/instituições e personalidades - destacando a relevância desta iniciativa para a economia e o desenvolvimento de Minas Gerais. Cabe, ainda ressaltar, a importância da realização desse evento, que reúne expressiva parcela formadora do PIB mineiro e obtém ampla repercussão na mídia em geral. Nesta edição especial constará o descritivo do XXIX Ranking de Empresas de Minas Gerais, listando-se as Maiores Empresas do Estado – em ordem alfabética, por setor econômico, receita operacional líquida, resultado, patrimônio líquido e ativos totais, entre outros.

A NEWSLETTER MERCADOCOMUM, ora no 33º ano de circulação e em sua 350ª edição é enviada, mensalmente, a um público constituído por 121 mil pessoas formadoras de opinião em todo o país diretamente, via e-mail – através de postagens no LinkedIn, Instagram, Whatsapp e Telegram, além de estar disponibilizado, para acesso, o seu site www.mercadocomum.com, juntamente com as suas edições anteriores.

De acordo com estatísticas do Google Analytics Search a publicação MERCADOCOMUM obteve 35,2 milhões de visualizações durante todo o ano de 2024.

O XXVII Prêmio Minas – Desempenho Empresarial – Melhores e Maiores Empresas – MERCADOCOMUM - 2025 conta com o apoio institucional da ASSEMG – Associação dos Economistas de Minas Gerais; Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; IBEF - Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças de Minas Gerais e da MinasPart- Desenvolvimento Empresarial e Econômico Ltda.

Para maiores informações sobre MercadoComum:
<https://mercadocomum.com/>

O prazo para definição e fechamento de publicidades é até o dia 31 de outubro.



Mercado Gastronômico

Viva o Azeite II

Sérgio Augusto Carvalho

sergioamc@uol.com.br



Oliveira milenar em Portugal

Uma das coisas interessantes que ouvi de um italiano quando estive na Puglia, foi uma referência às milhares de oliveiras espalhadas pelo Sul da Itália: “Não sei quem nasceu primeiro: o Sol ou o pé de azeitona!”

De uma coisa eles não têm dúvidas: já existiam azeitonas quando a Terra começou a ser povoada – segundo Darwin ou a Bíblia.

É, entretanto, impossível de imaginar e calcular quando a Azeitona começou a ser beneficiada além de ser simplesmente comida. Pesquisadores europeus já registraram em seus trabalhos, publicados em livros ou compêndios, histórias de civilizações que

tinham na Azeitona uma de suas formas de se alimentar e manter a uma vida saudável e mais longa. Os cretenses, por exemplo, são citados como um povo de longevidade excepcional, graças ao consumo intenso do fruto das oliveiras.

De atividade familiar para a industrial, o cultivo de oliveiras e beneficiamento das atem um intervalo de, pelo menos, 5 mil anos. Não é possível imaginar quando os produtores começaram a processar o azeite. Nem que foram os gregos os primeiros a utilizar a azeitona na alimentação, muito menos a produção de azeite.

A história milenar das oliveiras e seus

frutos vai de lendas a histórias documentadas. Os gregos se baseiam na mitologia que afirma ser de Aristeu, filho de Apolo e de Cirena, a utilização da azeitona. Com prova documental, os egípcios mostram um papiro do Século XII A.C. onde o Faraó Ramsés III oferece ao deus Sol (Rá) os olivais que cercavam a cidade de Heliópolis, em agradecimento pela descoberta do “óleo que mantinha aceso o fogo nos candeeiros da cidade”.

O valor das olivas para uma dieta saudável se consagrou com a descoberta da melhor maneira de transformar o fruto em líquido: prensando e cuidando para conseguir um suco com a maior pureza possível. A partir daí,



começaram os estudos sobre as propriedades da azeitona colhida. Desde as carências de cada época até hoje, os cientistas se empenham em tratar o assunto com muito cuidado após descobrirem a importância do azeite de oliva para a saúde humana.

No início, as azeitonas eram prensadas para se extrair o óleo. Hoje, a técnica é a centrifugação que permite um aproveitamento maior e mais rápido das frutas.

Em seu livro “Azeitonas - Vida e Saga De Um Pequeno Fruto”, o escritor e jornalista norte-americano Mort Rosenblum descreve em 409 páginas seu estudo de décadas sobre a importância da oliva na nutrição. Ele pesquisou cientistas de dezenas de Universidades na Europa e EUA sobre as influências do azeite no metabolismo humano: “Nestes últimos anos, a ciência médica tem confirmado o que se sabe desde os tempos de Hipócrates: o azeite de oliva é de fácil digestão; ajuda a combater o câncer de mama e outros mais; ajuda as crianças a crescerem e retarda o envelhecimento; é bom para os ossos e juntas, para a pele, fígado

e intestinos; combate a diabetes e as úlceras gástricas, mas o seu principal valor como produto de primeira necessidade na cozinha é o seu efeito sobre o coração e a corrente sanguínea. O azeite de oliva protege o colesterol de lipídios de alta densidade (HDL), o ‘bom colesterol’, e reduz o LDL, de baixa densidade, seu gêmeo assassino”.

Como o aumento do prestígio do azeite no Brasil, como é típico em nosso país, as falsificações estão dando trabalho às autoridades sanitárias oficiais. Os bandidos estão passando dos limites e enganando, principalmente, as camadas de baixa renda da população, com produtos mais baratos e péssimos para o consumo.

Na Europa, a produção do azeite de oliva segue uma rígida fiscalização das entidades do ramo, que são ligadas ao Conselho Oleícola Internacional (COI), com sede em Madri, e que reúne 17 países do todo o mundo (menos os EUA, que já têm uma entidade semelhante fundada antes do COI).

A Dieta Mediterrânea (reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Cultu-

ral Imaterial da Humanidade) é uma receita que tem como base o azeite. Diferente de região para região, de dia para dia, pode mudar quase todos os ingredientes, menos o azeite. Grécia, Itália, Malta, França e Espanha adotam esse tipo de alimentação em toda a costa do Mediterrâneo, obedecendo uma regra básica: alimentos frescos e naturais (crustáceos, moluscos, peixes, legumes, frutas e verduras) regados ao azeite extra virgem (EVO – Extra Virgen Oil) – ou o Virgem de alta qualidade.

O azeite conserva todas as suas propriedades como condimento de saladas, peixes ou legumes cozidos, ou quando é utilizado em molhos, a maionese, por exemplo.

Em sopas, quando estas já estão prontas pra servir, ele mantém igualmente as suas propriedades gustativas e dietéticas.

Em cozidos e assados, seu uso pode ser um fator de destaque no sabor final do prato, independente da temperatura usada na preparação.

Nas frituras, a substituição da gordura vegetal ou animal, insaturadas, pelo azeite rico em ácido graxo, é uma vantagem que ainda não está bem assimilada pelo consumidor, principalmente no Brasil. Quando levado a uma temperatura média de 200°, apresenta pouca ou quase nenhuma modificação em sua formação calórica. Além disso, frito em azeite, o bife ganha uma crosta e coloração sem igual.

As massas, após cozidas, regadas com um bom azeite ficam mais suaves, digestíveis e saborosas, independente do molho a ser usado.

Já experimentou um arroz soltinho com ovo frito num azeite EVO?

Sabia que, até numa torta de chocolate, o azeite, na proporção certa, cai muito bem?

Experimente!



Vinho, Gente, Coisas e Adjacências

Vinhos têm a marca de suas uvas

Inimá Souza

inima.souza@gmail.com

Nesse universo de vinhos originados das vitis viníferas – somente essas uvas podem ser usadas na produção de vinhos de mesa finos; enquanto as uvas chamadas “americanas” ou simplesmente uvas de mesa, vão para sucos, geleias ou consumidas frescas –, cada vinho traz a identidade da uva (ou das uvas) que lhe deu origem.

Ora, no universo das vitis viníferas estão catalogadas cerca de 2.000 variedades, que se diferem pela cor da casca, branca ou tinta. Mas, não só. Cada qual possui características únicas que a difere das demais, no sabor, acidez, taninos e teor de açúcar. A isso chama-se identidade. O vinho a reproduz, e, assim, podemos afirmar que todo vinho tem personalidade própria.

Dentre as tantas, vejamos:

Chardonnay – natural da Borgonha, ganhou o mundo graças ao estilo macio e fácil de agradar, além de adaptar-se aos mais variados solos e climas. De acordo com a região em que origina, apresenta aromas característicos de peras, pêssegos, frutas silvestres (exemplares do Novo Mundo), cítricos e especiarias e ainda lácteos, dependendo da vinificação adotada.

Sauvignon Blanc – seus vinhos apresentam grande expressão aromática – aspargos, maracujá, grama recém cortada, manjerição e mais e mais –, são vigorosos e ácidos, além de gostosamente refrescantes. Na garrafa desenvolve seus inigualáveis potentes e robustos aromas.

Riesling – devido à sua alta acidez seu potencial de guarda é um dos maiores do mundo. Seus vinhos vão de leves a aromáticos e complexos. Seus aromas: florais, frutas cítricas, e na boca, lima, limão e muita mineralidade.



Torrontés – tem identidade argentina, de onde é originada. Ellabora vinhos frescos e elegantes e, às vezes, bastantes alcoólicos. Aromas de goiaba, pêssegos, casca de limão siciliano.

Cabernet Sauvignon – é cultivada em quase todas as regiões vinícolas do planeta. Dá vinhos de elevada distinção, que evoluem muito bem com o envelhecimento. Seus vinhos estão entre os melhores do mundo. Aromas de groselha, frutas pretas, hortelã, menta, cassis, cedro, eucalipto, ameixa, cereja, nos grandes exemplares.

Cabernet Franc – seus vinhos, ainda que guardem alguma semelhança com o Cabernet Sauvignon, têm taninos menos tânicos e corpo menos robusto, com destacada acidez. Framboesa, chocolate, pimenta, são aromas destacados.

Merlot – produz vinhos redondos, untuosos e elegantes. No Brasil, seus vinhos são redondos, harmônicos e de grande intensidade aromática e gosto aveludado. Tem como aromas característicos, fruta madura, groselha e ameixa.

Pinot Noir – sua delicadeza, elegância e complexidade são refletidas em seus vinhos. Aromas de frutas silvestres, morango, cereja, especiarias e trufa.

Malbec – originário do sudoeste francês, tornou-se a uva símbolo da Argentina. Produz vinhos de paladar intenso, textura sedosa e taninos vigorosos, com grande capacidade de guarda.

Sangiovese – é a principal uva dos famosos Chianti. A Toscana, na Itália, é o seu berço e o seu corte com a Cabernet Sauvignon, originou os vinhos supertoscans. Produz vinhos de elevada acidez e grande corpo. Ameixa, cereja, tabaco, frutas pretas maduras e chocolate, são alguns dos seus aromas.

Carmenère – de uva quase extinta, reapareceu no Chile, em 1994, onde produz vinhos de cor vermelho-escuro com aromas destacados – vegetais, ameixa seca, tabaco e cogumelos –, e taninos macios.

Tim, tim.

Vinhos da Menin Company recebem reconhecimento em concurso internacional

Rótulos Menin Douro Estates e H.O. Wines se destacam em degustação às cegas de mais de 600 vinhos na feira Vinhos & Sabores, organizada pela revista portuguesa Grandes Escolhas, em Portugal

Durante a abertura da feira Vinhos & Sabores, realizada em Lisboa, Portugal, no dia 18 de outubro, a Menin Company foi uma das empresas premiadas na “Escolha da Imprensa”, iniciativa da revista Grandes Escolhas que destaca os rótulos mais expressivos do mercado português. A seleção foi feita por 44 jornalistas e comunicadores, que avaliaram 600 vinhos em degustação às cegas, abrangendo espumantes, brancos, rosés, tintos e fortificados.

Entre os premiados da Menin Douro Estates estão o Tinta Roriz 2021, com perfil aromático de frutas vermelhas silvestres, cereja preta, frutos do bosque e especiarias adquiridas no estágio em barrica, e o Maria Fernanda 2021, que reúne frutas vermelhas e pretas frescas, especiarias cítricas e notas de madeira, resultando em um vinho de estrutura firme e profundidade aromática.

O Rosé Matrona, da H.O. (Horta Osório Wines), também integrou a seleção. O rótulo traz a delicadeza das frutas vermelhas frescas, flores brancas e especiarias sutis, com acidez equilibrada e leve toque salino. Este perfil resulta em um vinho frutado, elegante e ao mesmo tempo descontraído.

“O reconhecimento é um marco na expansão da Menin Company e reforça nosso compromisso em refletir a identidade do Douro em cada vinho”, afirma Fásia Braga, CEO da Menin Company. “Cada rótulo nasce de escolhas técnicas que respeitam o que a vinha oferece, e este resultado



ajuda a consolidar nossa presença em mercados globais.”

O reconhecimento da imprensa especializada reforça o posicionamento das marcas Menin Douro Estates e H.O. como referências na expressão do terroir duriense e na expansão no segmento de vinhos premium.

A Menin Company nasceu de um sonho: produzir grandes vinhos do Douro e colocá-los no mundo. Um sonho que se tornou realidade em 2018 pelas mãos de Rubens Menin, um dos maiores empresários brasileiros, com um vasto portfólio de negócios, que vai desde banco à maior construtora do continente americano. A Menin Company é a empresa proprietária dos vinhos Menin Douro States, produzidos em Gouvinhas, na região do Cima Cor-

go e dos vinhos Horta Osório, provenientes das vinhas na região do Baixo Corgo, em Santa Marta de Penaguião.

A filosofia é a mesma em ambas as marcas e é totalmente reforçada pela visão da diretora geral da empresa, Fásia Braga: produzir vinhos de gama alta, que reflitam o terroir duriense, privilegiando a qualidade em vez da quantidade. Um trabalho que se tem traduzido em vários prêmios e medalhas atribuídos nos últimos anos em feiras nacionais e internacionais: eleito Produtor do Ano 2023 pela revista Grandes Escolhas; em 2022, Rubens Menin foi considerado Personalidade do Ano no Brasil pela Revista de Vinhos e, também em 2022, o vinho Dona Beatriz 2019 arrecadou o Prêmio de Excelência (Revista de Vinhos).

Trombose mata 1 em cada 4 pessoas no mundo

Alerta sobre os riscos, sintomas silenciosos e avanços na prevenção de coágulos potencialmente fatais

A trombose é uma condição causada pela formação de coágulos sanguíneos nas veias ou artérias, associada a fatores como idade, histórico familiar, obesidade e tabagismo. Segundo dados da Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular, a doença é responsável pela morte de uma em cada quatro pessoas no mundo.

No Brasil, o Ministério da Saúde registrou mais de 36 mil novos diagnósticos apenas nos primeiros seis meses de 2025, uma média de 200 casos por dia.

CONSCIENTIZAÇÃO E ALERTA NO DIA MUNDIAL DA TROMBOSE

Para chamar atenção para o dado alarmante e reforçar a importância da prevenção, o cirurgião vascular Dr. Josualdo Euzébio faz um alerta neste Dia Mundial da Trombose (13 de outubro).

O foco da data é conscientizar sobre o tromboembolismo Venoso (TEV), que engloba a Trombose Venosa Profunda (TVP), geralmente nas pernas, e a Embolia Pulmonar (EP), quando o coágulo se desloca e atinge os pulmões.

A trombose precisa ser diagnosticada e tratada imediatamente e, muitas vezes, é silenciosa. As pessoas precisam saber que qualquer um pode ter e que o risco aumenta drasticamente com a imobilidade, internações hospitalares prolongadas, obesidade, câncer, cirurgias, uso de alguns hormônios e até mesmo longas viagens. É fundamental que a prevenção seja uma prioridade. No Brasil, o número de casos é elevado,



o que reforça nossa necessidade de vigilância”, afirma o especialista.

SINTOMAS QUE NÃO DEVE SER IGNORADOS

Um dos grandes desafios no combate à trombose é que seus sintomas podem ser facilmente negligenciados pelo paciente, acreditando não ser nada grave. Na TVP, os sinais mais comuns incluem dor, inchaço (edema), vermelhidão e calor na perna afetada. Segundo o Dr. Josualdo, é na Embolia Pulmonar que o quadro se torna mais grave.

“O perigo real é quando o coágulo migra para o pulmão, causando a Embolia Pulmonar. Os sintomas nesse caso são falta de ar repentina, dor no peito ao respirar ou tosse com sangue. Muitas vezes, isso é confundido com um infarto ou crise de ansiedade, perdendo-se tempo precioso. Se você tem um fator de risco e apresenta esses sinais, procure ajuda médica imediatamente”, orienta o Cirurgião Vascular e Endovascular.

OS QUATRO PILARES DA PREVENÇÃO

Apesar da gravidade, a trombose pode ser prevenida com medidas simples e eficazes. O especialista destaca quatro pilares fundamentais:

Movimente-se: a imobilidade é a principal inimiga. Se você trabalha sentado, levante-se a cada hora. Em viagens longas, faça pequenas caminhadas ou exercícios de panturrilha;

Mantenha-se hidratado: a boa hidratação ajuda a evitar o espessamento do sangue e reduz a chance de coagulação;

Controle os fatores de risco: tabagismo, obesidade, diabetes e histórico familiar exigem acompanhamento médico regular;

Use meias de compressão (quando indicado): em casos de risco elevado, como pós-cirurgia ou gestação, o uso orientado de meias compressivas e medicamentos anticoagulantes é uma medida eficaz — mas deve ser feita sempre com prescrição médica.

DIAGNÓSTICO PRECOCE SALVA VIDAS

O Dr. Josualdo reforça que o diagnóstico precoce é determinante para o sucesso do tratamento.

“A mensagem mais importante é: a trombose é evitável e tratável. Converse com seu angiologista ou cirurgião vascular para entender seu risco individual. Essa simples atitude pode salvar sua vida e evitar sequelas graves, como a Síndrome Pós-Trombótica (SPT), que causa dor e inchaço crônico nas pernas”, conclui.



Entendemos que cada cliente é único

Gestão de patrimônio significa
total personalização, transparência e
confiança aos nossos clientes.

Para nós, da Portogallo Family Office, o
planejamento do seu futuro é o que mais
importa para nós.

Acreditamos no seu potencial.
E você, acredita?

**Não administramos fortunas,
administramos futuros.**



PORTOGALLO

FAMILY OFFICE

*Não administramos fortunas.
Administramos futuros.*

São Paulo - Brasil
Santa Catarina - Brasil
Lisboa - Portugal

contato@portogalloinvestimentos.com.br

(11) 3078-6830

www.portogallofamilyoffice.com.br

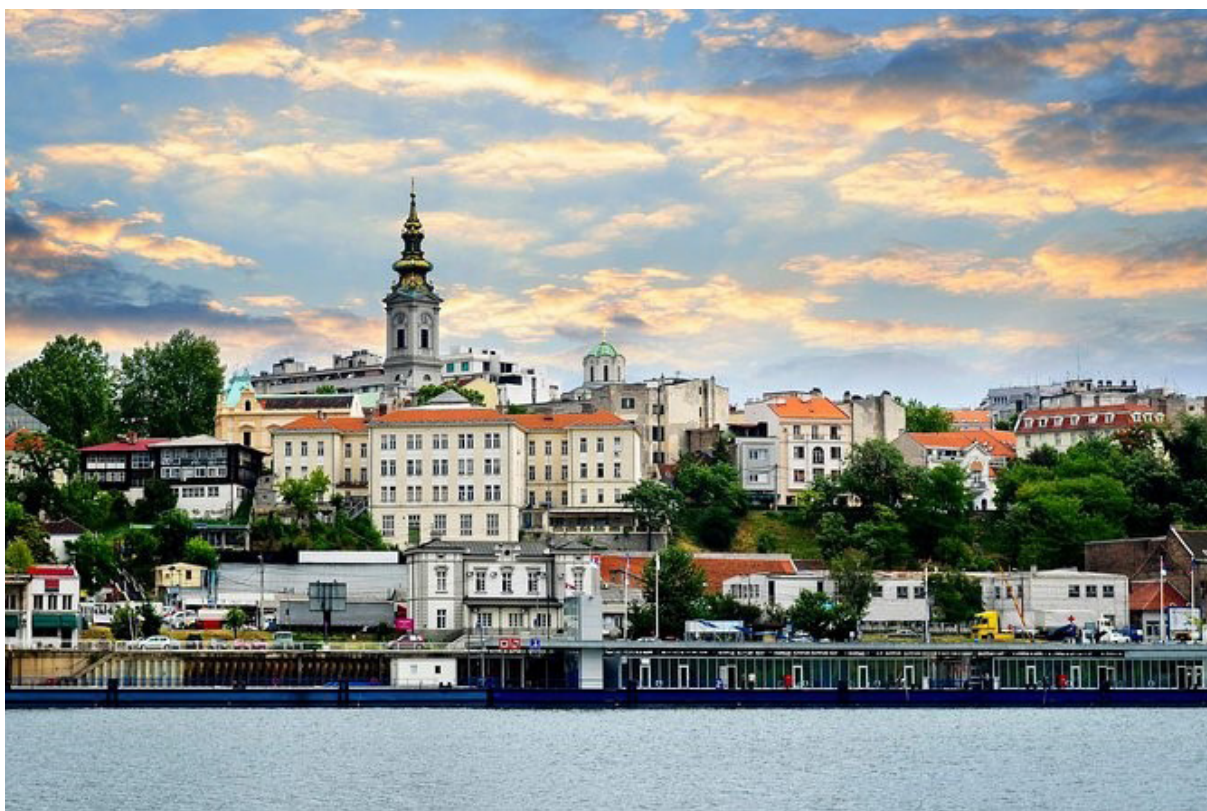




Belgrado – Servia – Turismo à beira do Danúbio sem exploração

Paulo Queiroga

Com ajuda do Blog: malapronta.com.br



Belgrado, capital da Sérvia, (ex-Iugoslávia) é a segunda maior cidade banhada pelo rio Sava e o Rio Danúbio.

UM POUCO DA HISTÓRIA PARA ENRIQUECER A VIAGEM

Com um passado de 7.000 anos, Belgrado foi berço da cultura Vinca, a mais importante da pré-história na região dos Balcãs. O nome Belgrado vem do eslavo, que significa “cidade branca” ou “fortaleza branca”.

Fundada pelos Celtas no século III

a.C., foi tomada pelos gregos e colonizada pelos romanos na antiguidade. Os sérvios brancos passam a dominar a região em 1284, com o Rei Estevão Dragutino. No século XV vive um marcante crescimento comercial e cultural como capital do Império da Sérvia, sob as mãos do despota Estevão Lazarevic.

No século XVII, a cidade foi arrasada por rebeliões e a peste que atingiu toda a Europa.

As sucessivas brigas pelo controle da região entre os Habsburgos, os

Otomanos e o Sacro Império Romano, nos séculos XVIII e XIX provocaram migração massiva dos sérvios.

A Primeira Insurreição Sérvia assumiu o controle da cidade entre 1806 e 1813, quando foi retomada pelos otomanos.

1817, Belgrado se torna a capital do Principado da Sérvia, organismo autônomo criado sob o Império Otomano e durou até 1841.

O controle dos Otomanos é encer-



rado em 1867. Poucos anos depois, (1878) é proclamado o Reino Independente da Sérvia, período em que Belgrado se destacou nas artes, cultura e comércio, com aumento expressivo de sua população e importância econômica.

Durante a Primeira Guerra Mundial, a cidade é bombardeada pelo exército Áustria-Húngaro.

Torna-se capital da ex-Iugoslávia em 1929, o que gerou rápida modernização da cidade.

Na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Belgrado sofre 2 bombardeios matando mais de 2.000 pessoas.

Em 1992, a Sérvia se separa da Iugoslávia e oficializa Belgrado como sua capital.

A 24 de março de 1999, novamente, a cidade é novamente bombardeada, desta vez pelas forças aéreas da OTAN, na Guerra do Kosovo.

Em resumo, a conturbada história de Belgrado é marcada por mais 40 conquistas e ocupações e foi reconstruída das cinzas por 38 vezes.

Atualmente, Belgrado é o principal centro político, cultural e econômico da Sérvia. Com população de 1.700.000 habitantes (2007), é a quarta maior capital do Sudeste da

Europa, após Istambul, Atenas e Bucareste.

O CENTRO HISTÓRICO

A abertura econômica iniciada em 2.000 trouxe um número expressivo de turistas, uma vida noturna sofisticada, lojas de grife, cafés e restaurantes a céu aberto e, em especial, preços baixos na maior parte dos produtos e serviços. Praticamente, não há exploração inflacionária do turismo, o que é raro, hoje na Europa.

LUGARES E MONUMENTOS QUE VALEM A VISITA

Rua Skadarska é o antigo canto boêmio, com suas kafanas, os restaurantes de excelente gastronomia típica, com as mesas na rua e lojas de souvenirs e antiquários.

O parque Kalemegdan é um resumo da História da cidade. O local, que era a Fortaleza de Belgrado apresenta um complexo de construções que abrange os 12 últimos séculos.

A Catedral de São Sava, o maior templo ortodoxo na Europa é uma das 10 maiores igrejas do mundo abrigando 10.000 pessoas. Foi erguida sobre o local onde foram cremados os restos mortais de São Sava. É também onde se ergue o túmulo do príncipe Lázaro da Sérvia.

Aos que gostam de tecnologia, o museu dedicado ao engenheiro, físico e inventor sérvio, Nikola Tesla é visita obrigatória. O visitante tem acesso interativo às contribuições do inventor, como o sistema de fornecimento de eletricidade em corrente alternada, a bobina de Tesla, a eletricidade sem fio, usada ainda hoje e tantos outros.

O centro histórico de Belgrado é relativamente pequeno e pode ser percorrido a pé. Se quiser, pode-se optar pelas linhas de ônibus vermelhos, que circula por toda a cidade, desde o aeroporto, e mais: é de graça.

Interesse por engenharia civil cai drasticamente e compromete projetos estratégicos para o país



O Brasil, dentro de poucos anos, pode sofrer uma escassez de engenheiros, de acordo com levantamento divulgado pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), que aponta que o número de alunos matriculados nas universidades teve uma queda de 25% entre 2015 e 2023. Ainda que seja a mais procurada, a especialidade com maior evasão é engenharia civil, onde os profissionais são responsáveis por projetos importantes para o país. A queda nas matrículas foi de 52%.

“O engenheiro civil é indispensável para diversos projetos de impacto na vida dos brasileiros como, por exemplo, levar saneamento bá-

sico para toda a população. São eles os responsáveis pelo planejamento e projeto das infraestruturas necessárias, como redes de abastecimento, coletoras de esgoto e estações de tratamento”, diz Ricardo Lazzari Mendes, presidente da APECS – Associação Paulista de Empresas de Consultoria e Serviços em Saneamento e Meio Ambiente.

Criado há cinco anos, o Novo Marco Legal do Saneamento tem como meta universalizar o saneamento básico no país até 2033, garantindo abastecimento de água potável para 99% da população e coleta e tratamento de esgoto para 90%. “Pelo que já se observa, a falta de profissionais

qualificados para elaboração de projetos para o cumprimento da meta é um desafio especialmente em municípios menores. Essa constatação do sumiço de novos engenheiros vai agravar ainda mais a situação num futuro próximo”, diz.

Ainda de acordo com o estudo do Confea, o Brasil conta com uma baixa proporção de engenheiros em relação à população total. Países como Estados Unidos e Japão, por exemplo, contam com 25 profissionais a cada mil habitantes. Enquanto na França e Coreia do Sul, eles chegam a 16, um a mais do que na Islândia, Suécia e Índia. Por aqui, são apenas seis engenheiros para cada 1000 brasileiros.

Brasil já soma 17,7 milhões de apostadores em apenas nove meses de mercado regulado de iGaming

O impacto da regulação, tendências de consumo e desafios do setor, enquanto mercado já conta com 78 operadores autorizados e 17,7 milhões de apostadores



O Brasil completa neste mês de setembro nove meses de mercado regulado de iGaming e apostas de quota fixa, desde a entrada em vigor da lei em 1º de janeiro de 2025. Nesse período, segundo a Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), 78 operadores já foram licenciados para atuar no país, com 17,7 milhões de apostadores registrados e mais de 15 mil sites ilegais bloqueados. Essa transição fortaleceu a proteção ao jogador, reduziu a presença de plataformas não licenciadas e estabeleceu as bases para um mercado de alto crescimento. A Games Global tem acompanhado de perto esse movimento, reforçando seu compromisso com ambientes regulados e levando seu portfólio de classe

mundial a operadores que buscam diferenciar suas ofertas no cenário em rápida expansão do Brasil.

Para a empresa, esse processo representa uma transformação estrutural. Giuseppe Barbanera, Partnership Team Manager LATAM da Games Global, observa que a regulamentação brasileira já mostra sinais claros de mudança. “Os mercados regulados são centrais para a credibilidade do setor. No Brasil, vemos avanços rápidos em áreas como compliance e proteção ao jogador. O bloqueio de sites não licenciados e a maior transparência na relação com os operadores são conquistas importantes tanto para a indústria quanto para o consumidor final”, afirma.

Barbanera acrescenta que esse marco é também a chave para garantir a sustentabilidade de longo prazo. “A regulação é um passo significativo para o crescimento sustentável do iGaming no Brasil. Ela oferece aos jogadores um ambiente seguro e transparente, onde podem se divertir de forma responsável. Isso, por sua vez, gera confiança na indústria e estabelece a base para um desenvolvimento contínuo e para a inovação.”

Outro ponto destacado pelo executivo é o comportamento dos jogadores. A preferência por títulos de alta interação, como crash games, e por conteúdos que dialogam com a cultura local é um fenômeno que se intensificou após



a regulamentação. “O público brasileiro busca experiências próximas da sua realidade. Jogos como Carnaval Drums ou jackpots temáticos, como o Carnaval Fortuna, mostram como a personalização influencia na aceitação e fidelização. Ao mesmo tempo, formatos globais como o FlyX tiveram rápida adesão, o que revela o equilíbrio entre inovação internacional e identidade cultural”, analisa.

As perspectivas reforçam o otimismo. Estimativas da H2 Gambling Capital indicam que o Brasil pode atingir R\$ 31 bilhões em receita bruta de jogos (GGR) já em 2025, com possibilidade de dobrar esse valor até 2030. O mesmo relatório projeta 39 milhões de contas ativas até 2026 e um mercado de US\$ 10 bilhões em GGR online até 2029, com as apostas esportivas respondendo por mais da metade desse resultado. Já o iGB Market Monitor destaca que o Brasil deve se consolidar como o maior mercado regulado da América Latina, ultrapassando países como Colômbia e México.

Na avaliação da Games Global, esses dados sinalizam apenas o início

de uma mudança estrutural. “O Brasil é um dos mercados mais promissores do mundo, mas também um dos mais complexos. A regulação cria confiança, mas é a combinação entre inovação, adaptação cultural e responsabilidade que vai definir os líderes desse processo. O país se tornou um verdadeiro laboratório para a indústria, onde podemos observar como escala e diversidade moldam novas formas de engajamento e de criação de valor”, discorre Barbanera.

FOCO DA EMPRESA NO BRASIL

Desde a aprovação do marco regulatório, a Games Global estabeleceu presença em São Paulo e começou a formar uma equipe local. Barbanera destaca: “Uma de nossas principais conclusões foi a importância de ter uma presença sólida no país. Desde o momento em que a regulamentação foi anunciada, investimos imediatamente na construção de nossa equipe no Brasil e na abertura de nosso escritório em São Paulo. O mercado brasileiro é único, complexo e dinâmico, exigindo total atenção, expertise local e engajamento contínuo para alcançar o sucesso.”

Esse movimento, explica ele, garantiu uma recepção positiva por parte dos operadores. “Ter uma equipe no país nos permite compreender melhor a cultura local e as preferências dos jogadores. Ao mesmo tempo, acompanhamos de perto a concorrência para garantir que nos mantenhamos à frente, entregando experiências inovadoras e personalizadas. Nosso foco é desenvolver produtos que dialoguem com a cultura brasileira e conectem-se de forma mais profunda com os jogadores.”

O próximo passo da empresa é expandir ativamente suas operações no Brasil. “Nossa ambição é dobrar nossa participação de mercado no Brasil nos próximos 12 meses. Pretendemos alcançar isso integrando clientes ainda não ativos, fortalecendo parcerias existentes e mantendo um crescimento constante. Além disso, estamos preparando uma nova onda de produtos inovadores, como o próximo lançamento do nosso estúdio Linko, previsto para o fim de 2025, que acreditamos que elevará ainda mais a experiência do jogador brasileiro”, antecipa o executivo.

As motos tomaram as ruas — e contam muito sobre o país

Agência Brasil



Se você anda no trânsito — principalmente no de SP — com certeza já teve a impressão de que há mais motos na rua do que antigamente. E você está certo.

Nos últimos meses, a frota de motocicletas ultrapassou 35 milhões de unidades no país, quase metade do total de carros, e as vendas até setembro cresceram 13% em relação a 2024.

E QUAL A RAZÃO DISSO?

O boom está mais ligado ao poder de compra do brasileiro do que a fatores de mobilidade.

Pense que em 2019, para você comprar um carro de entrada 0km, era preciso cerca de R\$ 35 mil. Hoje, o preço já beira os R\$ 70 mil/R\$ 80 mil;

Em contrapartida, uma motocicleta básica saiu de R\$ 7 mil para pouco mais de R\$ 10 mil no mesmo período. Além disso, encher o tanque e o custo de manutenção de uma moto é, em média, 5x mais barato do que de um carro.

Com o carro cada vez mais caro, crédito restrito e uma renda mais comprimida, a moto virou uma alternativa de locomoção mais barata — e, para muita gente, uma ferramenta

de trabalho com o crescimento dos deliveries.

O argumento usa como base dados de uma pesquisa da UNESCO, que apontou que quase 2/3 dos creators no mundo não verificam informações antes de compartilhá-las.

Em um país de indústria desacelerada e crédito caro, o setor de motocicletas parece ser um raro ponto fora da curva. Cresce, emprega e produz nacionalmente — mesmo que, no fundo, seja o reflexo de uma economia mais estagnada.



O poder digital das BigTechs

Saulo Carvalho

Advogado. Consultor. Entrepreneur. Foi Chairman, CEO, CPO no Setor Energético e Diretor Geral da CMBH e da Agência de Desenvolvimento da RMBH

As gigantes da tecnologia concentram hoje um poder econômico e informacional sem precedentes. Elas operam plataformas que intermediam várias dimensões da vida da gente, como comunicação, consumo, publicidade e até o acesso à informação pública. Esse poder crescente exige algum grau de regulação, não para punir a inovação, mas para assegurar concorrência e transparência.

A União Europeia foi pioneira nesse processo com a implementação da Lei dos Mercados Digitais (Digital Markets Act – DMA), em vigor desde março de 2024. O objetivo central da DMA é limitar práticas consideradas anticompetitivas por parte das gatekeepers, que são hubs de comando de ecossistemas digitais segmentados essenciais ao humano. Uma espécie código que impõe regras de compartilhamento, disponibilidade de dados entre concorrentes, implementação de um universo virtual estável, com paridade dos resultados de busca e sistemas de pagamento.

Um exemplo concreto foi a adaptação da Apple às novas exigências europeias. A empresa foi obrigada a permitir lojas de aplicativos alternativas ao App Store em todo território da União Europeia. Antes considerada improvável, a medida cedeu espaço para novos desenvolvedores e ofertou ao consumidor independência em relação à loja oficial. O caso Apple demonstrou que a regulação pode ampliar a concorrência sem sufocar a inovação.



O meu interesse por esse tema surgiu de algo simples. Ao realizar buscas repetidas na internet, percebi a permanência constante de três grandes magazines no topo dos resultados: uma nacional e duas de origem chinesa. Essa recorrência, quase automática, despertou a dúvida: os algoritmos de ranqueamento refletem critérios mínimos de mercado ou poder econômico é que manda? Descobri que esse debate sobre mercados digitais e a regulação de plataformas está na ordem do dia.

No Brasil, a pauta está colocada, mas em compasso de espera. Há consenso entre especialistas de que a economia digital não pode permanecer sem parâmetros claros. A criação de estruturas especializadas até mesmo dentro do CADE, para monitoramento de práticas predatórias no ambiente

digital, seria um avanço setorial importante. Seriam fiscalizados o uso de dados, as fusões e a competitividade para novos players.

As empresas de tecnologia naturalmente procuram influenciar o debate e expor seus argumentos, como ocorre em qualquer setor no campo regulatório. O diálogo é legítimo, mas precisa ocorrer de transparência, regras claras e supervisão técnica independente.

A regulação digital não é uma disputa entre governo e empresas, mas uma tentativa de atualizar o sistema econômico para o ambiente digital. A experiência europeia mostra que é possível inovar com responsabilidade. O desafio agora é construir esse equilíbrio autônomo e eficaz para todos, sobretudo, para o consumidor.



O futuro do sistema financeiro nacional

Jorge Iglesias

CEO da Topaz, uma das maiores empresas de tecnologia especializada em soluções financeiras digitais do mundo e parte do grupo Stefanini.



Nos últimos dezoito meses, o mercado financeiro brasileiro viveu uma transformação sem precedentes. A Resolução 4.966 do Banco Central, que estabelece critérios mais rigorosos de governança e gestão de riscos para instituições financeiras, e a Resolução CVM 21, que atualiza normas de fundos de investimento sob a supervisão da Comissão de Valores Mobiliários, são apenas alguns exemplos de como a regulação tem moldado o presente e pavimentado o futuro do setor. O que parece complexo e desafiador hoje é, na verdade, a base de um sistema financeiro mais seguro, competitivo e inovador.

Ao olhar para os próximos cinco anos, quatro eixos merecem destaque: regulação, open finance, a evolução de pagamentos e crédito digital.

1. REGULAÇÃO COMO MOTOR DE INOVAÇÃO

Diferentemente de outros mercados, no Brasil a regulação não é apenas um freio, ela é também um acelerador. O Banco Central tem se mostrado protagonista em criar um ambiente de

modernização. Nos próximos anos, veremos regulações cada vez mais orientadas a proteger o consumidor, reduzir assimetrias de informação e incentivar competição. O desafio das instituições será transformar esses requisitos em oportunidades para lançar produtos mais inteligentes, ágeis e transparentes.

2. OPEN FINANCE COMO PADRÃO DO MERCADO

O open finance já deixou de ser uma promessa para se tornar um novo padrão de relacionamento entre bancos, fintechs e clientes. A tendência é que, em cinco anos, o compartilhamento de dados seja não apenas obrigatório, mas esperado pelos consumidores. Isso abrirá espaço para ofertas hiperpersonalizadas de crédito, investimentos e seguros. Quem souber usar dados com ética e inteligência terá uma vantagem competitiva clara.

3. PAGAMENTOS DIGITAIS EM EXPANSÃO CONTÍNUA

O Pix inaugurou uma nova era, e sua trajetória ainda está longe do auge.

A modularização das ofertas, como Pix automático ou funções específicas desacopladas dos sistemas legados, deve ganhar força, permitindo que bancos menores e cooperativas ofereçam serviços competitivos sem arcar com custos desproporcionais. Além disso, veremos o fortalecimento de carteiras digitais, tokens e novos arranjos que dialogam diretamente com o consumidor final e reduzem atritos em jornadas de pagamento.

4. CRÉDITO DIGITAL COMO CATALISADOR DE INCLUSÃO

O crédito digital será, talvez, o campo mais transformador dos próximos anos. Modelos de concessão cada vez mais baseados em dados alternativos, como comportamento digital, histórico de pagamentos instantâneos e até biometria comportamental, vão ampliar o acesso de pequenas empresas e cidadãos a linhas de financiamento. Isso significa maior inclusão financeira e impacto direto na economia real.

Os próximos anos serão marcados por um equilíbrio delicado: responder às exigências regulatórias sem perder agilidade, explorar o potencial do open finance sem descuidar da privacidade e expandir pagamentos e crédito digital de forma segura e escalável.

A boa notícia é que o Brasil já ocupa posição de vanguarda nesse debate. E se mantivermos o ritmo atual, teremos não apenas um sistema financeiro mais robusto, mas também mais democrático e acessível.



Golpes e trapaças

Nestor de Oliveira

Jornalista e escritor

Quando Raimundo Teixeira Mendes e Miguel Lemos criaram a atual bandeira do Brasil, no ano de 1889, acharam por bem nela colocar uma mensagem positivista, para uma república recém proclamada, com as palavras “Ordem e Progresso”. Levaram a ideia a Décio Vilares, artista plástico, que a desenhou inspirado na bandeira do Império brasileiro, esta feita por encomenda de Pedro I ao artista francês Jean Baptiste Debret. É uma cópia quase fiel, que veio substituir uma outra, anteriormente aprovada por Deodoro da Fonseca, que vigorou por 3 dias, imitação da norte americana, com listras verdes e amarelas e estrelas colocadas no seu canto superior esquerdo, representando os estados. Deodoro aprovou a substituição, Benjamin Constant fez o decreto e nossa bandeira foi então oficializada no dia 19 de novembro de 1889, que passou a ser o Dia da Bandeira”. “Salve lindo pendão da esperança, salve símbolo augusto da paz...”

Século e décadas se passaram e nossa bandeira nos lembra sempre que este país é da ordem, progresso, justiça e democracia. Uma República onde seus cidadãos são livres, iguais entre si, com as mesmas oportunidades de vida, perante a lei e livre arbítrio para conduzir suas existências. “Ordem e Progresso” não é apenas uma mensagem positivista, é espelho para um povo que avança e quer seu lugar de viver com tranquilidade, trabalho, equilíbrio, numa sociedade justa, de oportunidades para todos. Um país de vastidão e riquezas incalculáveis, pronto para avançar e dar aos seus

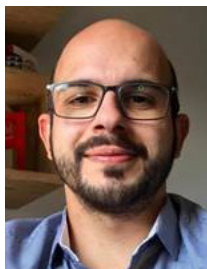


cidadãos tudo o que a boa ordem preceitua, progresso para todos. Mas não é o que está acontecendo.

Ao contrário da ordem temos um país em frangalhos, destituído de seriedade, descompromissado com a legalidade, injusto nas relações de negócios ou humanas, desigual socialmente, corrompido politicamente, mal organizado, sem planejamento, praticamente falido, com o crime atuando em todas as latitudes e longitudes do país, impunemente. Não estou impactado somente com a intoxicação e morte de brasileiros pelo metanol, mas com a triste visão da presença de vigaristas nos governos, golpistas na sociedade, enganadores na política, estelionatários na economia, traficantes por todos os lados, corruptos nos negócios públicos, trapaceiros de toda ordem nos mais diversos campos das atividades do país. Aqui tudo está sendo aceito com normalidade inaceitável, apesar da atuação das polícias e justiça, elas

próprias infectadas. Falsifica-se tênis, café, sabão em pó, diplomas, bebidas, relógios, roupas, eletroeletrônicos, currículos, dinheiro, remédios e qualquer outro bem de consumo, além dos golpes virtuais constantes. Não há polícia que dê conta, nem justiça que se faça. O crime alastrou-se e domina todos os escalões sociais.

O fato é que perdemos o bom caminho de uma sociedade conservadora, que fomos, nos anos 50 e 60 e não tivemos a capacidade de nos adaptar a um mundo novo, liberal, mais aberto e competitivo. Esquecemos de investir na educação, única forma de melhorar e desenvolver o cidadão. Quanto ao Progresso não há como negar, o deixamos de ter a partir do momento da desordem e descompromisso com leis e ordem. Abrimos mão de valores fundamentais para uma sociedade civilizada, como honra, dignidade, lealdade, compostura, honestidade, solidariedade, amor ao próximo e a pátria. Até mesmo o amor a Deus.



O Brasil não tributa dividendos, e não é por acaso

Murillo Torelli

Professor de Ciências Contábeis da Universidade Presbiteriana Mackenzie



Desde 1995, o país optou por concentrar a tributação na pessoa jurídica, em vez de cobrar novamente quando o lucro chega ao acionista, a alíquota foi incorporada ao IRPJ. A solução foi simples e prática: cobrar no “andar de cima”, em que a fiscalização é mais eficiente, e deixar o dividendo sair limpo para o investidor. Esse desenho tem custos e benefícios, e antes de adotar mudanças ao sabor de modelos estrangeiros, precisamos entender quais são.

A lógica que norteou a escolha é simples e tem peso prático. Cobrar o imposto na empresa reduz a necessidade de rastrear/fiscalizar milhões de pessoas físicas, facilita a arrecada-

ção e diminui a complexidade administrativa. Para um país com enorme economia informal e capacidade de fiscalização limitada, concentrar o controle onde há menos agentes a monitorar fazia sentido. O resultado foi um modelo de “um andar só”: a empresa paga, o lucro que chega ao sócio ou acionista já saiu com o encargo embutido e a distribuição é isenta.

Há vozes favoráveis (políticos, economistas, governo...) à taxação dos dividendos que invocam a convergência internacional, apontando que a maioria dos países adota alguma forma de “tributação dupla”, imposto sobre o lucro da empresa e novo imposto sobre a distribuição. Entretanto, essa

comparação é incompleta se feita sem contexto.

Países que taxam dividendos normalmente combinam essa regra com sistemas tributários mais simples, menores distorções regulatórias e mecanismos eficazes de combate ao contorno fiscal. No Brasil, a carga combinada de impostos indiretos + diretos e a alta complexidade do sistema mudam radicalmente o ambiente: tributar dividendos aqui significa abrir uma porta larga para distorções e planejamentos agressivos.

Tributar dividendos não é apenas uma questão de alíquota, é também um convite à criatividade tributária.

Empresários com necessidade de consumir ou investir pessoalmente podem simplesmente deslocar gastos para o nome da empresa, comprar veículos, contratar serviços ou captar bens no balanço e, assim, driblar a cobrança. Para evitar essa migração de renda, seria preciso um aparato de fiscalização massivo, caro e difícil de implementar. O efeito prático pode ser o oposto do desejado: perda de arrecadação, aumento do contencioso e mais espaço para fraudes sofisticadas.

Há ainda uma questão distributiva que merece atenção. A proposta de tributar dividendos costuma ser apresentada como ferramenta de justiça fiscal, cobrar os mais ricos que recebem maiores distribuições. Mas, no Brasil, muitos pequenos empresários que empregam dezenas ou centenas de pessoas recebem lucros (dividendos) como principal forma de remuneração. Uma taxa mal desenhada pode penalizar negócios familiares e microempresas que sustentam empregos locais, sem, necessariamente, alcançar os grandes investidores que usam estruturas complexas para proteger seu patrimônio.

Estimativas da Receita Federal do Brasil apontam para uma chamada “alíquota de equilíbrio”. Para compensar 1 ponto percentual a menos na tributação sobre o lucro das empresas, seria preciso aplicar algo como 4 pontos percentuais sobre o dividendo para manter a arrecadação. Ou seja, a conta não fecha linearmente e isso significa que, para não perder receita, a taxa sobre dividendos teria de ser alta, tornando o imposto ainda mais perverso em termos de incentivos.

Se o objetivo é reduzir desigualdades e aumentar a arrecadação com justiça, há instrumentos mais eficazes e menos distorcivos: corrigir a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, avançar na desoneração da folha de pagamentos para estimular emprego formal, simplificar tributos



para reduzir custo de compliance e atacar privilégios e isenções injustificadas. Essas medidas aumentariam a equidade fiscal sem criar incentivos automáticos à elisão e à economia informal.

Importar modelos estrangeiros sem considerar a realidade institucional brasileira tende a ser superficial. Tributar dividendos é uma solução aparentemente “à moda”, mas não resolve o cerne do problema: um sistema tributário fragmentado, uma economia de alta carga indireta e uma administração fiscal que, apesar dos avanços, ainda encontra dificuldades para perseguir estruturas de planejamento agressivo.

Manter a isenção sobre dividendos não é um ato de fé no privilégio, é um reconhecimento pragmático das limitações do nosso desenho institucional e uma defesa de um ambiente menos sujeito a distorções que prejudicam investimento e emprego.

Se houver disposição política para modernizar e simplificar o sistema tributário, reduzir a carga sobre o trabalho, combater privilégios e ampliar a eficiência da arrecadação, então poderemos revisar a estrutura de tributação das distribuições de lucro. Até lá, tributar dividendos no Brasil corre sério risco de ser um retrocesso: mais complexidade, mais sonegação e, no fim, menos crescimento.



O que a sua empresa pode aprender com a Mãe Natureza

Paulo de Vasconcellos Filho

Consultor em Estratégia e Governança

A Mãe Natureza compartilha conosco uma sabedoria milenar, expressa nas mais diversas formas de vida e, especialmente, nos comportamentos dos animais. Cabe a nós ter sensibilidade e atenção para observar esses exemplos e extrair deles lições valiosas para nossas vidas e nossas empresas.

Desde a infância, aprendemos que o leão é o “Rei dos Animais”. Curiosamente, ele não é o mais forte, nem o maior, nem o mais rápido. Um elefante adulto, com suas sete toneladas, poderia esmagar o leão com um único golpe. O que o impede de fazê-lo? A atitude do leão. O elefante e todos os animais da savana aprenderam desde cedo que o leão é o rei — e o tratam como tal. O leão enxerga o elefante como um banquete; o elefante vê o leão como um predador temido. A lição é clara: a postura e a atitude podem ser mais poderosas que a força física.

Os elefantes, por sua vez, são exemplos de solidariedade e cooperação. Vivem em grupo e valorizam profundamente a proteção dos mais fracos, especialmente dos filhotes. São sociáveis, afetuosos e, diante do perigo, formam uma muralha viva para defender os seus. Ensina-nos que a força de uma equipe está na união e no cuidado mútuo.

Até mesmo as pequenas formigas têm muito a nos ensinar. Interrompa a fila delas e verá que, sem hesitar, mudam de rota e continuarão sua marcha. São incansáveis, organizadas e determinadas. Cada formiga sabe o que faz e por que faz. Carregam até 14 vezes

o próprio peso e jamais desistem. Sua lição é a persistência: quando o objetivo é vital para o grupo, a determinação é inegociável.

As abelhas nos inspiram com sua impressionante organização. Cada membro da colmeia conhece sua função e executa-a com precisão e disciplina. Respeitam a hierarquia e trabalham em harmonia pelo bem coletivo. Diante de tantos predadores — ursos, guaxinins, morcegos, vespas, formigas e pássaros — sua sobrevivência depende da cooperação e da clareza de papéis.

Os lobos, por sua vez, são mestres da liderança e da estratégia de grupo. Ao se deslocarem, formam uma fila que protege os mais velhos, as fêmeas e os filhotes. O líder alfa, geralmente a loba mais experiente, segue por último, garantindo que ninguém fique para trás e que o grupo não seja surpreendido. Liderar é proteger, observar e cuidar.

As águias — as majestosas rainhas dos ares — simbolizam a atitude e a coragem da renovação. Quando suas

vantagens competitivas já não são suficientes, isolam-se para um processo doloroso de transformação que lhes garante longevidade. São também o símbolo do foco: quando miram uma presa, nada as distrai. A mensagem é direta — foco e capacidade de se reinventar são vitais para a sobrevivência e o sucesso.

Os gansos são um verdadeiro exemplo de trabalho em equipe. Voam sempre em formação de “V”, o que reduz em até 70% a resistência do ar. Quando o líder à frente se cansa, é substituído por outro que estava na retaguarda, num revezamento natural e eficiente. Durante o voo, grasnam constantemente, incentivando o grupo a manter o ritmo. Sua mensagem é poderosa: colaboração, liderança compartilhada e motivação coletiva elevam qualquer equipe.

Os camaleões ensinam sobre adaptação. Em poucos segundos, mudam de cor sem dor ou estresse, ajustando-se ao ambiente hostil. Essa habilidade os mantém no planeta há mais de cem milhões de anos — enquanto dinossauros gigantes foram extintos pela incapacidade



mãe natureza



dade de se adaptar. A lição é clara: sobrevivem os que mudam com agilidade.

Nos oceanos, os golfinhos encantam com inteligência e alegria. São cooperativos, empáticos e resilientes. Caçam juntos, defendem-se juntos e jamais abandonam os mais frágeis. Comunicativos e criativos, são mestres em resolver problemas coletivamente. A liderança é compartilhada, e o espírito de grupo prevalece sobre o individualismo. O resultado é um ambiente de segurança, aprendizado e pertencimento.

Já os polvos, tímidos e misteriosos, são exemplos de camuflagem e inteligência. Mudam de cor e formato, liberam tinta para despistar predadores e fogem com agilidade surpreendente. Adaptam-se a qualquer cenário hostil. São o retrato da flexibilidade — e da importância de agir com rapidez em contextos adversos.

Por fim, as cigarras — protagonistas da fábula de Esopo — trazem um alerta valioso. Representam o perigo da acomodação. O inverno, cedo ou tarde, chega. E quem não se prepara, sofre as consequências. Muitas empresas vivem o “outono”, colhem frutos e se esquecem de guardar provisões. Outras confundem capi-

tal de giro com lucro e investem mal, transformando ativos em passivos. A formiga, por outro lado, nos lembra da importância da disciplina, da meritocracia e da prudência.

Como dizia Marco Aurélio, imperador romano e filósofo estoico:

“Devemos esperar o melhor e estar preparados para o pior.”

Na natureza - e nas empresas - a sabedoria está em observar, aprender e aplicar as lições daqueles que, com atitude, foco, cooperação e adaptação, vêm garantindo sua sobrevivência há milhões de anos.

O quadro a seguir sintetiza as principais lições que a Mãe Natureza pode ensinar à sua empresa.

<i>Animal</i>	<i>Lição principal</i>
<i>Leão</i>	<i>Atitude e autoconfiança</i>
<i>Elefante</i>	<i>Solidariedade e proteção mútua</i>
<i>Formiga</i>	<i>Determinação e persistência</i>
<i>Abelha</i>	<i>Organização e hierarquia</i>
<i>Lobo</i>	<i>Liderança e estratégia de grupo</i>
<i>Águia</i>	<i>Atitude, foco e capacidade de renovação</i>
<i>Ganso</i>	<i>Trabalho em equipe e motivação coletiva</i>
<i>Camaleão</i>	<i>Adaptação rápida e flexível</i>
<i>Golfinho</i>	<i>Colaboração, cooperação, empatia, resiliência, criatividade, flexibilidade, solução de problemas em grupo, comunicação clara e liderança compartilhada</i>
<i>Polvo</i>	<i>Inteligência e adaptação</i>
<i>Cigarra</i>	<i>Alerta contra acomodação</i>
<i>Formiga (fábula)</i>	<i>Planejamento e meritocracia</i>

Fonte: Strategos Transformação Empresarial

Os artigos publicados nesta edição são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião dos editores da publicação.

O custo da falta de política industrial

Paulo D. Villares

Empresário e engenheiro, referência na indústria nacional e autor de "Perseguindo Utopias"



A cada novo levantamento sobre o desempenho da indústria brasileira, repete-se o mesmo diagnóstico: estagnação, queda no emprego e falta de direção. Os dados mais recentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) apontam uma produção praticamente parada e a retração no número de trabalhadores.

Esses índices são apenas mais um sintoma de um problema estrutural que se arrasta há décadas: a ausência de uma política industrial consistente, estável e de longo prazo.

O Brasil vive há anos preso a um ciclo vicioso de improviso. A cada governo, novos programas são lançados com grande entusiasmo e pouca continuidade. Falta planejamento integrado entre Estado, empresas e universidades; sobram medidas pontuais, incentivos desarticulados e uma crença ingênua de que o mercado resolverá sozinho os gargalos de competitividade.

Enquanto isso, outros países constroem estratégias de Estado, apostam em inovação e formam gerações de engenheiros, técnicos e pesquisado-

res capazes de sustentar políticas industriais robustas.

Além disso, parte relevante da indústria nacional, com as devidas exceções, não investiu o suficiente para se tornar realmente competitiva. Muitas empresas ainda não entendem que competitividade está diretamente ligada à capacidade de exportar. Exportar é o termômetro. Para isso, é indispensável apostar em inovação e, por um período determinado e bem planejado, contar com incentivos governamentais que fortaleçam setores estratégicos.

Após atingida a competitividade, esses incentivos devem ser reduzidos ou eliminados, exatamente como fizeram países que hoje são referência industrial.

Uma política industrial eficiente precisa combinar diretrizes setoriais com fatores horizontais, como redução do chamado Custo Brasil e maior estabilidade cambial. No entanto, o ponto-chave é que as empresas compreendam seu papel nessa agenda: é necessário trabalhar em cooperação com o Esta-

do e a academia, com metas claras de produtividade, internacionalização e desenvolvimento tecnológico.

Proteções podem existir, desde que temporárias e vinculadas ao ganho real de eficiência, jamais como muletas permanentes.

Não há atalhos. Um país competitivo se constrói com visão de longo prazo, estabilidade regulatória e compromisso coletivo com a produtividade. Precisamos de uma política industrial que vá além de subsídios e protecionismos, que incentive a inovação e premie quem investe em eficiência.

O Brasil tem talento, criatividade e recursos, mas o que falta é coordenação estratégica e coragem para pensar grande.

Perseguir utopias é, em certo sentido, o que move o progresso. Mas é preciso transformar a utopia de uma nação industrial forte em projeto concreto. Enquanto tratarmos a indústria como tema secundário, continuaremos estagnados, acumulando estoques em vez de conquistas.



Contrato de locação de longo prazo: pode ser bom ou ruim para o locador ou para o inquilino

Kênio de Souza Pereira

*Consultor da Presidência da OAB-MG; Vice-presidente da Comissão Especial de Direito Condominial da OAB Federal; Diretor da Associação Brasileira de Advogados do Mercado Imobiliário
contato@keniopereiraadvogados.com.br - Tel. (31) 97139-1474*

Ao decidir alugar um imóvel, é importante que o proprietário reflita sobre o prazo da locação, pois esta pode se tornar praticamente perpétua quando celebra contrato com prazo igual ou superior a cinco anos e destinado a atividade comercial, industrial ou sociedade civil com fim lucrativo. Até mesmo locação para instalação de antena de celular seguem tais regras, sendo comum que condomínios sofram prejuízos com os contratos das operadoras que possuem armadilhas nas entrelinhas.

Cabe ao locador contratar assessoria jurídica especializada para defender seus interesses. Corretor ou imobiliária não detêm o mesmo conhecimento de um advogado com experiência em ações revisionais e renovatórias, vivência essa essencial para elaborar contratos comerciais de longo prazo, os quais são frequentemente discutidos judicialmente de cinco em cinco anos.

Por outro lado, a Lei do Inquilinato concede proteções ao inquilino que investe no imóvel mediante contrato de cinco anos. Porém, muitos perdem tais benefícios por desconhecer as nuances desse contrato complexo. Enquanto grandes redes, bancos e shoppings têm boa assessoria jurídica, pequenos e médios empresários ficam à mercê de orientação amadora, sendo surpreendidos ao final do contrato.

A locação de longo prazo pode ser vantajosa para o inquilino, mas, em muitos casos é boa para o locador e prejudicial ao inquilino, que pode ser despejado ou enfrentar reajustes ex-



pressivos no aluguel após ter realizado obras e investimentos planejando a permanência prolongada.

ANTES DE ASSINAR, APROFUNDE-SE NA LEI

A partir do momento em que o locador assina o contrato de cinco anos ou renova contratos menores que somem esse prazo, surge ao inquilino o direito de requerer judicialmente a renovação sucessiva por 5 anos.

O Poder Judiciário renovará o contrato, mesmo contra a vontade do locador, nos termos do art. 51, da Lei nº 8.245/91, desde que o inquilino comprove: (i) que o contrato foi celebrado por escrito e com prazo determinado; (ii) que exerce a mesma atividade comercial no imóvel há pelo menos 3 anos; e (iii) que a ação seja proposta no máximo em um ano e no mínimo seis meses antes do término do contrato.

É comum o inquilino perder o direito à renovação por montar o processo às pressas ou deixar de agir no pra-

zo legal, erro que pode resultar no despejo imediato após o vencimento, com ordem judicial de desocupação em 15 dias.

LOCADOR PERDE PODER DE NEGOCIAÇÃO, MAS HÁ REVISÃO TRIENAL

O contrato de 5 anos assegura estabilidade ao inquilino e impede o locador de cobrar “luvas” para renovação. Em locais de grande fluxo, especialmente shoppings, costuma haver exigência de valores altos para locar a loja, chegando a cifras superiores a R\$ 1 milhão.

Como o locador perde o direito ao despejo imotivado, o inquilino resiste mais às tentativas de renegociação quando o aluguel se torna defasado, reduzindo o poder de pressão do locador. Entretanto, a lei prevê que a cada três anos, a partir do início do contrato ou do último reajuste, qualquer das partes possa buscar revisão judicial para adequar o aluguel ao valor de mercado



“Pausa para o devir” ocupa a Casa Fiat de Cultura e celebra os 50 anos da Fundação Torino

Rachel Capucio

Advogada especialista em Cultura

Até o dia 7 de dezembro, a Casa Fiat de Cultura recebe a exposição “Pausa para o devir”, um projeto que une arte e educação em uma experiência sensorial e coletiva. A mostra reúne obras-oficinas da artista e educadora Stela Barbieri, em diálogo com a produção dos alunos e professores da Fundação Torino, compondo um gesto de coparticipação entre artista, escola, público e cidade.

Com a curadoria de Marconi Drummond, a exposição parte do conceito de “pausa” para propor um tempo de reflexão, imaginação e transformação. Trata-se de um convite para revisitar caminhos já percorridos, reinventar passados e imaginar futuros, em um território fértil onde o vivido e o porvir se encontram.

As chamadas “obras-casulos”, concebidas por Stela Barbieri, convivem com objetos e experiências gráficas dos alunos, criando ambientes imersivos que despertam percepções e ampliam sensibilidades. Entre narrativas, músicas, histórias tradicionais, composições autorais e sons da natureza, a mostra constrói paisagens sonoras únicas — espaços de escuta e contemplação.

Entre as instalações participativas, destaca-se o “Perguntatório”, obra que convida cada visitante a lançar questões ao futuro e a reconfigurar, a seu modo, essa criação coletiva em constante transformação.

“Pausa para o devir” é, assim, uma celebração do encontro entre arte e educação, em sintonia com os 50 anos

da Fundação Torino. Ao propor um intervalo para o olhar e para o sentir, a exposição reafirma a importância do ócio, do descanso e do sossego em tempos de pressa, abrindo espaço para a imaginação e o devir.

A mostra pode ser visitada presencialmente e, também, em formato virtual, ampliando o alcance dessa experiên-

cia poética e reflexiva que transforma o ato de pausar em gesto criador.

Informações:

Endereço:

Praça da Liberdade, 10
Funcionários, Belo Horizonte - MG
Telefone: (31) 3289-8900



Fundos patrimoniais via Lei Rouanet inauguram um novo capítulo para o financiamento cultural no país



Com a nova regulamentação do Ministério da Cultura que define critérios para a criação de fundos patrimoniais no âmbito da Lei Rouanet, o setor cultural brasileiro dá um passo decisivo rumo à sustentabilidade de longo prazo. Com a publicação da Instrução Normativa nº 26, divulgada no dia 13 de outubro, o Governo Federal regulamenta os critérios para constituição e ampliação de fundos patrimoniais culturais por meio da Lei Rouanet, detalhando procedimentos como captação, execução, prestação de contas e avaliação de resultados.

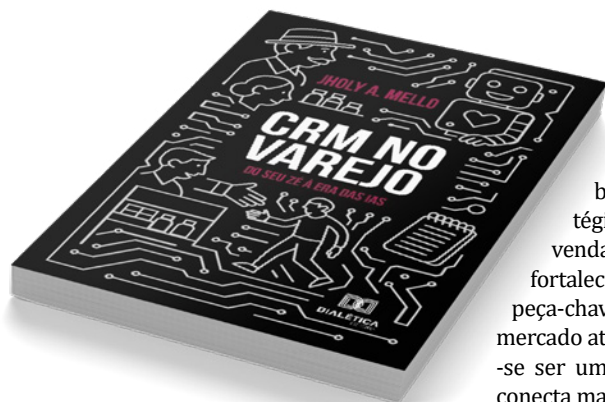
Assim, a medida cria condições para que museus, institutos, centros culturais, coletivos e organizações da sociedade civil possam constituir fundos patrimoniais, cujos rendimentos poderão financiar atividades culturais de forma contínua — reduzindo a dependência de editais e patrocínios pontuais. Neste ano, as organizações gestoras de fundo patrimonial cultural poderão apresentar suas propostas no sistema Salic até 31 de outubro.

Também conhecidos como endowments, os fundos patrimoniais são

estruturas financeiras criadas para garantir a sustentabilidade de longo prazo de causas públicas, organizações e instituições. A partir da gestão responsável de um patrimônio investido, apenas os rendimentos são utilizados para financiar projetos sociais, ambientais, culturais, científicos ou educacionais, assegurando a perenidade das iniciativas. Além de garantir estabilidade, os fundos fortalecem a governança, a transparência e a visão estratégica das instituições culturais, criando uma ponte entre doadores, investidores sociais e comunidades.

CRM: a engrenagem que une tradição e inovação no varejo

Em “CRM no varejo: do Seu Zé à era das IAs”, a professora Jholy Mello mostra como a tecnologia potencializa vendas se aliada a uma estratégia que conecta marcas e clientes



De vendas simples anotadas em cadernos até os sistemas mais avançados de inteligência artificial, uma coisa é certa: a tecnologia muda, mas a essência humana não. Com essa perspectiva, a professora e especialista em marketing, Jholy Mello, apresenta em CRM no varejo: do Seu Zé à era das IAs a transformação do comércio ao longo dos anos. Por meio da figura simbólica do “Seu Zé” e seu bloco de notas, ela mostra como a tradição e inovação caminham juntas para transformar marcas e sustentar estratégias indispensáveis ao varejo contemporâneo.

Considerado o alicerce dos negócios, CRM (Customer Relationship Management) é uma filosofia de gestão que coloca o cliente no centro das decisões, segmentando perfis e perso-

nalizando experiências para transformar interações em vínculos duradouros. Segundo a autora, quando bem aplicada, essa estratégia impacta diretamente as vendas, amplia a rentabilidade e fortalece a fidelização, tornando-se peça-chave para a competitividade no mercado atual. Neste sentido, entende-se ser uma metodologia central que conecta marcas às reais necessidades e emoções das pessoas.

O CRM não é sobre saber o nome. É sobre saber o não dito. Sobre olhar para o cliente e captar o que nem ele formulou ainda. O Mapa de empatia é sair do “quantos anos tem?” e ir para “o que faz essa pessoa levantar da cama?”. No mundo dos dados, o Mapa de empatia é o que transforma um cadastro em um ser humano. (CRM no varejo: do Seu Zé à era das IAs, p. 31)

Ao mesclar histórias pessoais, metáforas do cotidiano e exemplos reais, Jholy Mello traduz conceitos complexos em situações práticas. A Amazon aparece como referência em personalização, antecipando desejos de compra. A Nike usa dados para construir comunidade e engajamento em torno do estilo de vida. Já a Sephora fideliza

clientes com programas de pontos e ofertas sob medida. Cada um desses cases de grandes marcas servem como orientação para pequenos e médios varejistas sobre segmentação, jornada do cliente, uso de aplicativos, automação e social commerce — estratégia em que o consumidor não precisa ir até o site ou aplicativo para realizar a compra.

CRM no varejo: do Seu Zé à era das IAs é um guia sobre como a tecnologia pode potencializar processos e decisões, mas as relações humanas, cuidado, memória e confiança continuam sendo a chave para o sucesso. “Enquanto a maior parte dos livros foca em processos corporativos, modelos B2B, gestão, vendas ou branding, esta obra traz uma proposta inédita: mostrar o CRM como a espinha dorsal do varejo”, conclui a autora.

Ficha técnica

Título: CRM no varejo

Subtítulo: Do Seu Zé à era das IAs

Editora: Dialética

Autora: Jholy A. Mello

ISBN: 978-65-270-7669-8

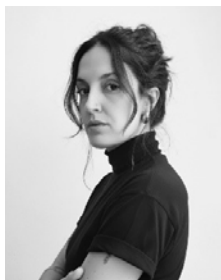
Páginas: 171

Preço livro físico: R\$ 74,90

(Loja Editora Dialética)

e R\$ 123,52 (Amazon)

Preço ebook: R\$ 52,43 (Kindle)



A autora

Jholy A. Mello é estrategista com mais de 15 anos de experiência em marketing, design, CRM no varejo e projetos que cruzam dados, criatividade e tecnologia. Professora de pós-graduação de Marketing e head de soluções de uma startup de CRM, ela une o olhar analítico com a escuta de quem veio de uma família de comerciantes, transformando mais de 50 marcas de varejo com estratégias. Acredita no poder da automação e da IA, desde que usadas com propósito e humanidade. Compartilha o que viveu, testou e acredita: CRM que funciona e transforma marcas e pessoas. CRM no varejo: do Seu Zé à era das IAs encontra-se disponível em diversos países, como Espanha, Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos, Áustria, Portugal e Suíça.

ANUNCIE NA MELHOR

PUBLICAÇÃO NACIONAL
DE ECONOMIA, FINANÇAS
E NEGÓCIOS FEITA
EM MINAS GERAIS

35,2 MILHÕES

de visualizações durante
o ano de 2024 – de
acordo com o Google
Analytics Search.

Com 32 anos de tradição, a newsletter
MercadoComum expandiu suas
atividades para todo o território nacional,
levando informação a um seleto público
composto por formadores de opinião
e executivos de alto nível das médias
e grandes empresas.

**Divulgue sua empresa
para quem decide
os negócios!**

A CADA EDIÇÃO MENSAL:

- Estudos aprofundados sobre a economia de Minas Gerais, brasileira e mundial
- Artigos com análise política e de mercados assinados por nomes de peso no cenário nacional
- Reportagens especiais com foco nos mais relevantes setores econômicos
- **MC** promove, há 29 anos, o Prêmio Top of Mind, Marcas de Sucesso – Minas Gerais
- **MC** realiza, há 28 anos, o Ranking de Empresas de Minas Gerais e promoveu em 2024 o 26º Prêmio Minas – Desempenho Empresarial – Melhores e Maiores.
- As edições mensais são encaminhadas, em PDF e por e-mail, a um público de 120 mil formadores de opinião em todo o país.



Publicação de MinasPart Comunicação, Ltda.

Rua Padre Odorico, 128 – 10º andar – CEP 30.330-040 – Belo Horizonte – MG

Site: www.mercadocomum.com – E-mail: revistamc@uol.com.br – Fone: 31 3281-6474

MERCADO COMUM

HÁ 32 ANOS FORMANDO OPINIÕES!